

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS, COMUNICAÇÃO E  
EDUCAÇÃO

**VALQUÍRIA CRISTINA AMARAL**

**PEDAÇO DE CHÃO: PROPOSTA DE LIVRO JORNALÍSTICO PARA A INFÂNCIA  
SOBRE IMIGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA**

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS  
2021

**VALQUÍRIA CRISTINA AMARAL**

**PEDAÇO DE CHÃO: PROPOSTA DE LIVRO JORNALÍSTICO PARA A INFÂNCIA  
SOBRE IMIGRAÇÃO EM UBERLÂNDIA**

Relatório técnico-científico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia como exigência parcial para obtenção do título de Mestra em Tecnologias, Comunicação e Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Menegotto Spannenberg.

UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS  
2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A485 Amaral, Valquíria Cristina, 1990-  
2021 PEDAÇO DE CHÃO [recurso eletrônico] : PROPOSTA DE  
LIVRO JORNALÍSTICO PARA A INFÂNCIA SOBRE IMIGRAÇÃO EM  
UBERLÂNDIA / Valquíria Cristina Amaral. - 2021.

Orientadora: Ana Cristina Menegotto Spannenberg.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de  
Uberlândia, Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e  
Educação.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.349>

Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Spannenberg, Ana Cristina Menegotto ,  
1977-, (Orient.). II. Universidade Federal de  
Uberlândia. Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e  
Educação. III. Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 156 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902  
 Telefone: +55 (34)3291-6395 / (34)3291-6396 - ppgce@faced.ufu.br - www.ppgce.faced.ufu.br



**ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO**

Programa de Pós-Graduação em:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Profissional, número 11/2021/137, PPGCE				
Data:	doze de julho de dois mil e vinte e um	Hora de início:	14:05	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11912TCE024				
Nome do Discente:	Valquíria Cristina Amaral				
Título do Trabalho:	Pedaco de chão: proposta de livro jornalístico para a infância sobre imigração em Uberlândia				
Área de concentração:	Tecnologias, Comunicação e Educação				
Linha de pesquisa:	Tecnologias e Interfaces da Comunicação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Teias do Jornalismo: práticas, narrativas e especializações				

Reuniu-se por web conferência pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/Ana-Cristina-Menegotto-Spannenberg>, pela Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, assim composta: Professores Doutores: Juliana Doretto - PUC Campinas; Reinaldo Maximiano Pereira - UFU; Ana Cristina Menegotto Spannenberg - UFU, orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Ana Cristina Menegotto Spannenberg, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público online, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada,

com recomendação da banca para continuidade da pesquisa e publicação do livro.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Menegotto Spanenberg, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/07/2021, às 16:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Reinaldo Maximiano Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/07/2021, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Doretto, Usuário Externo**, em 12/07/2021, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2898343** e o código CRC **B8C40DBC**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, toda honra e glória sejam dadas a Ele, sou tão somente um instrumento em Suas mãos. À minha família e aos meus amigos, em especial aos meus pais, pelo amor e apoio. À sociedade que custeou meus estudos na Universidade Pública. À ONG Refugiados Udi, coordenada por Clelia Nascimento Zachi, também conhecida por tia Kelly, lugar de pessoas que me receberam de corações abertos. Aos entrevistados que compartilharam comigo suas vivências. À Profa. Dra. Ana Cristina Menegotto Spannenberg pela orientação brilhante e acolhedora. Aos membros da banca por dedicarem seu tempo e conhecimento para a leitura e contribuição neste trabalho.

*“Não se esqueçam da hospitalidade; foi praticando-a que, sem o saber, alguns acolheram anjos.”*

*(Hebreus 13.2)*

AMARAL, Valquíria Cristina. **Pedaço de Chão**: proposta de livro jornalístico para a infância sobre imigração em Uberlândia. 2021. 103 f. Relatório técnico-científico de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

## RESUMO

O presente relatório demonstra as etapas técnico-científicas para elaboração de um livro jornalístico direcionado às crianças, sobre o tema Imigração. Para isso, apresenta uma revisão de literatura acerca dos conceitos de Jornalismo para a Infância; Migração; Livro-reportagem, bem como sobre a experiência de profissionais da área que, juntos, colaboram para a construção de um produto híbrido. Discorre ainda sobre a técnica de entrevista como coleta de dados. Aponta as tendências midiáticas para construção de produtos impressos direcionados às crianças. Apresenta como resultado um produto impresso que aborda um tema real e contemporâneo, contextualizado para a infância. Conclui que um produto jornalístico impresso desenvolvido para as crianças pode apresentar diversas características, não se limitando a um conceito específico.

**Palavras-chave:** Livro Jornalístico. Infância. Crianças. Imigração. Uberlândia.

AMARAL, Valquíria Cristina. **Piece of ground**: proposal for a journalistic book for children about immigration in Uberlândia. 2021. 103 f. Master's technical-scientific report (Postgraduate Program in Technologies, Communication and Education) - Federal University of Uberlândia, Uberlândia, 2021.

## **ABSTRACT**

This report demonstrates the technical-scientific steps for the elaboration of a journalistic book aimed at children, on the theme of Immigration. For this, it presents a literature review about the concepts of Journalism for Children; Migration; Book-reportage, as well as on the experience of professionals in the field who, together, collaborate in the construction of a hybrid product. It also discusses the interview technique as data collection. It points out the media trends for the construction of printed products aimed at children. As a result, it presents a printed product that addresses a real and contemporary theme, contextualized for childhood. It concludes that a printed journalistic product developed for children can present several characteristics, not being limited to a specific concept.

**Key words:** Journalistic Book. Childhood. Kids. Immigration. Uberlândia.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento dos dados de migração internacional em Minas Gerais pelos principais Órgãos de pesquisa do tema.....	53
Tabela 2 – Custos com recursos materiais para elaboração da pesquisa.....	81
Tabela 3 – Custos com recursos humanos para elaboração da pesquisa .....	82

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	11
<b>1.1 Memorial Acadêmico</b> .....	11
<b>1.2 Introdução</b> .....	13
<b>2 COMUNICAÇÃO PARA A INFÂNCIA</b> .....	20
<b>2.1 O Aprendizado na Infância</b> .....	20
<b>2.2 O Uso das Mídias pelas Crianças</b> .....	25
<b>2.3 Jornalismo para a Infância</b> .....	27
<b>3 MIGRAÇÃO</b> .....	31
<b>3.1 Fluxos Migratórios no Brasil ao Longo da História</b> .....	31
<b>3.2 Migrações Contemporâneas Mundiais e Globalização</b> .....	35
<b>3.3 Realidade Brasileira e Regional</b> .....	42
3.3.1 Panorama brasileiro .....	42
3.3.2 Panorama regional .....	52
<b>4 LIVRO JORNALÍSTICO PARA CRIANÇAS</b> .....	57
<b>4.1 Livro-reportagem e Técnicas de Entrevista</b> .....	57
<b>4.2 Produção de Conteúdo Impresso para a Infância</b> .....	64
<b>4.3 Uma Proposta de Definição</b> .....	69
<b>5 O PRODUTO: LIVRO JORNALÍSTICO PARA CRIANÇAS</b> .....	73
<b>5.1 Apresentação do Produto</b> .....	73
<b>5.2 Métodos, Técnicas e Desenvolvimento</b> .....	74
<b>6 EXEQUIBILIDADE E APLICABILIDADE</b> .....	81
<b>6.1 Custos</b> .....	81
<b>6.2 Divulgação e Distribuição</b> .....	82
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	84
<b>APÊNDICE A – Análise de Similares</b> .....	93
<b>APÊNDICE B – Produtos Similares</b> .....	97
<b>APÊNDICE C – Termo de Assentimento para Menor (modelo CEP)</b> .....	101
<b>APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal por menor de 18 anos (modelo CEP)</b> .....	102

# 1 APRESENTAÇÃO

## 1.1 Memorial Acadêmico

Ser jornalista era um sonho que eu tinha desde os meus 14 anos. Mesmo nessa idade, eu já sabia que o exercício do jornalismo não consistia apenas em apresentar jornal televisivo. O que eu queria de verdade era escrever. Para mim, sempre foi um prazer fazer as atividades de redação, desde o ensino escolar até o cursinho pré-vestibular. “Lembro que sempre sonhei, viver de amor e palavra”, esse trecho da música Mormaço, da banda Os Paralamas do Sucesso (SUCESSO, 2009), é a que melhor define minha relação com a escrita. Viver de amor e palavra parece utópico, mas é assim que sinto manifestar em mim, a minha formação acadêmica.

Dizem que melhor que sonhar, é realizar. Me sinto privilegiada de ter conseguido me formar numa Universidade pública, gratuita e de qualidade. Ingressei em 2010 e me habilitei em 2014 no curso de Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Uberlândia. Foram quatro anos de muito aprendizado. Nesse período compreendi que o jornalismo tem um forte poder: o de comunicar com pessoas. Percebi, então, que uma comunicação bem aplicada é capaz de alcançar diversas mentes, desenvolvendo-as criticamente. Era de fato, o que eu queria exercer.

Nos anos em que estive na Universidade, participei do Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes – Educomunicação. O primeiro programa interdisciplinar da UFU nessa categoria. O pioneiro também a escolher cotistas. Ao selecionar os seus integrantes pela realidade social, o PET Educomunicação trabalhava com os excluídos. Aceitava-os. Sua temática principal permeava as questões dos indivíduos marginalizados. Foi um profundo tempo de aguçar meu olhar para o próximo.

Dentro desse cenário, percebi que poderia ser uma agente de comunicação para construção de uma sociedade menos excludente. Em minha monografia, decidi trabalhar com os excluídos. Africanos subsaarianos acometidos por diferentes tragédias. Mais especificamente, analisei os textos on-line da ONG Médicos sem Fronteiras, para sensibilizar os brasileiros em relação à África. Apesar de ter que manter meu olhar neutro, como pesquisadora, eu mesma fui sensibilizada. Entendi que os indivíduos à margem da sociedade estão em toda a parte do mundo, basta querer enxergá-los.

Após graduada, o tempo passou e tive que trabalhar. Não consegui no jornalismo. Me inseri no mercado de trabalho exercendo funções administrativas. Me acostumei com a rotina e perdi um pouco a fé no poder positivo da comunicação. A desilusão não durou muito tempo. Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, avistei uma nova oportunidade de lapidar meu olhar para o outro e levar demais pessoas a fazerem o mesmo.

Procurei esperança em me comunicar com uma nova geração. Crianças. Se existe uma fase em que o indivíduo mais aprende, esse período é a infância. A melhor estação para se plantar boas sementes e colher bons frutos. Acredito que devemos tratá-las como elas merecem: indivíduos em construção, pensantes e inseridos na dinâmica social. Antes, porém, voltei minha atenção às reminiscências. Busquei resgatar a criança que fui, para poder conversar com aquelas que estão sendo.

Ser criança é ser lançada ao mundo. Descobrir-o. Explorando-o. Apesar de toda proteção e estímulos que uma criança recebe (ou deveria receber), o aprendizado é uma condição única, só a ela pertence. Não digo aprendizado apenas em termos didático-escolares. É o desenvolver as relações com o ambiente, consigo mesma e com o outro. As vezes dói. Em alguns momentos liberta. Em outros, aprisiona.

Ser construída e construir-me na infância, para mim, esteve permeado de diversas leituras. Leitura do próximo, de minha idade. Procurava compreender o porquê, mesmo não fazendo nada contra meus colegas de sala, eu era constantemente vítima de *bullying* por minha altura, ou meu cabelo crespo, ou meus óculos, ou por todos juntos. Leitura dos adultos, ao admirar o quanto pareciam saber o que estavam fazendo. Em especial, eu lia minha professora da pré-escola, todos os dias. Seu nome era Elaine. Admirava-me com a postura acolhedora com que nos ensinava a ler e escrever, entre outros, encorajando nossa criatividade. Lia meus pais em casa. Todos os dias, lá estavam eles sempre perto para me fornecer um misto de broncas e afeto.

Além de ler gente, na infância, eu lia livros. Me recordo de estar quinzenalmente, pegando livros emprestados no projeto Carro Biblioteca, desenvolvido pela Prefeitura de Uberlândia em meu bairro. Na verdade, se tratava de um ônibus recheado de obras, que eu adorava devorar. Uma delas, especialmente, me arrebatou, *O Jardim dos esquecidos* (ANDREWS, 1980). Nele estava uma história angustiante de quatro irmãos que foram morar na casa de seus avós, depois da morte do pai. Lá, foram trancados no sótão e eram vítimas de maus-tratos, diariamente. Apesar de ficção, o livro aborda um tema real. As crianças

compreendem o que são temas reais e o que é imaginação, basta contextualizar a realidade para suas faixas etárias.

Em minha fase adulta, creio que ainda há muito para eu aprender, mas também, muito o que compartilhar. Amplificar as vozes e imagens daqueles que são pouco ouvidos e vistos, para aqueles que estão dispostos a ouvi-los e enxergá-los. Mais especificamente, aproximar crianças umas das outras. É a intenção do trabalho a ser desenvolvido neste Programa de Pós-graduação. Assim como minha sensibilidade foi aperfeiçoada por minhas leituras, gostaria de tocar o maior número possível desses pequenos sujeitos através da escrita, para que possam realizar uma leitura social de seu próximo. Colaborar, portanto, na formação de um indivíduo mais humanizado.

## **1.2 Introdução**

As crianças fazem parte da sociedade e, muitas vezes, são excluídas de informações sobre questões sociais relevantes. No cotidiano, os infantes se deparam com diversas notícias que permeiam seus sentidos, porém, tais conteúdos são direcionados aos adultos. Por que são excluídos da reflexão acerca de questões sociais? A fase em que estão, possibilita a assimilação de aprendizados que serão levados para o resto de suas vidas.

A infância é o palco ideal para se apresentar personagens reais, que favoreçam o (re) conhecimento de si mesmo e do outro. Sendo assim, por que não existem mídias em volume significativo que apresentem às crianças a realidade social do seu próximo e/ou as represente, com uma comunicação contextualizada para suas faixas etárias? Privá-los desse debate é, sobretudo, imoral. Nem só de entretenimento deve viver a mídia para a infância.

Em um levantamento quantitativo e qualitativo de diferentes mídias voltadas para as crianças, Pereira (2018) percebeu uma grande lacuna a ser preenchida pelo jornalismo impresso para a infância no Brasil, na atualidade. De acordo com o autor, no segmento das revistas, apenas duas publicações de grande circulação são dirigidas para o público infantil, a Revista Recreio e a Revista Ciência Hoje das Crianças, essa última ainda conta com um site com diversos conteúdos para as crianças e jovens (PEREIRA, 2018, p. 30). O jornal impresso para a infância também foi alvo da busca pelo autor (PEREIRA, 2018, p.31), entre 104 veículos de comunicação nessa categoria em todo país, apenas 11 apresentavam algum conteúdo direcionado para crianças em suas folhas, entre eles destaca-se o Folhinha,

suplemento impresso com informações diversas para a infância publicado pelo jornal Folha de São Paulo.

Uma das formas mais democráticas de acesso ao conteúdo midiático no Brasil, seria através dos canais de televisão aberta, correto? A resposta é: depende. O gênero Infantil<sup>1</sup> ocupa a 11ª posição no percentual de tempo de programação nas emissoras abertas de televisão no país, de acordo com o último Informe Anual da TV Aberta (ANCINE, 2017, p. 23). A categoria infantil fica atrás dos gêneros: Religioso, Telejornal, Série, Variedades, Telecompra, Novela, Esportivo, Filme, Auditório e Revista, respectivamente.

O gênero Infantil ocupa somente 2,4% da programação total nas emissoras de sinal aberto, isso sem falar que nessa porcentagem não se especifica a quantidade destinada ao jornalismo para crianças. Já os gêneros Instrutivo<sup>2</sup>, Educativo<sup>3</sup> e Animação<sup>4</sup> constam na 16ª (1,4%), 17ª (1,2%) e 19ª (1%) colocações, respectivamente (ANCINE, 2017, p. 23), porém, o documento (ANCINE, 2017) não apresenta categoricamente para quais grupos se destinam os gêneros Instrutivo e Educativo, podendo ser direcionados também aos adultos. Dessa forma totalizando o percentual dos quatro gêneros com potencial de comunicarem com as crianças na televisão aberta, corresponde a, no máximo, 6% de todo conteúdo.

O acesso à informação de qualidade é um direito das crianças. O da liberdade de expressão também. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, apresenta um acordo ratificado por 196 países, entre eles o Brasil, promulgado no país pelo Decreto nº 99.710, de 21 de Novembro de 1990, para proteção e garantia de direitos de todo indivíduo abaixo de 18 anos. Por isso, desenvolver produtos midiáticos que visem a emancipação social do indivíduo desde a infância é dever de todo país. Ouvir as crianças e falar para elas, está no Artigo 17 do citado Decreto.

Os Estados Partes reconhecem a função importante desempenhada pelos meios de comunicação e zelarão para que a criança tenha acesso a informações e materiais procedentes de diversas fontes nacionais e

---

<sup>1</sup> “Apresenta-se como episódio único ou seriado, nos formatos de animação, auditório, brincadeiras, entrevistas, game shows, musicais etc., atrações marcadamente voltadas para crianças, ou seja, público infantil, comandadas por apresentadores ou personagens fantasiados.” (ANCINE, 2017, p.64).

<sup>2</sup> “Apresenta-se como linguagem claramente educacional, tendo por objetivo instruir o telespectador no exercício de uma atividade ou profissão, ou simplesmente aumentar seus conhecimentos sobre determinado assunto, sem compromisso ou pretensão de obter certificação e/ou qualificação para exames ou provas.” (ANCINE, 2017, p. 66).

<sup>3</sup> “Consiste basicamente em Teleaula, ou aula em linguagem televisiva, produzida para fins de auxiliar o sistema regular de ensino. Predominantemente veiculado de madrugada, horário bastante alternativo e considerado pouco lucrativo pelas redes de TV.” (ANCINE, 2017, p. 66).

<sup>4</sup> “Prioritariamente destinado ao público infantil, apresenta histórias nas quais figuram animais, pessoas e coisas ludicamente representados. Desenvolvido a partir de técnicas de criação e movimentação de desenhos, massas de modelar, computação gráfica etc.” (ANCINE, 2017, p. 63).

internacionais, especialmente informações e materiais que visem a promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental. Para tanto, os Estados Partes: a) incentivarão os meios de comunicação a difundir informações e materiais de interesse social e cultural para a criança, de acordo com o espírito do artigo 29; b) promoverão a cooperação internacional na produção, no intercâmbio e na divulgação dessas informações e desses materiais procedentes de diversas fontes culturais, nacionais e internacionais; c) incentivarão a produção e difusão de livros para crianças; d) incentivarão os meios de comunicação no sentido de, particularmente, considerar as necessidades linguísticas da criança que pertença a um grupo minoritário ou que seja indígena; e) promoverão a elaboração de diretrizes apropriadas a fim de proteger a criança contra toda informação e material prejudiciais ao seu bem-estar, tendo em conta as disposições dos artigos 13 e 18. (BRASIL, 1990a).

O Jornalismo para a Infância é um dos caminhos para estabelecer uma comunicação acerca da realidade social, direcionada às crianças. Juliana Doretto (2014; 2015) é uma das principais pesquisadoras do tema. A autora usa diferentes termos para definir a elaboração de conteúdo jornalístico voltado para os pequenos: jornalismo para a infância; jornalismo para crianças e jornalismo infantil. Em sua tese de doutoramento (DORETTO, 2015, p.8) a autora explica que utiliza o termo “jornalismo infantil”, pelo fato de o jornalismo direcionado às crianças ser conhecido assim pelos profissionais da área e, que, “apesar de infantil também ter como significado ‘ingênuo’ ou ‘tolo’ [...] recorreremos aqui a outra acepção do termo: ‘relativo ou apropriado à infância, às crianças’, tal como usa-se em ‘literatura infantil’”. Nessa definição, o termo não apequena o jornalismo, mas, sim, define a que público se destina. Além disso, a complexidade da simplicidade no texto voltado às crianças será melhor trabalhada no Capítulo 2.

Nesse cenário de escassez midiática voltada para os infantes, este projeto visa atender à demanda desse tipo material, comunicando sobre um tema de relevância social na atualidade: imigração. Esse assunto é recorrente nos jornais televisivos. Se existe uma criança em casa, que assiste ao jornal junto com seus responsáveis, provavelmente já viu barcos cheios de gente fugindo de seus países, e se questionou o porquê. Ou mesmo, em sua escola, estuda um colega que veio de outra parte do mundo, e tem um sotaque muito diferente do português. São hipóteses que não são difíceis de serem reais.

“Estranhos à nossa porta”, é assim que Zygmunt Bauman (2017) define esses estrangeiros, expressão essa que intitula sua obra sobre o deslocamento de corpos pelo mundo. Considerado um dos maiores pensadores da modernidade, o autor não deixou de refletir sobre essa “avalanche” de gente chegando em botes salva-vidas e outros meios, especificamente em países da Europa. Aos montes chegam estranhos, de crianças a idosos,

“estranhos tendem a causar ansiedade por serem ‘diferentes’ - e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar.” (BAUMAN, 2017, p. 13,14).

A maneira como nos referimos a essas pessoas, muitas vezes, pode ser um desserviço à sociedade. Uma pessoa em situação de deslocamento, certamente, não gostaria de se sentir um incômodo, mas apenas um indivíduo que exerce o direito de estar onde acha que deve. Dependendo de como se trata a questão desses fluxos migratórios, o preconceito pode ser aflorado. O “estranho” fica ainda mais distante, apesar de muito perto. Entender quem são essas pessoas é o princípio da aproximação. Por isso, é importante saber o nome certo para cada situação de pessoa deslocada de seu lugar de origem,

A palavra “migrante” costuma ser utilizada para designar aquele que se desloca dentro de seu próprio país e também pode ser usada para falar dos deslocamentos internacionais [...] Já o termo “imigrante” se refere em específico à pessoa que vem de um outro país, enquanto “emigrante” é quem deixa seu país de origem para viver em outro – ou seja, o imigrante é considerado um emigrante para seu país de origem e vice-versa [...] os refugiados são pessoas que não tiveram outra opção se não a de sair de seus países de origem, por motivos de perseguições diversas e de violações de direitos humanos, situações que podem custar-lhes a vida. [...] Apátridas são as pessoas que não são titulares de nenhuma nacionalidade e também não são consideradas nacionais de nenhum Estado. (HUMANOS; MIGRAMUNDO; FICAS; 2019, p. 10,16).

Essas pessoas partem e chegam, trazendo consigo medos, anseios, esperanças. Logo, são confrontadas e não confortadas por uma série de questões daqueles que os recebem. Bauman (2017) esclarece que a partir da chegada desses estranhos, passa a existir uma separação entre o eles e o nós. O nós, bombardeados por notícias e um cenário político oportunista, torna-se terreno fértil para desconfiança e medo. De acordo com o autor, uma cadeia de inseguranças é aflorada nesse sentido: terrorismo; doenças; crise econômica; e o pior de tudo, “eles” trazem à tona uma realidade que “nós” preferíamos deixar na gaveta empoeirada da inconsciência, a da miséria humana.

Isso ajuda muito a explicar a coincidência da recente migração em massa com o crescente sucesso da xenofobia, do racismo e da variedade chauvinista de nacionalismo; e o sucesso eleitoral, ao mesmo tempo espantoso e inédito, de partidos e movimentos xenofóbicos, racistas e chauvinistas, e de seus belicosos líderes. (BAUMAN, 2017, p. 18).

Uma das consequências desse cenário é que o “estranho à nossa porta” passa por um processo de desumanização, logo, não é visto por “nós” como digno de direitos humanos garantidos. Para desconstrução desses estereótipos, necessário é diálogo, pontua Bauman (2017). Conversa que supere a estranheza, revele o desconhecido, resulte em mais respeito e aceitação do outro.

No Brasil, as correntes migratórias não parecem muito diferentes das que se vivem na Europa, conforme será apresentado no Capítulo 3 deste Relatório. Ainda mais com o colapso econômico e crise política vividos pelos vizinhos do Brasil, os venezuelanos. Se no Brasil está chegando tanta gente, não é de se admirar que o imigrante esteja cada vez mais perto. O Estado de Minas Gerais também pode ser atualmente conhecido como terra de gerais nacionalidades. O território de fortes tradições e rica cultura está recebendo parte dos imigrantes que chegam “pelas bandas de cá”, com suas próprias culturas e tradições. Imigração é uma realidade social no Brasil. É também em Minas Gerais e no município de Uberlândia.

A terra do “Uai” recebe cada vez mais outras expressões e sotaques internacionais. Especificamente em Uberlândia, de acordo com o estudo, Diagnóstico sobre Migração e Refúgio em Minas Gerais (2018), realizado pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social Cidadania-MG, a cidade é a terceira maior em número de imigrantes. “Podemos notar que Belo Horizonte, capital do Estado, é cidade com maior número de imigrantes cadastrados, 693 pessoas, seguida pela cidade do leste de Minas, Governador Valadares, e Uberlândia no Triângulo Mineiro com 453.” (SOUZA; DURÃES; SOUZA JUNIOR, 2018, p. 124).

Partindo das inquietações e dos referenciais apresentados, o objetivo deste trabalho foi o de produzir um livro jornalístico para crianças com perfis de crianças imigrantes em Uberlândia. Como Bauman (2017, p.113) afirma,

[...] tal como a prova do pudim é comê-lo, a prova da conversa como caminho supremo para compreensão mútua, o respeito recíproco e o acordo final (ainda que apenas um acordo reduzido a “concordar e discordar”) está em entrar nesse processo e conduzi-lo tendo em vista negociar conjuntamente os obstáculos que tendem a aparecer no seu curso.

Com o produto proposto, pretende-se oferecer, portanto, um banquete às crianças, para que, além de experimentarem, possam saborear profundamente o respeito mútuo e aceitação do diferente. Para tanto, objetivou-se possibilitar às crianças o direito de contar suas histórias e o direito de conhecer histórias de outros infantes. Objetivou-se viabilizar aos pais e

filhos, menores e seus responsáveis, a troca de percepções sobre a infância. Promover a interação entre adultos e crianças a partir das vivências de tempo e espaço, ao estimular a troca de experiências do passado e do presente. Na esfera macrosocial, objetivou-se ampliar o debate da imigração na sociedade, trazendo ao jornalismo para crianças um tema que seja socialmente relevante.

Como? Conhecendo as histórias de vida de pequenos imigrantes residentes em Uberlândia. Para apresentação deste trabalho, especificamente de uma criança imigrante, a menina Malie. Procurei descobrir quais são os seus sonhos e esperanças. Como era sua vida no país de origem. Como está sua vida agora na cidade. O que ela quis me contar, por meio de conversas que tive com essa imigrante haitiana, me disponibilizei a ouvir.

Posteriormente, contextualizei a história de Malie, numa linguagem adequada às crianças entre 7 e 12 anos. Essa faixa de idade corresponde a uma das etapas no desenvolvimento cognitivo, segundo Jean Piaget (1976-1978). Moreira (2004) explica que Piaget divide esse desenvolvimento em quatro fases: sensório-motor; pré-operacional; operacional-concreto e operacional-formal. Nos dois primeiros períodos, que correspondem do nascimento até cerca de seis a sete anos, a criança está inserida numa perspectiva egocêntrica. Em sua concepção, os objetos existem, à princípio, como extensão do próprio corpo e, posteriormente, trabalhando a seu favor. Até os dois anos de idade ela é o todo. Um pouco mais madura, após os dois, ela é o centro do todo.

Essa percepção egocêntrica começa a mudar a partir de cerca de 7 anos. Na chamada fase operacional-concreta, a criança passa a conceber o mundo sob outras óticas, além de si mesma. Seus olhos começam a perceber a realidade social e ela passa a compreender fatos concretos. Essa fase dura até por volta de 11 a 12 anos, quando se inicia o período das operações formais e que se estende até a fase adulta. Nessa última etapa, o indivíduo já é capaz de trabalhar com hipóteses, sem necessariamente partir do que é palpável.

O produto é direcionado à fase operacional-concreta, para viabilizar o tateamento da realidade do outro. O resultado esperado é que, tanto os entrevistados, quanto os leitores que vierem a ter conhecimento do livro, e dos próximos a serem produzidos, possam compreendê-los, se reconhecendo e conhecendo o outro. Pretende-se, por fim, realizar parcerias com investidores (Governo ou Sociedade Civil) para que a obra seja publicada e distribuída sem custos às crianças e escolas de Uberlândia.

Objetivos traçados, foi necessário, a partir de então, realizar um planejamento. Este Relatório de Defesa apresentará o caminho percorrido para produção do livro jornalístico.

Portanto, divide-se em oito partes. A primeira, já traçada, conta com o Memorial Acadêmico e Apresentação do tema. Na segunda, está teorizado e problematizado o conceito de Comunicação para Crianças. A terceira, discorre sobre o conceito de Migração, em diferentes contextos territoriais, sociais e temporais. Na quarta parte, apresenta-se a conceituação do livro jornalístico para crianças que foi desenvolvido como produto deste Mestrado Profissional. Na quinta parte há a apresentação do produto, bem como dos métodos, técnicas e do relato de seu desenvolvimento. A exequibilidade e aplicabilidade do produto estão inseridas na sexta parte deste relatório. Na sétima há uma explanação das Considerações Finais. Por fim, na oitava parte, as Referências utilizadas neste trabalho serão apresentadas.

## 2 COMUNICAÇÃO PARA A INFÂNCIA

A proposta deste capítulo é apresentar alguns conceitos que aproximam as ideias de comunicação e infância e são norteadoras para o trabalho que aqui se propõe, para tanto, ele está estruturado em três partes. Na primeira, há uma discussão sobre o aprendizado na infância, a partir da compilação de estudos de dois pesquisadores, que trabalham com aspectos de ensino-aprendizagem: Piaget e Paulo Freire. A escolha do primeiro se deve à explicação amplamente utilizada sobre as etapas do desenvolvimento cognitivo. O segundo foi escolhido pelo fato de ser conhecido internacionalmente por desenvolver a concepção de uma prática educativa-construtivista. A segunda parte é uma explanação de estudos referentes ao uso das mídias pelos infantes, na qual se busca compreender quem são as crianças dos dias atuais, a partir desse uso midiático. Por fim, a terceira parte apresenta o conceito de jornalismo para crianças como forma de se estabelecer uma comunicação significativa com os infantes.

### 2.1 O Aprendizado na Infância

A infância no Brasil é definida pela faixa etária compreendida desde o nascimento até doze anos de idade incompletos (BRASIL, 1990b). Ser criança, porém, vai muito além de um recorte etário regido por lei. É um período de aprendizado significativo. O psicólogo suíço Jean Piaget, um dos pesquisadores de destaque do tema, divide esse processo de desenvolvimento cognitivo na infância em quatro etapas: sensório-motor; pré-operacional; operacional-concreto e operacional-formal.

A transição de uma etapa para outra não acontece de forma abrupta, mas de maneira em que se busca o equilíbrio entre processos de assimilação e acomodação. Barry Wadsworth (1997) explica a teoria de Piaget a respeito do processo de equilibração de forma didática. Segundo Piaget, todo indivíduo é dotado de esquemas, que são apresentados por Barry Wadsworth (1997, p.16) como “estruturas mentais ou cognitivas pelas quais os indivíduos intelectualmente se adaptam e organizam o meio [...] são estruturas que se adaptam e se modificam com o desenvolvimento mental”. Sendo assim, no processo de desenvolvimento

cognitivo, passa-se de uma etapa a outra por meio de transformações nesses esquemas, que ocorrem de forma gradual e contínua.

Wadsworth (1997) apresenta dois processos envolvidos nessas mudanças, conforme constatado por Piaget. O primeiro deles é o de assimilação. Esse processo cognitivo utiliza conhecimentos já existentes para explicar fatos novos. Dessa forma, para compreender uma nova concepção ou objeto, a criança recorre a uma base de conhecimento já consolidada. Esse processo amplia os esquemas, “a assimilação não resulta em mudanças dos esquemas, mas ela afeta o crescimento deles” (WADSWORTH, 1997, p.20). O autor chega a comparar o processo de assimilação com o ato de encher um balão. O fato de colocar mais ar em uma bexiga amplia o seu tamanho, porém, não modifica sua forma.

O que de fato modifica é o processo de acomodação. Wadsworth (1997) discorre que, além de transformar os padrões já existentes nos esquemas, o processo de acomodação também cria novos. Quando a criança é apresentada a um estímulo, nem sempre é capaz de explicá-lo a partir de esquemas já existentes, é nesse momento que entra em cena o processo de acomodação. “Ocorrida a acomodação, uma criança pode tentar assimilar o estímulo novamente. Uma vez modificada a estrutura cognitiva, o estímulo é prontamente assimilado. A assimilação é sempre o produto final.” (WADSWORTH, 1997, p.20). O resultado do balanço entre ambas, para Piaget, é o que se define como equilíbrio. Em resumo,

[...] uma criança, ao experienciar um novo estímulo (ou um velho, outra vez), tenta assimilar o estímulo a um esquema existente. Se ela for bem-sucedida, o equilíbrio, em relação àquela situação estimuladora particular, é alcançado no momento. Se a criança não consegue assimilar o estímulo, ela tenta, então, fazer uma acomodação, modificando um esquema ou criando um esquema novo. Quando isto é feito, ocorre a assimilação do estímulo e, nesse momento, o equilíbrio é alcançado. (WADSWORTH, 1997, p.23).

Compreendido esse processo de transição, chega o momento de definir cada etapa do desenvolvimento cognitivo. O que se pretendeu neste trabalho, foi entender especificamente em que ponto desse desenvolvimento, socialmente, a criança é capaz de perceber a realidade de seu próximo. Piaget e Inhelder (1968) explicam que isso não acontece no período sensório-motor, que vai do nascimento até cerca de 2 anos. Isso porque, o bebê não possui o recurso da linguagem já definida para evocar pessoas ou objetos. Esses passam a não existir em sua ausência. Assim, a interação com o outro ou um objeto limita-se à condição espaço-temporal em que a criança e os demais se encontram. “Ora, à falta de linguagem e de função simbólica, tais construções se efetuam exclusivamente apoiadas em percepções e

movimentos, ou seja, através de uma coordenação sensório-motora das ações, sem que intervenha na representação ou pensamento.” (PIAGET; INHELDER, 1968, p. 12).

Com o desenvolvimento da linguagem, têm-se o início do período pré-operatório. Segundo Piaget (1976-1978), nessa etapa a criança entre cerca de 2 e 7 anos, passa a entender o uso da linguagem e, assim, é capaz de reconstruir ações passadas e antecipar futuras. A partir daí é que o processo de socialização começa, pois a linguagem permite a troca simbólica entre os indivíduos. As palavras passam a ser interiorizadas, culminando na formação do pensamento. As ações também as são, a partir da reconstituição dos fatos através das imagens. Por fim, em termos afetivos, “segue-se uma série de transformações paralelas, desenvolvimento de sentimentos interindividuais (simpatias e antipatias, respeito, etc.) e de uma afetividade interior organizando-se de maneira mais estável no curso dos primeiros estágios.” (PIAGET, 1976-1978, p.24).

Nos dois períodos citados, entretanto, a criança ainda está inserida numa perspectiva egocêntrica. Segundo Piaget e Inhelder (1968), na etapa sensório-motor, ela acredita que os objetos são extensões de seu corpo e, posteriormente, trabalham a seu favor. Na fase pré-operacional, apesar de se dar o início da socialização e afetividade, a criança ainda não é capaz de compreender a perspectiva do outro, e basicamente usa a fala para se comunicar consigo mesma.

O fato bruto é que, em certos meios escolares, em que as crianças trabalham, brincam e falam livremente, as expressões dos sujeitos de 4 a 6 anos não se destinam todas a fornecer informações ou a formular perguntas, etc. (= linguagem socializada), mas consistem, amiúde, em monólogos ou “monólogos coletivos”, em cujo transcurso cada um fala para si, sem escutar os outros (= linguagem egocêntrica). (PIAGET; INHELDER, 1968, p. 110).

Esse aspecto egocêntrico dá lugar a um indivíduo mais sociável, a partir de cerca de 7 anos. Piaget (1976-1978) explica que, nessa idade, inicia-se a fase operacional-concreta. A criança, outrora focada em si própria, passa a enxergar-se como um indivíduo em meio aos demais. Surge então o sentimento de respeito mútuo e a cooperação é viabilizada, pois o infante não confunde mais seu ponto de vista com os dos demais: é perceptível que cada um tem o seu.

Para exemplificar o que acontece nessa transição entre o período pré-operacional e o operacional-concreto, Piaget (1976-1978) apresenta a interação entre crianças, a partir de regras estabelecidas em um jogo: a bola de gude. Os sujeitos da primeira fase, apreendem as regras dos adultos e, quando jogam com outras crianças, ora imitam os maiores de idade, ora

estabelecem seu próprio jeito de jogar. No fim, todo mundo ganha, pois todos se divertiram. Na segunda, entra em cena o ato de reflexão, que conforme explica Piaget (1976-1978), se trata de um processo de deliberação interiorizada. Em cooperação, as crianças estabelecem as regras do jogo e passam a respeitá-las. Reconhecem que existe um ganhador e um perdedor.

Nessa etapa, também segundo Piaget (1976-1978, p. 56,57), é quando o senso de justiça se torna mais forte na criança, principalmente entre os de idade similar.

[...] a afetividade, entre os sete e os doze anos, caracteriza-se pela aparição de novos sentimentos morais e, sobretudo, por uma organização da vontade, que leva a uma melhor integração do eu e a uma regulação da vida afetiva. [...] O novo sentimento, que intervém em função da cooperação entre as crianças, e das formas de vida social dela decorrentes, consiste essencialmente em mútuo respeito. Este existe quando os indivíduos se atribuem, reciprocamente, um valor pessoal equivalente, não se limitando a valorizar uma ou outra ação específica.

A criança, passa a ser, portanto, uma nova versão de si mesma. Pela definição realizada por Piaget (1976-1978), e conforme já apresentado neste Relatório, optou-se por desenvolver um produto sobre e para a fase operacional-concreta. Acredita-se que é a faixa etária ideal para apresentar meios midiáticos de relevância social, que abordem a realidade do outro. Entre os 7 e 12 anos já é possível perceber consolidada a empatia e a leitura já está bem desenvolvida.

Após os 12 anos, a intitulada adolescência é explicada pela fase operacional-formal. Nela, conforme mostra Piaget (1976-1978), existe uma dupla visão sobre o processo social do indivíduo, uma positiva e outra negativa. O autor critica o posicionamento daqueles que percebem esse período como um processo em que o sujeito se torna antissocial (visão negativa). Para Piaget (1976-1978), o adolescente, pelo contrário, aprofunda sua análise da sociedade, entretanto, ele defende àquela em que acredita. Ele não está alheio, mas, sim, atento. Assim, o futuro adulto discute seu ponto de vista com outros adolescentes e jovens, formando grupos para essa finalidade.

É possível perceber, através das explanações de Piaget, especialmente no período da segunda infância, que o aprendizado pode ser socialmente significativo, basta somente bom senso do indivíduo que ensina. Além de aprender consigo mesma, com o meio e, com os pares, as crianças também estabelecem relações de aprendizado com os adultos. Por isso, é uma responsabilidade dos maiores de idade a de compartilhar com os menores, conteúdos de ensino-aprendizagem que esclareçam que o “mundo não é. O mundo está sendo”. (FREIRE, 2002, p. 30).

Paulo Freire (2002) alerta aos educadores que, para exercer a prática educativa, é necessária a tomada de consciência de uma série de ações. Ensinar exige<sup>5</sup>, entre outros atos, a convicção de que a mudança é possível. O autor discorre que o mundo não está acabado, no sentido de pronto. Sempre é possível alterar sua dinâmica. Como? A partir da intervenção na realidade. Paulo Freire (2002) critica o exercício de ensino-aprendizagem que busca compreender o ambiente que o cerca, sem desenvolver no educando um posicionamento emancipatório de sua própria realidade. Por isso, o autor invoca a rebeldia. Não aquela que piora o mundo, mas que o melhora. É a não aceitação da condição oprimida do indivíduo desfavorecido, mas a ideia de que é possível transformá-la a partir da compreensão de tal situação.

Não se trata obviamente de impor à população expoliada [sic] e sofrida que se rebele, que se mobilize, que se organize para defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se na verdade - não importa se trabalhamos com alfabetização, com saúde, com evangelização ou com todas elas -, de, simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado. (FREIRE, 2002, p. 31).

Por isso, as interações sociais são importantes. Tanto para o desenvolvimento cognitivo, quanto para o crítico. Dar às crianças a oportunidade de conhecer a vida de outras, é o gesto inicial para a transformação social. Para isso, é necessário também respeitar as especificidades da nova geração com que se pretende dialogar. O conteúdo pelo conteúdo, sem a preocupação com a forma, é como se fosse um presente precioso, entregue num saco de lixo. Sendo assim, é preciso se preocupar não somente com o que se fala, mas, também, como se fala com os infantes. Conhecer os nativos digitais é um bom caminho para desenvolver uma comunicação efetiva com e para as crianças.

---

<sup>5</sup> Em *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2002) lista e explica o que ensinar exige: rigorosidade metódica; pesquisa; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; o reconhecimento e assunção da identidade cultural; consciência do inacabamento; reconhecimento de ser condicionado; respeito à autonomia do ser educando; bom senso; humildade, tolerância e luta pelos direitos dos educadores; apreensão da realidade; alegria e esperança; convicção de que a mudança é possível; curiosidade; segurança, competência profissional e generosidade; comprometimento; compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo; liberdade e autoridade; tomada consciente de decisões; saber escutar; reconhecer que a educação é ideológica; disponibilidade para diálogo e querer bem aos educandos.

## 2.2 O Uso das Mídias pelas Crianças

Como apresentado anteriormente, todos os indivíduos, passam pelas fases do desenvolvimento cognitivo. Quem não é criança, já foi um dia. A construção de cada adulto, é resultado das infantis vivências: o contato com o meio ambiente que o cerca, a descoberta do eu, a convivência com o outro. Especificamente para as crianças das últimas duas décadas, a infância também é construída a partir do contato com as mídias digitais. Atualmente, numa simples ida ao shopping center, é comum encontrar os pequenos sujeitos dividindo suas atenções entre um lanche e o uso de um tablet ou celular. A utilização das multimídias é uma realidade para grande parte dos infantes.

As crianças são diferentes dos adultos, principalmente pelo fato de terem sido ou estarem sendo crianças em gerações distintas. Em relação ao uso das mídias, em suas variadas configurações, Strasburger, Wilson e Jordan (2011), apresentam um compilado de pesquisas que demonstram distinções significantes entre os infantes e os maiores de idade. Eis que entra em cena o posicionamento dos adultos. De acordo com estudos apresentados pelos autores Hoffner e Buchman (2002); Perloff (2002), citados pelos autores Strasburger, Wilson e Jordan (2011, p. 30), o adulto tende a acreditar que todos a sua volta sofrem mais a influência das mídias do que ele próprio. Quanto menor a idade daquele que recebe a comunicação midiática, mais ele acha isso.

Nesse contexto, duas posições opostas são estabelecidas. Uma garante que de fato as crianças são extremamente suscetíveis à influência das mídias, necessitando assim de proteção dos adultos quanto ao consumo do conteúdo (BUCKINGHAM, 2000 apud STRASBURGER; WILSON; JORDAN, 2011, p.30). A outra coloca os infantes como sabedores das tecnologias e com autonomia suficiente para decidir como será o consumo midiático (LIVINGSTONE, 2002 apud STRASBURGER; WILSON; JORDAN, 2011, p.30). Nessa última, toda tentativa de protecionismo dos adultos passa a ser encarada como paternalismo exacerbado, pois as crianças não são consideradas sujeitos manipulados. Strasburger, Wilson e Jordan (2011, p.30) preferem um meio termo, ao afirmarem que “na verdade nenhuma dessas posições extremas parece muito satisfatória. As crianças não são totalmente passivas diante das mídias de massa, nem são extremamente experientes e perspicazes. A realidade é, provavelmente, algum ponto intermediário.”

Bucht e Von Feilitzen (2002) também concordam com essa posição intermediária. Para as autoras, os conteúdos da mídia não exercem influência direta sobre os atos das

crianças. Elas afirmam que o que se extrai da mídia é uma série de “impressões mentais”, que são mescladas a outros valores trazidos pela família, educadores e pares. Assim, tanto para o bem, quanto para o mal, a mídia utilizada pelos pequenos não pode ser responsabilizada sozinha pelas ações e aprendizados dos infantes. Especificamente para o bem social, as autoras garantem que a mídia pode, sim, contribuir, caso trabalhe nessa direção para a “diminuição dos hiatos de informação, a revolução educacional, a tolerância, a democracia e a paz.” (BUCHT; VON FEILITZEN, 2002, p. 82).

O acesso às mídias digitais, entretanto, nem sempre é garantido a todas as crianças. Esse fato tende a aumentar as desigualdades de informação entre os infantes de classes sociais mais abastadas, de outras menos favorecidas. As crianças são diferentes entre si, não é só questão de idade. Segundo dados obtidos a partir da Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil, desenvolvida pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2019 (CETIC.BR, 2020), com crianças e jovens entre 9 e 17 anos, 89% das crianças e adolescentes no país usavam a internet, o que equivale a 24 milhões de usuários. Os números são altos, porém, ainda assim, excluem parte da população nessa faixa etária.

Embora tenham sido observados avanços em relação à conectividade, a exclusão digital ainda persiste em alguns estratos socioeconômicos e regiões. As proporções de usuários da rede foram menores nas áreas rurais (75%), nas regiões Norte (79%) e Nordeste (79%), bem como nas classes D E (80%). Em números absolutos, 3 milhões de crianças e adolescentes não haviam acessado a Internet nos três meses anteriores à realização da pesquisa. (CETIC.BR, 2020, p. 23).

É muita criança e jovem sendo deixados de fora. Como incluí-los? A confecção de produtos impressos distribuídos às crianças de todas as classes sociais, poderia ser um dos caminhos para a inserção, é o que se pretende neste trabalho. Em sua tese, Juliana Doretto (2015) analisa o jornalismo infantojuvenil praticado no Brasil e em Portugal e, no Brasil, enfatiza a importância do desenvolvimento de produtos para crianças que explorem outros canais de comunicação, além da internet.

Doretto (2015) constatou que, pela crise financeira enfrentada pelos veículos impressos de comunicação no Brasil, as empresas de suplementos infantis impressos passaram a focar no desenvolvimento de produtos digitais, ignorando os disparates sociais entre crianças ricas e pobres. A autora alerta que com isso ocorre uma separação entre os infantes que podem adquirir mídias impressas pagas e que possuem contato com as mídias

digitais, dos que possuem apenas o acesso à televisão aberta no país. É preciso, portanto, equilíbrio entre o desenvolvimento de canais digitais para as crianças e a manutenção e até mesmo ampliação de produtos nos meios de comunicação que garantam a informação a infantes de todas as classes socioeconômicas. A autora garante que, nesse cenário, tanto em Portugal como no Brasil, “há oportunidades para o desenvolvimento de produtos voltados para as crianças, com diferentes orientações editoriais — e estratégias comerciais.” (DORETTO, 2015, p.42).

### 2.3 Jornalismo para a Infância

O conceito de infância já sofreu transformações, antes mesmo do advento das mídias digitais. Nem sempre as crianças foram vistas como seres humanos em formação, diferentes dos adultos e que precisavam de uma comunicação e educação específicas ao seu desenvolvimento. Conforme apresentam Varão e Bemfica (2009), do século XVI ao XVIII, as crianças eram concebidas como adultos em miniaturas, ou seja, eram tratadas como tais.

Caso infringissem os modos impostos, podiam ser submetidas a pequenas torturas para se adequarem aos padrões sociais pré-determinados. Com isso, as crianças se tornavam espelhos daqueles com quem conviviam. Dessa forma, só eram consideradas indivíduos após aprenderem a realizar as atividades semelhantes às desenvolvidas pelos adultos (VARÃO; BEMFICA, 2009, p.3,4).

Ainda segundo as autoras, esse mundo constituído apenas de adultos, só foi alterado com a ascensão de uma sociedade burguesa que valorizava a instrução. A escola passou a ser o local em que se percebe a criança como um ser humano em desenvolvimento, respeitando as etapas de seu aprendizado. A transformação se consolidou definitivamente no século XIX, quando “a criança passa a ser considerada, tanto pela perenização da linhagem, quanto pelo reconhecimento de uma certa especialidade dessa etapa da vida. Por tudo isso, ela inspira carinho e cuidados.” (PRIORE, 2007, p. 156 apud VARÃO; BEMFICA, 2009, p.4).

O tempo passou, e a criança foi recebendo cada vez mais direitos. Atualmente, no Brasil, conforme já apresentado, define-se o conceito de criança pela idade. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente: “Considera-se criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990b, art.

2º). Com esse recorte etário, a Lei garante direitos aos que estão por ela alcançados, “a informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (BRASIL, 1990b, art. 71).

É como dizem, “respeito é bom, e todo mundo gosta”, inclusive na mais tenra idade. Por isso, falar com e para crianças é uma função social que deve ser exercida com destreza pelos adultos. Não se trata de apequenar o tom da conversa, utilizando diminutivos e um linguajar “abobado”. Trata-se de respeitar os meninos e meninas como indivíduos, inseridos no mesmo mundo que os demais viventes e capazes de perceber a dinâmica social que os cerca. É preciso, portanto, contextualizar a linguagem para as faixas etárias de cada etapa da infância, respeitando essa nova forma de compreensão dos nativos digitais.

Nesse cenário, uma das formas de se estabelecer comunicação com os pequenos sujeitos, de modo objetivo e atrativo, é através do jornalismo para a infância. A pesquisadora Juliana Doretto (2014) explica que o jornalismo para crianças pode ser definido basicamente pelo jornalismo produzido para o público infantil. A autora alerta, porém, que por mais simples que possa parecer essa definição, ela é, sim, muito complexa.

Primeiramente, Doretto (2014) pontua que essa complexidade decorre da diversidade do público a que se destina. Existem crianças de diferentes classes sociais, faixas etárias e personalidades. Definir tal público é uma missão praticamente impossível. Por isso, a autora esclarece uma concepção, que é a dos comunicadores que desejam se enveredar pelo caminho do jornalismo voltado para as crianças, construir a figura de um leitor. “Para escapar dessa fluidez, os produtos jornalísticos desenham um perfil de público, um leitor imaginado, e para ele dirige [sic] seus discursos — tentando deixar certo espaço para que públicos diferentes dos imaginados também se interessem pelo conteúdo”. (DORETTO, 2014, p. 61).

Esse é um dos caminhos. Outro (KRESS e VAN LEEUWEN, 2001 apud DORETTO, 2014), seria o de definir o jornalismo produzido para crianças, a partir da elucidação dos autores por ela citados, utilizando a análise multimodal. Esse tipo de análise se volta para o design, ou seja, a maneira como a comunicação é apresentada, e para a forma como é expressa: em que formato é distribuída. Ainda assim, para formatação de determinado conteúdo, o público sempre é idealizado pelos produtores.

O design é aqui entendido como a “conceituação da forma” desses produtos, enquanto a produção envolve a articulação deles “em forma material”, ou seja, dá uma configuração concreta, uma materialidade ao que antes era apenas um projeto, um design. A distribuição, por sua vez, refere-se a

tecnologias de reprodução (papel, web, ondas sonoras etc.). A partir disso, a proposta aqui é buscar uma forma de conceituar o jornalismo para crianças não apenas a partir do discurso que ele cria e veicula, mas também pela forma como esse discurso é concebido e produzido, e pelas tecnologias com a qual é distribuído. (DORETTO, 2014, p.61).

Por fim, a complexidade de produzir conteúdos jornalísticos para as crianças, de acordo com Doretto (2014), é reforçada pela união de um leitor imaginado com a forma de diagramação e distribuição do conteúdo voltado para esse leitor. Segundo a autora, o resultado é o seguinte: a partir dessa construção semiótica e discursiva, apresenta-se à criança o que ela deve ser, sobre quais assuntos deve falar, como deve se divertir, define, enfim, o próprio conceito de infância.

Essa constatação de que o jornalismo infantil molda o próprio conceito de infância contemporânea persiste na tese da autora. Segundo Doretto, o jornalismo infantil ao criar a ideia de um leitor imaginado, ouvindo-o, divulgando sua voz e para ele escrevendo, “simultaneamente [...] define-se, traça linhas que o distinguem de outros discursos jornalísticos, desenha fronteiras entre o que é a produção jornalística para as crianças e a destinada ao público adulto.” (DORETTO, 2015, p.15). No capítulo 4 deste trabalho, abordaremos como esses discursos são tecidos, a partir da explanação de experiências de profissionais da área de jornalismo infantil, que são balizadoras das características jornalísticas que compõem o livro aqui apresentado.

Este trabalho, conforme já apresentado, desenvolve um livro jornalístico para crianças, sobre o tema imigração. Para isso, buscou-se compreender por meio do levantamento bibliográfico realizado neste Capítulo, quem são as crianças de 7 a 12 anos, a quem se direciona a escrita. Nem todas são colocadas no mesmo “pacote”. As crianças são diferentes entre si. Pertencem a classes sociais distintas. Possuem personalidades únicas. Estão inseridas em contextos familiares e sociais diversos. Junta-se a tudo isso o fato de que a criança de hoje não cabe no enredo de infância contado pelos adultos e idosos, ou seja, ela é diferente do infante do passado.

Essas características diversas, entretanto, não são fatores limitantes, mas são norteadoras do estilo de texto e da diagramação utilizados na construção do produto. Desenvolve-se um texto dinâmico e fluido utilizando as técnicas de profissionais dessa área. A leitura e diagramação não lineares também estão presentes, afinal, a leitura impressa precisa ser atrativa para as crianças. Optou-se também pelo desenvolvimento de um produto impresso, para alcançar meninos e meninas de diferentes classes sociais, pois parte-se da concepção de que nem todos têm acesso aos recursos midiáticos digitais de maneira

funcional. Ainda assim, são sugeridas no decorrer da obra, páginas para acesso na internet, de forma que os pequenos aprofundem seu conhecimento sobre imigração. Acredita-se, portanto, que mesmo inserida no mundo digital, com um livro na mão, uma criança vai longe.

### 3 MIGRAÇÃO

Este Capítulo apresenta a Migração a partir de diferentes perspectivas: territoriais, temporais e sociais, com o objetivo de compreender melhor o contexto dos deslocamentos humanos no Brasil e no mundo. Por isso, está estruturado em três partes. A primeira parte traça o percurso histórico das imigrações no Brasil, a partir dos estudos de duas pesquisadoras Levy (1974) e Bassanezi (1996). A segunda parte busca compreender o cenário contemporâneo das migrações mundiais, desencadeado, principalmente, pelo processo de globalização. Para isso, é realizado um levantamento de dados de Organizações que estudam o tema e de autores que criticam as exclusões humanas geradas pela globalização. Por último, na terceira parte, há uma explanação do panorama da imigração no Brasil, no Estado de Minas Gerais e, finalmente, em Uberlândia. Portanto, apresentam-se os principais grupos de imigrantes no país e na região, as leis que buscam garantir direitos a esses indivíduos, bem como as principais Organizações Não Governamentais que colaboram na integração desses sujeitos na sociedade.

#### 3.1 Fluxos Migratórios no Brasil ao Longo da História

No decorrer da História, várias pessoas migraram para o Brasil. A miscigenação e cultura brasileiras não vieram do acaso. Identificar e tornar essa mistura quantificável, porém, não é tarefa fácil, pois, conforme apresenta Bassanezi (1996), existem lacunas no tema imigração pela ausência de registros históricos suficientes. Soma-se a isso o fato que a imigração só se tornou objeto de estudo em meados das décadas de 1950 e 1960. “As fontes existentes e a bibliografia produzida nos países de emigração e/ou nos demais países receptores de imigrantes nos são desconhecidas ou pouco familiares”. (BASSANEZI, 1996, p.2).

Esses empecilhos, porém, não limitaram alguns historiadores e sociólogos. Pesquisadores como Levy (1974) e Bassanezi (1996) se dispuseram a estudar a imigração no Brasil. Segundo Levy (1974), e como já amplamente ministrado pelos professores de História nas escolas primárias, os primeiros imigrantes a chegarem ao Brasil foram os portugueses. Vieram de fora a uma terra já habitada pelos índios, com o objetivo de se apropriarem e

explorarem os recursos brasileiros. Conseguiram, “estabeleceram um tipo de colonização baseado na economia extrativa, seguindo-se-lhe a lavoura canavieira”. (LEVY, 1974, p.49).

Para essa exploração, os portugueses, entretanto, não tinham mão de obra suficiente. Isso porque, conforme Levy (1974), a população de Portugal no final do século XVI, era constituída por cerca de um milhão de habitantes e, assim sendo, os governantes não possuíam excedente populacional para enviarem ao Brasil. A solução encontrada pelo governo português foi a de traficar mão de obra da África. “A implantação da grande lavoura de exportação deu origem ao tráfico de escravos africanos, um movimento migratório forçado que perdurou por três séculos (até 1850) e introduziu aqui cerca de 4 milhões de cativos.” (BASSANEZI, 1996, p.2).

Livres ou forçadas, as nuances migratórias do Brasil foram sendo traçadas. Os nativos se depararam primeiramente com a chegada dos portugueses e, num segundo momento, dos africanos. Com o passar do tempo, ocorreram transformações sociais que viabilizaram a entrada de outros imigrantes no país. Conforme apresenta Levy (1974), nas primeiras décadas do século XIX, tornou-se mais árduo adquirir mão de obra escrava, pois os africanos já possuíam defesas próprias de grupo e, além disso, na Europa irrompeu um aumento demográfico, culminando num excedente populacional,

Os Estados Unidos e outros países da América já recebiam imigrantes europeus quando o Brasil começa sua política de imigração. Esse interesse tardio do Brasil se deve à mudança de um sistema econômico escravocrata para um sistema capitalista de produção que se inicia com o advento da lavoura cafeeira. (LEVY, 1974, p. 50).

É aí que entra no país um terceiro grupo significativo de imigrantes para a História do Brasil, os italianos. Esse grupo europeu, conforme elucida Levy (1974), já tinha o perfil de mobilização geográfica em busca de melhorias profissionais e econômicas. Assim, com a referida ascensão da lavoura de café, que necessitava de uma grande força de trabalho, somada a uma política voltada para a migração em massa adotada pelo governo brasileiro, os italianos chegaram com suas famílias, substancialmente entre 1880 e 1900.

Estes imigrantes, no Brasil, tomaram caminhos diversos. Uma pequena parcela foi canalizada para os projetos de colonização no sul e sudeste do país ou rumou diretamente para as cidades, onde a estrutura ocupacional oferecia oportunidades de trabalho nos setores secundário e terciário. A imensa maioria, porém, fixou-se nas fazendas cafeeiras paulistas, sob regime de colonato, substituindo a mão-de-obra escrava. Posteriormente, parte desta migrou para a capital e cidades interioranas de São Paulo, atraída pelas

atividades urbano-industriais, ou transferiu-se para áreas de predomínio da pequena propriedade rural. (BASSANEZI, 1996, p.21).

Após essa ascensão significativa, a partir de 1902, houve uma queda na entrada de italianos no país. Isso porque, a Itália passou a proibir a emigração do seu povo ao Brasil, principalmente devido às más condições de moradia e trabalho a que os seus emigrantes eram submetidos e, nesse período, paralela a essa proibição, a cafeicultura entrou em crise no Brasil. (LEVY, 1974).

Para melhorar esse cenário, em 1906, transcorreu-se uma política de valorização da cafeicultura, através do Convênio de Taubaté, desenvolvida pelo governo brasileiro (BASSANEZI, 1996, p.27). Novamente o momento era propício à entrada de estrangeiros no Brasil. Nessa época, adentraram ao país, em números expressivos, portugueses e espanhóis, e teve início também a presença dos japoneses. Essas correntes migratórias foram interrompidas devido à Primeira Guerra Mundial. No pós-Primeira Guerra, Bassanezi (1996) destaca que finalmente houve a recuperação da lavoura de café e, dessa forma, pessoas de outras nacionalidades, além das já apresentadas, iniciaram seu processo de imigração ao Brasil, entre eles, poloneses, russos, romenos e judeus.

Conforme já abordado, os espanhóis migraram em grande volume para terras brasileiras. Foram motivados por questões demográficas e socioeconômicas, “somavam-se, ao final do século XIX, as inquietações geradas pelas guerras da África (1893), de Cuba (1895), das Filipinas (1896) e dos Estados Unidos. Para o Brasil vieram moradores da Galícia e de Andaluzia.” (BASSANEZI, 1996, p.25). A autora ainda esclarece dados quantitativos da presença desse deslocamento espanhol, afirmando que, entre 1872 e 1972, chegaram ao Brasil, 716.052 imigrantes. A princípio, os espanhóis desembarcaram no país para trabalharem nas lavouras de café. Por volta dos anos 1950 e 1960, voltaram-se para o labor na indústria e comércio de São Paulo Capital. (BASSANEZI, 1996, p. 25, 26).

Outro grupo que começou a marcar presença no Brasil, a partir da valorização da cultura cafeeira, como mencionado, foi o de japoneses. Mesmo com a distância em relação ao Brasil, a emigração japonesa foi necessária devido à crise socioeconômica instaurada no país oriental com a Restauração Meji (1868), que gerou desemprego em massa. Assim, os produtores de café no Brasil, com a necessidade de mão de obra nas plantações, negociaram a vinda dos orientais para terras brasileiras (BASSANEZI, 1996, p.27). No Brasil, os japoneses viveram diferentes experiências. Eles tiveram mais dificuldades de adaptação em relação à língua, a cultura era totalmente diferenciada e, além disso, os imigrantes japoneses não

aceitavam as más condições de moradia e alimentação a que eram expostos. Isso gerou muitos conflitos entre os imigrantes japoneses e os fazendeiros. Nesse cenário,

A tendência geral dos japoneses, com o passar do tempo, foi de reunião em colônias, formadas de diferentes modos. Nestas, organizaram associações com o objetivo de estreitar as relações entre seus membros e cuidar dos assuntos de interesse coletivo; também criaram escolas para o ensino da língua e cultura japonesa aos filhos (as associações e as escolas tiveram um papel fundamental na comunidade japonesa). De um modo geral, a organização social dessas colônias tendia a reproduzir o modelo adotado nas aldeias ou povoados no Japão. (BASSANEZI, 1996, p.29).

Os alemães, assim como os japoneses, também podem ser definidos como uma comunidade que teve resistência étnico-cultural ao se instalarem no Brasil. Bassanezi (1996, p. 30, 31) elucida que o deslocamento mais intenso desse povo europeu ao país ocorreu entre os anos de 1880-1939. Desde 1820, havia uma política de distribuição de pequenas propriedades rurais aos imigrantes alemães, o que viabilizou a entrada de 250 mil alemães por volta da metade do século XIX. Muitos imigrantes alemães chegaram e logo partiram de volta ao país de origem, ou migraram para outros países, “aqueles que permaneceram, na sua esmagadora maioria estabeleceram-se nos estados do sul do País (Rio Grande do Sul e Santa Catarina e, posteriormente, Paraná), no Espírito Santo e, em escala muito reduzida, em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.” (BASSANEZI, 1996, p.31). Segundo a autora, nenhuma outra comunidade foi tão fechada e resistente quanto a alemã. O forte senso cultural, fez com que esses imigrantes estabelecessem colônias isoladas etnicamente do restante populacional nas regiões que se instalaram.

Levy (1974) quantifica todos esses fluxos migratórios direcionados ao Brasil ao longo de cem anos. Especificamente no período de 1872 a 1972 entraram no país, segundo a autora “5.350.889 imigrantes [...] dos quais 31,06% de origem portuguesa, 30,32% de italianos, 13,38% de espanhóis, 4,63% de japoneses, 4,18% de alemães, e ainda 16,42% de outras origens não especificadas”. (LEVY, 1974, p.55).

A imigração ao longo dos anos no Brasil culminou na pluralidade étnica e cultural da nossa sociedade. Se a diversidade sociocultural brasileira foi fruto desses deslocamentos, a demográfica e étnica-racial também. Levy (1974, p.68) aponta que entre 1890 e 1940 a imigração teve uma porcentagem considerável de influência no crescimento populacional brasileiro: 10,04% diretamente e 5,26% indiretamente. Esse crescimento demográfico se deve principalmente à fecundidade das mulheres estrangeiras.

Com o passar do tempo e diversas transformações sociais, a tendência do Brasil foi a de receber cada vez menos imigrantes. Após 1961, segundo Bassanezi (1996, p.7), “as entradas mantiveram-se em níveis bem baixos, limitando-se a técnicos e engenheiros. O mundo mudou e o Brasil perdeu a antiga atração. O que se observou, a partir de então, foi uma reversão da tendência secular nas migrações.” A globalização, porém, trouxe muitos motivos para migrar e, na contemporaneidade, outros perfis de imigrantes começaram a se deslocar ao Brasil, afinal, o mundo não para de mudar, seus moradores também não.

### **3.2 Migrações Contemporâneas Mundiais e Globalização**

A modernidade trouxe revoluções ao interconectar as diversas partes do globo. Com o advento dos meios de comunicação e transportes sofisticados, as barreiras culturais e físicas passaram a ser mais facilmente transponíveis. O capitalismo criou um quadro de negociação de bens, sejam objetos ou culturas – esta última também objetificação de desejos.

A atual fase da globalização está intimamente ligada ao aumento da mobilidade humana, mas isso não significa que essa globalização, percebida através da homogeneização dos costumes, da padronização cultural, da integração entre os mercados produtores e consumidores, e da ideologia de um mundo só, esteja indicando a existência de cidadãos ditos globais, com livre acesso a todas as áreas do globo. (ALVES, 2012, p. 49).

Movimenta-se com liberdade quem pode e esse poder significa ter condições financeiras e autorização social para isso. A intitulada globalização é uma realidade complexa de se definir, pois suas possibilidades e consequências são ilimitadas. Bauman (1999) reflete sobre a globalização como campo de exclusão: enquanto o mercado circula livremente, várias pessoas não o fazem. Acionistas de empresas mundiais deslocam suas organizações para atender aos seus interesses, e deixam para trás recursos humanos estagnados, utilizam pessoas como mão de obra e depois quando já não lhes convém, retiram-se. Ao pobre é oferecido meramente o direito de se conformar em ficar onde está, por não ter condições financeiras para sair do estado em que foi deixado e por não ter a sorte de ter nascido num país rico. Resta ao pobre tão somente agradecer pelo emprego que lhe permitiu uma vida “digna” por um tempo.

Nesse âmbito do mundo globalizado, dois sujeitos antagônicos e, ao mesmo tempo que se completam, são definidos por Bauman (1999), o turista e o vagabundo. O turista é aquele que possui as portas abertas do mundo. Ele transpõe territórios físicos e cibernéticos, é muito bem recebido onde quer que chegue e, quando não fisicamente, transita por diferentes espaços virtuais. Do lado oposto está o vagabundo, o ser humano que sobra no processo econômico moderno, que só vale por sua força de trabalho unicamente no seu território, e quando esse desaparece sob seus pés, não é bem vindo em nenhum outro lugar.

Bauman (1999) pontua que o turista depende do vagabundo para mostrar-lhe o quanto é privilegiado e fazer com que continue agarrado ao seu *status*. O pesadelo do turista é cair ao nível do vagabundo. Já o vagabundo necessita da imagem utópica do turista para que possa ter algum motivo para viver. O sonho do vagabundo é se tornar turista um dia. É nesse ponto de confluência que se completam. Distanciam-se pelos motivos que os fazem se mover. “Os turistas se movem porque acham o mundo a seu alcance (global) irresistivelmente *atraente*. Os vagabundos se movem porque acham o mundo a seu alcance (local) insuportavelmente *inóspito*.” (BAUMAN, 1999, n.p).

Ainda que com recursos escassos, legal ou ilegalmente, diversos “vagabundos” emigram de seus países de origem. A questão econômica, com a expectativa de inserção no mercado de trabalho, é o carro-chefe motivacional para esses sujeitos se deslocarem, “a regulação dessa população migrante passa pela dimensão do trabalho, em que alguns migrantes ficam concentrados em certos tipos de atividade – geralmente com baixo status social – e vivem segregados em áreas residenciais de baixa renda.” (PATARRA, 2006, p. 13). A Organização Internacional para Migrações por meio do Relatório de Migração Global 2020 (MCAULIFFE, 2019) apresenta que, em 2020, o total de imigrantes no mundo alcançou a marca de 272 milhões de pessoas, o que corresponde a 3,5% da população mundial, sendo que 2/3 desse quantitativo são de migrantes de mão de obra.

A busca por dinheiro significa (ou deveria significar) o sustento tanto dos imigrantes, quanto de seus familiares que permaneceram na terra natal, pois parte do salário atravessa fronteiras, sendo enviado aos que ficaram. O Relatório de Migração Global 2020 (MCAULIFFE, 2019) estima que a movimentação das remessas enviadas pelos imigrantes a pessoas que permaneceram no país de origem passou de US \$126 bilhões em 2000 para US \$ 689 bilhões em 2018, um aumento de 446%. “Desde meados da década de 1990, as remessas superaram largamente os níveis oficiais de assistência ao desenvolvimento, definidos como

ajuda governamental destinada a promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos países em desenvolvimento.” (ONU NEWS, 2019, n.p).

O envio do dinheiro dos imigrantes moradores nos países ricos aos ainda moradores dos países pobres, segundo Patarra (2006, p.21), pode tender a um caráter assistencialista às políticas migratórias. É como se os países ricos considerassem que já fazem sua parte pela questão dos deslocamentos mundiais em massa, simplesmente por aceitarem alguns deslocados, deixar-lhes ganhar uma renda e enviar parte para casa.

Kurz (2005), filósofo alemão que questiona o sistema capitalista, alerta que esse tipo de intercâmbio não deve ser considerado como uma vantagem, tal como os países desenvolvidos querem fazer acreditar, mas se trata, sim, de “[...] um indicador de que partes crescentes do mundo estão sendo economicamente apenas ‘artificialmente’ alimentadas e não possuem nenhuma capacidade própria de existência capitalista.” (KURZ, 2005, n.p). A chamada terceira revolução mundial, segundo o autor, retira totalmente o caráter nômade das antigas migrações em massa, e transforma tais deslocamentos em um processo social de sobrevivência dos seres humanos excluídos pelos processos de tecnologização. É vital se deslocar, não se trata de uma escolha.

Nesse contexto, Kurz (2005) afirma que o capitalismo não só provoca um disparate entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos no quantitativo da oferta de vagas para o mercado de trabalho, como também é o responsável por instaurar conflitos civis nos países pobres.

A mesma desertificação econômica que, de um lado, impulsiona grandes massas a procurar sua salvação nos “oásis” de rentabilidade, por outro lado, provoca, nas sociedades das zonas em colapso, guerras civis sem fim. Quem ainda possui um restinho de reserva e de energia, tem a escolha: ou enfrenta o caminho perigoso sobre montanhas, oceanos e fronteiras, para poder, em algum lugar, ainda vender a sua força de trabalho, ou pode juntar-se a um clã armado, um grupo de terror, um bando de saqueadores, uma milícia religiosa ou étnica. Essas duas opções parecem oferecer a única esperança para uma sobrevivência social. Migração socioeconômica e novas guerras civis são os dois lados da mesma moeda. E dessas guerras, nas quais Estados inteiros decaem, surgem infinitos fluxos de refugiados. Os refugiados do terror, do assassinato em massa, e dos saques são apenas uma continuidade da migração socioeconômica em nova qualidade. Ambos os fenômenos possuem a mesma raiz. (KURZ, 2005, n.p.).

O Relatório de Migração Global 2020 (MCAULIFFE, 2019) corrobora a conclusão de Kurz (2005), ao afirmar que entre os anos de 2018 e 2020, conflitos, mudanças climáticas e crises políticas e econômicas levaram milhares de pessoas a se deslocarem. Essas condições

tornaram os imigrantes vulneráveis, ocasionando mortes durante a travessia, e incertezas, traumas e privações aos sobreviventes.

Em primeiro lugar, foram os deslocamentos de milhões de pessoas devido a conflitos (tanto dentro como provenientes da República Árabe da Síria, Iêmen, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Sudão do Sul), violência extrema (como a infligida às pessoas da etnia rohingya, obrigadas a buscar segurança em Bangladesh) ou grave instabilidade econômica e política (como a enfrentada por milhões de venezuelanos). Também houve um reconhecimento crescente dos impactos das mudanças ambientais e climáticas na mobilidade humana (como migração/relocação e deslocamento planejados), inclusive como parte dos esforços globais e dos mecanismos de política internacional para lidar com os impactos mais amplos das mudanças climáticas. Deslocamentos em grande escala desencadeados por riscos climáticos e desastres naturais ocorreram em muitas partes do mundo em 2018 e 2019, incluindo Moçambique, Filipinas, China, Índia e Estados Unidos da América. (MCAULIFFE, 2019, p.2).

Toda pessoa em deslocamento internacional, seja pelo motivo que for, é considerada um emigrante de seu local de nascimento, isso porque emigrar significa deixar o país de origem para morar em outro. Já a palavra migrante caracteriza aqueles indivíduos que mudam de uma cidade a outra no país em que nasceu, ou se desloca para outro país. Imigrante é a nomenclatura utilizada para definir as pessoas que vieram de fora do país, entretanto, vale ressaltar que um imigrante é um estrangeiro que não necessariamente foi forçado a deixar o seu país de origem. Todavia, se para um imigrante não restou nenhuma outra opção e foi obrigado a deixar um país, por motivos econômicos, sociais ou ambientais que poderiam lhe custar a vida, então, esse sujeito é considerado um refugiado. Existem, porém, indivíduos que nem ao menos um país deixaram para trás, visto que não pertencem a nenhum Estado, nasceram em terra de ninguém: são eles os apátridas (HUMANOS; MIGRAMUNDO; FICAS; 2019, p.10,16).

As situações de maior vulnerabilidade social são vivenciadas pelos refugiados e apátridas. Em 2018, a população refugiada mundial e a de apátridas atingiu o número de 25,9 e 3,9 milhões, respectivamente (MCAULIFFE, 2019, p.10). Para buscar garantir os direitos dos imigrantes refugiados e apátridas a uma vida segura, bem como lhes apresentar seus deveres no país de acolhida, em 28 de julho de 1951 foi aprovada a Convenção de Genebra Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Dessa forma, o termo refugiado ficou assim determinado pelo referido documento:

Que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade encontra-se fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele. (BRASIL, 1961, artigo 1º).

Cunha (2012, p.103) esclarece que essa Convenção delimitou os critérios de refugiados a situações muito restritas, pois dizia respeito somente a indivíduos que sofreram acontecimentos antes de 1951 e se tratava tão somente a europeus. Isso porque, segundo a autora, o texto buscava atender as especificidades emergenciais decorrentes da Segunda Grande Guerra. Considerava-se, portanto, que a situação seria passageira. Não foi, pelo contrário, se intensificou.

Para suprir as lacunas de tempo e espaço deixadas pelo documento da Convenção de Genebra, conforme apresenta Cunha (2012, p.103), foi criado em 1967 o Protocolo de Nova York, o qual abrange os direitos dos refugiados que entrarem nessa condição após 1951 e que também viabiliza a adesão de diversos outros países que não fizeram parte da Convenção de Genebra. “A Convenção, somada ao Protocolo, reconhece a dimensão mundial da questão dos refugiados, bem como a necessidade da difusão de uma solidariedade internacional no trato da problemática, advogando, notadamente, a partilha da responsabilidade entre os Estados.” (CUNHA, 2012, p.104).

Entre os refugiados e apátridas, que já se encontram numa situação de insegurança, existe um subgrupo que está numa condição de vulnerabilidade ainda maior, de infantes e jovens até 18 anos de idade. Estima-se que em 2020, dos 272 milhões de imigrantes internacionais no mundo, aproximadamente 31 milhões são de crianças e adolescentes (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p.237).

As condições de deslocamento para essa faixa etária são diferentes. Para alguns, migrar significa se deslocar de seu país de origem em segurança, na companhia dos pais ou responsáveis e com a perspectiva de uma melhor qualidade de vida no local de destino. Para outros, migrar não se trata de uma escolha, são forçados a mudarem por questões de sobrevivência, em muitos casos totalmente desacompanhados e correm diversos riscos nas travessias. O fim da jornada, para esse último grupo, nem sempre é um sonho realizado, muitas vezes é início de um pesadelo: chegar num novo país significa se submeter a exploração e abuso.

De acordo com o World Migration Report 2020 (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p. 238), existem aproximadamente 13 milhões de crianças refugiadas, 936.000 crianças que procuram asilo e 17 milhões de crianças que foram deslocadas à força dentro de seus próprios países. Diversos são os desafios dos países que recebem essas crianças e jovens, na busca por reduzir e até mesmo erradicar essas situações de vulnerabilidade com as quais esses se deparam. O primeiro deles é o de garantir a proteção física e emocional desses pequenos e adolescentes imigrantes, através de políticas de tutoria, nas quais cidadãos se responsabilizam pelo cuidado com as crianças imigrantes que estão desacompanhadas. (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p. 243)

Outra questão que merece atenção das autoridades é o acesso a uma educação eficaz, que atenda as especificidades desse grupo de alunos, que carregam consigo traumas diversos. Além disso, essas crianças geralmente vêm de uma cultura e/ou falam uma língua diferente do local no qual são recebidas, dessa forma, é necessário capacitar profissionais para lidarem com essas questões peculiares (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p. 242). Finalmente, mas não menos importante, Mcauliffe e Khadria (2019, p. 244) apontam que é necessário promover pesquisas e trabalhos de qualidade para medir e qualificar a escala de migração infantil mundial, pois é através dessas publicações que cada Estado receptor poderá traçar estratégias para atender às demandas das crianças e jovens imigrantes.

Para formalizar os direitos desse grupo de sujeitos que se deslocam em plena infância, foram estabelecidas normas a serem praticadas pelos países de acolhida. Essas medidas são fruto também da militância dos próprios jovens. O World Migration Report 2020 (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p. 249) apresenta exemplos de luta por direitos que partem dos próprios jovens imigrantes. Entre eles se destaca a organização de cerca de 1000 pessoas no centro da cidade de Estocolmo, na Suécia, em 2017, contra a ameaça do governo em deportar jovens imigrantes ao Afeganistão. A medida foi bem sucedida e garantiu a permanência desses jovens no país, bem como a proteção de seus direitos.

Internacionalmente, instituições que se preocupam com a questão dos imigrantes menores de idade têm somado esforços para criar documentos que assegurem os direitos desses jovens e crianças. O World Migration Report 2020 (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p. 245) apresenta como documento significativo mais recente, o Comentário Geral nº 22 de dois órgãos do Tratado das Nações Unidas, que aborda os direitos da criança sobre os princípios gerais dos Direitos Humanos da criança no contexto da migração internacional. De acordo com o Relatório, esse Comentário prevê, entre outras medidas, que cada governo de países receptores, de trânsito ou de retorno possui autonomia para tomadas de decisões

referentes à proteção dos direitos dos imigrantes infantis. Sendo assim, será que o Brasil tem feito sua parte?

Mais importante que escrever os direitos dos imigrantes no papel, é materializar essa receptividade teórica em ação. Receber bem os que vêm de fora deveria ser um dever social e ético de todo país de chegada. Alguns líderes, entretanto, insistem em incentivar a população de suas nações a repudiar esses fluxos migratórios, “subestimando os benefícios significativos e o enriquecimento que a migração traz, e ignorando firmemente os nossos históricos de migração.” (MCAULIFFE, 2019, p.8). Com o aumento expressivo desses deslocamentos humanos internacionais, negar o direito desses sujeitos é nadar contra a maré. É necessário saber navegar nas ondas desses novos fluxos, pois os imigrantes têm valor humano para além do capital que produzem e estão cada vez mais lutando por reconhecimento.

Imigrantes e autóctones, através de ações concretas de interculturalidade, cidadania social, poderão demonstrar que a convivência interétnica é a grande tendência do mundo globalizado. Que se torna impossível e anti-humano o fechamento e as barreiras entre nações e grupos culturais, que, não obstante aos inúmeros problemas, conflitos e tensões vividas por imigrantes e autóctones, a imigração, se ainda não o é, poderá ser uma ocasião de enriquecimento social, de consciência da existência de capitais distribuídos socialmente, de um patrimônio cultural, muitos deles milenares, que pode enriquecer a todos. Esse é o grande imperativo e o grande desafio para as sociedades presentes e futuras envolvidas no fenômeno das migrações, da economia, da geografia e dos territórios que estão reconfigurando o tecido social e cultural contemporâneo. (TEDESCO, 2012, p.45).

Receber bem quem vem de fora sempre foi uma característica do povo brasileiro. Essa ideia pode pertencer apenas ao senso comum, ou ser de fato comprovada. Conforme apresentado anteriormente, ao longo dos anos de colonização e, posteriormente, de independência do Brasil, o país sempre foi cenário de uma miscelânea de nacionalidades. Algumas correntes migratórias enfrentaram dificuldades no Brasil, já outras tiveram em terras brasileiras uma oportunidade de crescimento social e econômico. A partir de 1980 o interesse de migração ao Brasil se tornou menor. E, atualmente, duas décadas após a virada do milênio, será que as correntes de imigração para o país se intensificaram ou continuaram em decadência? Quem são os novos imigrantes que vieram morar no Brasil? Por que vieram? Quando chegam em terras brasileiras esses indivíduos são bem recebidos? São valorizados? Quais políticas públicas são voltadas aos imigrantes no país? Esses latentes questionamentos serão norteadores do tópico a seguir.

### 3.3 Realidade Brasileira e Regional

#### 3.3.1 Panorama brasileiro

Conforme apresentado no início deste capítulo, o Brasil, desde o período colonial, até meados dos anos de 1960 se tratava de um país com intensa atração migratória e, após esse período, o fluxo migratório para o país foi perdendo a força. Segundo Patarra (2012, p.9), a partir de 1980 observou-se uma crescente emigração de brasileiros para outros países, principalmente para os Estados Unidos, Japão, Paraguai e alguns países da Europa.

Mais recentemente, a partir do século XXI, a migração de estrangeiros para o Brasil diferencia-se e ao mesmo tempo assemelha-se em vários aspectos em comparação aos séculos anteriores. Nos últimos anos, os motivos que trazem imigrantes internacionais ao país, provêm principalmente da crise humanitária instaurada com a ascensão do capitalismo. No período colonial brasileiro, 4 milhões de imigrantes africanos foram trazidos à força da África (BASSANEZI, 1996) para trabalharem na lavoura canavieira. Entre 2017 e 2018, 53,8% do total de autorizações de residência a estrangeiros no Brasil, expedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), foram para imigrantes da África (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2019, p.47). Séculos atrás, os africanos foram forçados a virem para o Brasil, na contemporaneidade, são motivados principalmente por questões econômicas.

Os senegaleses ocuparam o primeiro lugar entre as nacionalidades dos países africanos, entre 2011 e 2018, que tiveram permissão para morar no país, totalizando 4.630 imigrantes (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2019, p.47). A motivação dos senegaleses em migrarem para o Brasil decorreu primordialmente pela busca de trabalho. Uebel (2018, p.175) afirma que esse movimento migratório se intensificou em 2014, a partir da imagem amplamente difundida do Brasil de um país próspero e receptivo aos que vêm de fora, com a realização da Copa do Mundo de Futebol Masculino. A política de liberação de vistos para os turistas, adotada pelo Governo Brasileiro na época, despertou o interesse dos senegaleses em tentarem uma vida melhor no país, ainda que de forma temporária. Assim, os imigrantes do Senegal, em sua maioria com ensino superior e bilíngues, avistaram no evento esportivo uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho brasileiro. Essa atração, porém, não perdurou muito, pois “com o agravamento das crises no Brasil, cerca de 80% dos senegaleses empregados formalmente foram demitidos, somando

assim um grande contingente de trabalhadores informais, vendendo mercadorias provenientes de descaminho e contrabando.” (UEBEL, 2018, p. 177).

Outro país africano com estreita relação com o Brasil é a Angola. Patarra (2012) esclarece que ambos os países foram colonizados por Portugal e que, por esse motivo, no período colonial, o país europeu trouxe à força para o Brasil milhares de angolanos. A autora ainda acrescenta que a relação entre os dois países permaneceu próxima também no século XX, quando o Brasil foi o primeiro a reconhecer a independência do país africano, em 1975, e após esse período, relações técnicas e comerciais foram firmadas entre as nações.

No setor privado, investimentos da Petrobrás na extração do petróleo angolano, e da Odebrecht na extração de diamantes, remontam à década de 1980, e resultaram na criação de uma ponte aérea entre Luanda e Rio de Janeiro, que se tornou a principal forma de entrada da maioria dos imigrantes angolanos no país na década de 1990. (AYDOS, 2010 apud PATARRA, 2012, p.11).

Porém, nem só de livres motivações vive o fluxo de angolanos ao Brasil. Um dos principais motivos que trazem esses estrangeiros africanos ao nosso país é a enfraquecida força de trabalho formal estabelecida na Angola, o que obriga milhares de angolanos a procurarem a sobrevivência em outros territórios. Como apresenta Silva, A. (2018), também pesquisador de questões migratórias internacionais, o país que se tornou grande produtor de petróleo se deparou com “as altas taxas de produtividades do mercado mundial, rebaixando insistentemente [sic] capacidade de compra angolana.” (SILVA, A., 2018, p. 832). O rico petróleo empobreceu o povo de tal forma que a única saída foi ou a fuga, ou a tentativa de ganhar a vida indo à luta, não em sentido figurado, mas no literal: indo à guerra.

Assim, ao longo das décadas de 1980 e 1990 o mercado de trabalho angolano foi encurralado quase que exclusivamente no campo da economia de guerra. Na década de 1990 grande parte da população economicamente ativa angolana estava ligada diretamente ao setor militar, seja como soldado das forças do MPLA ou empregado em uma milícia que tentava lhe fazer frente. (SILVA, A., 2018, p. 831).

Silva, A. (2018) esclarece ainda que as relações sociais na Angola foram enfraquecidas diante da informalização do trabalho, o qual gera um círculo vicioso desde a independência: a informalidade que gera mão de obra para os conflitos étnico-culturais e os conflitos étnico-culturais que têm suas raízes na inexistência de uma sociedade baseada no trabalho. Restou a centenas de pessoas partirem para o Brasil. Apesar da proximidade cultural

e econômica, ainda assim, quando se trata da inserção no mercado de trabalho formal brasileiro, os angolanos encontram diversas dificuldades advindas da xenofobia, o que resulta numa situação de vulnerabilidade social. (BAPTISTA, 2007 apud PATARRA, 2012, p.11).

Os africanos continuam vindo para o Brasil, não mais escravizados, porém, grande parte ainda permanece na informalidade laboral, enquanto outras nacionalidades possuem maior inserção no mercado de trabalho brasileiro formal. Esse fato é perceptível quando se compara as autorizações realizadas pela Coordenação Geral de Imigração Laboral (CGIL) em relação às expedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg). “Enquanto a CGIL tem concedido majoritariamente autorizações para pessoas do Norte Global, no caso do CNIg, predomina de forma significativa as autorizações concedidas para pessoas do Sul Global, com destaque para senegaleses, haitianos e ganeses.” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2019, p.47). Novos tempos, mas pelo que apontam os dados, as políticas para os imigrantes permanecem coloniais e os africanos continuam sendo o povo com a mão de obra mais barata no Brasil.

Além dos países africanos, outro que se destaca pelo expressivo número de entrada de imigrantes no Brasil é o Haiti. Receberam autorizações para morar no Brasil, entre os anos de 2011 e 2018, precisamente 45.873 imigrantes haitianos. (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2019, p.47). Localizado na América Central, essa nação vem sofrendo com tragédias humanitárias em diferentes áreas, como apresenta Patarra (2012, p. 13).

A situação social no Haiti vem desde muito se deteriorando e apresenta-se como uma das maiores catástrofes humanitárias das Américas. Como se não bastasse a crise política que o país vive há mais de 20 anos, situações de extrema gravidade como intempéries climáticas e, mais recentemente, um terremoto, que matou mais de 48.000 pessoas, tem contribuído para a deterioração do tecido social e ampliado a extrema miséria que vive a maior parte da população. Neste quadro, a busca de saídas inclui, naturalmente, a emigração.

A autora (PATARRA, 2012) ainda acrescenta, baseada em dados do Banco Mundial, que cerca de 10% de toda a população haitiana emigrou para países como Estados Unidos, Caribe e República Dominicana. O Brasil entrou na rota de imigração dos haitianos, principalmente a partir de 2010, logo após o terremoto que assolou o país. Isso porque, o Brasil já mantinha desde 2004 militares brasileiros que tinham a missão de estabilizar as relações sociais e políticas no país. Nesse cenário decorrente do terremoto no Haiti, em 2012, o Conselho Nacional de Imigração do Brasil aprovou a Resolução Normativa nº 97/2012, a qual prevê até 1200 vistos humanitários por ano aos haitianos pelo período de 5 anos,

podendo ser prorrogado conforme comprovação de necessidade. A Resolução estabelece que esse tipo de visto não causa prejuízo a outras modalidades já estabelecidas por lei no país, como vistos para refugiados, por exemplo. (PATARRA, 2012, p. 13, 14, 15).

O Brasil também recebe diversos imigrantes de Estados Partes<sup>6</sup> e Estados Associados<sup>7</sup> do MERCOSUL. Além de receber, também envia, pois as relações de mercado estabelecidas entre as nações da América do Sul facilitam a locomoção de mão de obra para atender a demandas econômicas. É o caso dos bolivianos, em sua maioria jovem, do sexo masculino, que significativamente a partir da década de 1980 migraram ao Brasil em busca de trabalho. Os peruanos também estão nessa lista que procuram ascensão econômica e social no Brasil, devido à crise política e econômica enfrentada pelo Peru nos últimos anos. Entre esses imigrantes peruanos encontram-se os andinos, que culturalmente e historicamente são nômades e aproveitam da proximidade entre os países para manterem suas características itinerantes. (PATARRA, 2012, p. 10, 11).

Entre os Estados Associados ao MERCOSUL, um país que merece notoriedade na questão da imigração ao Brasil é a Venezuela, que, por ora, está temporariamente suspensa da Organização (URUGUAI, 2020, n.p). A partir de 2017 os venezuelanos foram os imigrantes que mais solicitaram refúgio no país. Segundo dados do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), entre janeiro de 2017 a junho de 2020, o órgão emitiu 60.152 Decisões Plenárias de solicitação de refúgio e, entre as 95 nacionalidades solicitantes, os venezuelanos corresponderam a 76,8% do total, especificamente, 46.183 venezuelanos buscaram se refugiar no Brasil. (BRASÍLIA, 2020a, n.p).

Mas afinal, refugiarem de que? Nos últimos anos, cenas de milhares de venezuelanos que atravessaram a fronteira com o Brasil, principalmente no Estado de Roraima, são recorrentes nas mídias. “O aumento dos fluxos de venezuelanos para o Brasil ocorre desde 2015 em virtude dos crônicos problemas de abastecimento de produtos básicos associados ao aumento das tensões e violência que marcam a trajetória recente da Venezuela.” (SILVA, J., 2018, p. 641). Nesse cenário e tendo o Brasil como país fronteiriço, milhares de venezuelanos entraram no país em busca de condições melhores de vida para suas famílias, em sua maioria, através do Estado de Roraima.

Como apresenta Silva, J. (2018, p. 639), a Venezuela e o Brasil compartilham 2.199 km de fronteira, porém, a faixa que viabiliza efetivamente o fluxo de pessoas corresponde à divisão entre a cidade de Pacaraima, do lado brasileiro e Santa Elena de Uairén, do lado

---

<sup>6</sup> Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (URUGUAI, 2020, n.p).

<sup>7</sup> Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname (URUGUAI, 2020, n.p).

venezuelano. “Historicamente, a cidade de Pacaraima sempre foi bastante dependente de Santa Elena, cidade maior e com melhores ofertas de bens e serviços”. (SILVA, J., 2018, p. 640). Desde 2015, essa situação se inverteu, e a cidade venezuelana Santa Elena de Uairén que antes recebia muitos brasileiros a procura de uma vida melhor por meio do garimpo, agora é a ponte para a saída de milhares de venezuelanos rumo ao Brasil, através de Pacaraima.

Como apresentado anteriormente, entre 2017 e 2020 o CONARE (BRASÍLIA, 2020a, n.p) se deparou com um aumento significativo de solicitações de refúgio requeridas por venezuelanos. Silva, J. destacou em 2018, que, apesar desse aumento expressivo, os casos, em sua maioria, poderiam não ser classificados como situação de refúgio, pois, na interpretação do autor, baseado no cenário político da época, o que caracteriza um refugiado, que é o indivíduo que “devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país” (BRASIL, 1997, artigo 1º, inciso I), não justificaria o reconhecimento dos imigrantes da Venezuela no Brasil como refugiados.

Além dessa definição, a LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997 prevê outras duas situações para que um sujeito possa ser reconhecido como refugiado no Brasil, aquele que “não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele” (BRASIL, 1997, artigo 1º, inciso II), neste caso em função das perseguições supracitadas e que “devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.” (BRASIL, 1997, artigo 1º, inciso III). Em relação ao caso da Venezuela, especificamente referente a essa última condição, Silva, J. (2018, p. 644) chegou a afirmar ainda que,

O cenário, atualmente, indica que a maior parte dos solicitantes não será reconhecido como refugiado, a não [sic] que as autoridades brasileiras enquadrem as pessoas dessa nacionalidade como sujeitas a uma grave e generalizada violação de direitos humanos, o que levaria a um quadro de aumento do número de reconhecimentos. A situação de grave e generalizada violação de Direitos Humanos é prevista na lei brasileira de refúgio (lei 9474/1997) numa inserção desenvolvida a partir da Declaração de Cartagena em 1984 e que o legislador incorporou ao texto legal. Entretanto, ao se analisar o atual cenário das ações governamentais em relação aos migrantes oriundos da Venezuela, parece que essa possibilidade é bastante improvável.

Este trabalho está sendo desenvolvido em 2020 e 2021 e os dois, três anos de diferença entre o texto de Silva, J. (2018) e este atual, sugere que as questões de refúgio e migração são variáveis e não podem ser previstas com exatidão. Essa improbabilidade citada pelo autor (SILVA, J., 2018), não se tornou realidade quando são analisados os dados do CONARE (BRASÍLIA, 2020a, n.p) entre os anos de 2017 e 2020. Segundo a plataforma, entre os 38.359 refugiados venezuelanos que tiveram seu pedido de refúgio reconhecido, 37.745 deles, a maioria em 2019, teve como motivo da inclusão justamente a situação de grave e generalizada violação dos Direitos Humanos.

Mais distante que os países do Mercosul e ainda assim com milhares de refugiados em busca de proteção no Brasil, a Síria se tornou um país com milhões de emigrantes, cerca de 6,1 milhão tiveram que se deslocar, fugindo, sobretudo, da guerra instaurada no país desde 2011 (MCAULIFFE; KHADRIA, 2019, p.3). Segundo compilação de estudos, realizada pelos autores Rodrigues, Sala, Siqueira (2018) a Guerra na Síria é resultado de diferentes problemas. Os primórdios do conflito estão enraizados no governo autoritário da família al-Assad que vem exercendo poder no país há mais de quarenta anos. Soma-se a isso a instabilidade econômica desencadeada na Síria a partir de denúncias de corrupção do governo e as desavenças religiosas entre os islâmicos dos ramos sunita e aluita.

Nesse cenário devastador, ainda resta aos refugiados sobreviventes lidarem com a xenofobia de países como a Europa, por exemplo, nos quais grande parcela da população acredita que deva haver uma repressão à entrada desses estrangeiros por questões de segurança (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018). Portanto, ainda que distante, baseados em relações históricas com o Brasil, muitos sírios vislumbraram no maior país da América Latina uma chance de recomeçarem suas vidas em segurança.

Historicamente, trata-se de um fluxo migratório majoritariamente voluntário, iniciado no período do Brasil Colônia, que se realizou em diversos momentos, inclusive no século XX. As redes de parentesco, as amizades e as circunstâncias presentes na formação do Brasil possibilitaram à comunidade sírio-libanesa conquistas que transformaram o capital étnico que traziam em capital econômico e cultural, contribuindo de forma relevante para a sociedade brasileira, seja atuando no comércio, na indústria, nas profissões liberais, na política, nas artes e na culinária (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018, p. 313).

De acordo com dados do CONARE (BRASÍLIA, 2020a, n.p), entre 2017 e 2020, 1243 sírios tiveram seu pedido de refúgio reconhecido no Brasil. Os principais destinos desses imigrantes no país, são justamente os locais em que a comunidade árabe historicamente se

encontra presente, São Paulo, São Bernardo do Campo e, além dessas, ainda em Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Goiás e Anápolis (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018, p.315). Os autores destacam ainda que, no Brasil, a integração dos sírios representa um grande desafio, “uma vez que precisam inicialmente enfrentar a barreira cultural que envolve o desconhecimento da língua nacional, bem como de costumes, valores e crenças.” (RODRIGUES; SALA; SIQUEIRA, 2018, p. 317).

Essas são algumas nacionalidades de destaque no âmbito da imigração contemporânea no país. Além do local de origem, existem outras formas de categorizar os fluxos migratórios no Brasil. Por exemplo, quando acontece o levantamento do gênero dos imigrantes, é possível definir estratégias para o acolhimento de mulheres, que demandam especificidades, como desenvolvimento de políticas públicas para a saúde integral da mulher, apoio ao combate à violência doméstica, inserção da mulher imigrante no mercado de trabalho brasileiro, entre outros.

Nesse cenário de categorização, existe um grupo que merece atenção especial, por estar numa faixa etária de vulnerabilidade, a de crianças e jovens. De acordo com dados do Conselho Nacional de Imigração, entre 2011 e 2018 foram expedidas 1065 autorizações de residência a imigrantes crianças e jovens até 20 anos no país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2019, p.46). Em relação ao número de refugiados, entre janeiro de 2017 e junho de 2020, foram reconhecidas 1.228 solicitações de refúgio destinadas a crianças e jovens até 17 anos, sendo 613 crianças até 11 anos. (BRASÍLIA, 2020a, n.p).

Para esse grupo de pequenos imigrantes, a Lei de Migração Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017 (BRASIL, 2017, artigo 3º, inciso XVII) garante “proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante;”, assim sendo, o acesso à saúde, educação e segurança é direito da criança migrante é dever do Estado brasileiro. Ainda segundo a Lei, quando a criança ou adolescente está desprotegido, sem o acompanhamento de um responsável, é necessário o encaminhamento ao Conselho Tutelar ou a uma instituição competente para cuidar de sua tutela (BRASIL, 2017, artigo 40, inciso V).

Ainda em relação à questão legislativa de migração e refúgio, para regularizar a entrada e permanência de estrangeiros de todas as faixas etárias no Brasil, o país conta com duas leis principais, já apresentadas previamente: Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997 e Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. A primeira, além de estabelecer qual é a condição de refugiado, institui a criação e a estrutura do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, órgão responsável por analisar e deliberar sobre as solicitações de refúgio no país. Consoante à lei, o indivíduo quando chega ao Brasil, pode solicitar refúgio para si e para membros

dependentes de sua família, ainda que esse sujeito tenha migrado de forma ilegal ao país. Isso porque, segundo a lei, o imigrante não pode ter sua integridade física e liberdade colocadas em risco, caso seja deportado sem uma análise criteriosa de sua condição.

Nesse contexto, o solicitante deve expressar sua vontade de se refugiar no Brasil a uma autoridade competente, que encaminhará o pedido ao CONARE, mediante relato do imigrante sobre o motivo de sua solicitação. Ao refugiado reconhecido pelo Comitê, é concedida a permanência no país e o acesso a documentos como cédula de identidade, carteira de trabalho e documento de viagem. Àquele que teve sua solicitação negada, ainda cabe recurso ao Ministério da Justiça e permanecendo a negativa, não haverá outra instância para recurso. A lei ainda prevê as situações em que o direito ao refúgio é cessado ou cancelado. Porém, ainda que o reconhecimento de refugiado não seja deferido pelo CONARE e Ministério da Justiça, o documento garante que o imigrante estará sujeito à Lei de Migração Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017, “não devendo ocorrer sua transferência para o seu país de nacionalidade ou de residência habitual, enquanto permanecerem as circunstâncias que põem em risco sua vida, integridade física e liberdade”. (BRASIL, 1997, artigo 32).

A LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017, normatiza as situações dos estrangeiros que chegam ao país por causas diversas e para aqueles que emigram do Brasil. Se rege por princípios que garantem sobretudo o direito à não discriminação por qualquer motivo, tanto aos que chegam ao país, quanto aos que partem. Além disso, discorre sobre os direitos concedidos aos imigrantes em território nacional, nos quais se fundamentam “em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2017, artigo 4º). É uma lei recente e ampla, que abrange situações de pessoas vindas de fora do país para visita temporária, residência permanente ou que devam ser protegidas por questões humanitárias.

A referida legislação prevê diferentes tipos de vistos, conforme a realidade e necessidade de cada indivíduo e de seu grupo familiar: visto de visita, concedido àqueles que estarão de passagem no país e não pretendem fixar residência; visto temporário, para os imigrantes que desejam estabelecer residência por tempo determinado; e vistos diplomático, oficial e de cortesia, conferidos aos funcionários e autoridades de demais nações que estão em missão oficial no Brasil. Ademais às modalidades de visto, a lei regulariza outros tipos de permanência em território brasileiro, principalmente com a finalidade de acolhimento de vulneráveis: aos apátridas, garante abrigo e a possibilidade de naturalização brasileira; ao asilado político é concedido proteção do Estado; àqueles que possuem liberação para morarem permanentemente no Brasil, são assegurados direitos civis e de propriedade. Há

ainda uma autorização concedida ao estrangeiro que mora em uma região fronteiriça com o Brasil, para a prática de atos civis no território nacional.

A Lei de Migração, também normatiza situações de repatriação, que “consiste em medida administrativa de devolução de pessoa em situação de impedimento ao país de procedência ou de nacionalidade” (BRASIL, 2017, artigo 49); deportação, “medida decorrente de procedimento administrativo que consiste na retirada compulsória de pessoa que se encontre em situação migratória irregular em território nacional.” (BRASIL, 2017, artigo 49) e de expulsão “que consiste em medida administrativa de retirada compulsória de migrante ou visitante do território nacional, conjugada com o impedimento de reingresso por prazo determinado.” (BRASIL, 2017, artigo 54). Assim, além de garantir direitos, a lei estabelece o cumprimento de deveres para que o estrangeiro não perca a legalidade de permanência no Estado brasileiro.

Além das leis e da obrigatoriedade do Estado em cumpri-las, existem demais iniciativas que endossam o acolhimento ao imigrante no Brasil, principalmente àqueles em situação de vulnerabilidade social. Não é o objetivo deste trabalho averiguar se a lei está sendo integralmente cumprida, tampouco emitir juízos de valor acerca das instituições que acolhem esses imigrantes. Trata-se, sim, de apresentar as medidas tomadas por agentes públicos e sociedade civil para integração dos imigrantes na sociedade brasileira e, a partir desse levantamento, mensurar a efetividade e o alcance dessas iniciativas na história de vida dos entrevistados deste trabalho.

Uma das instituições de âmbito internacional, que ampara os refugiados em diversas partes do globo é a Agência Nacional para Refugiados (ACNUR). A Agência foi criada a partir da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1950, começando efetivamente suas atividades em janeiro de 1951 e, de acordo com a Agência, suas atividades fundamentam-se na Convenção de 1951 da ONU.

Em muitos países, nossa equipe trabalha junto a outros parceiros em inúmeros locais que vão desde as capitais até campos remotos e áreas fronteiriças. Tentamos promover ou fornecer proteção legal e física, e minimizar a ameaça de violência – incluindo agressão sexual – a que muitos refugiados estão sujeitos, mesmo nos países onde são acolhidos. Também procuramos fornecer abrigo, comida, água e cuidados médicos básicos a todas as pessoas sob o nosso mandato. (ACNUR, 2020, n.p).

Além disso, segundo a ACNUR, a Agência promove instrução administrativa e operacional no desenvolvimento de leis sobre refugiados em diversos países e apoia

financeiramente instituições acadêmicas que otimizam a legislação para garantias de direitos desses grupos. Colabora no fortalecimento de instituições que trabalham com refugiados, capacitando agentes públicos e civis para relacionamento permanente com órgãos que versam sobre os direitos humanos. (ACNUR, 2020, n.p). Em suma, a Agência desenvolve atividades em diferentes frentes para proteção integral dos refugiados.

A International Organization for Migration (IOM) também atua na recepção e integração de imigrantes em diversas partes do mundo, desde 1951. Segundo a IOM, a Organização possui colaboração de parceiros pertencentes a órgãos do governo e não governamentais, tendo como objetivo aconselhar governos e migrantes para uma migração ordenada. “As atividades da IOM que abrangem essas áreas incluem a promoção do direito internacional da migração, debate e orientação sobre políticas, proteção dos direitos dos migrantes, saúde migratória e a dimensão de gênero da migração.” (IOM, 2020, n.p).

No Brasil, bem como em demais países, a IOM desenvolve um Programa Intitulado “Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração” (PRVR), que objetiva fornecer a possibilidade de retorno voluntário ao país de origem

Para os migrantes que desejam voltar para casa e não contam com meios financeiros para suportar os custos da viagem de regresso, os PRVRs são, muitas vezes, a única solução para suas dificuldades. Os beneficiários do apoio da OIM são solicitantes de refúgio cujo pedido foi negado ou retirado, migrantes em situação irregular, vítimas de tráfico humano e outros grupos vulneráveis, como as crianças e os adolescentes não acompanhados ou as pessoas com necessidades especiais por motivos de doença. Em particular, é necessário frisar que a OIM defende o caráter voluntário do retorno como pré-condição para todas as atividades relacionadas com o PRVR. (BRASÍLIA, 2020b, n.p).

A Confederação Cáritas Mundial está presente com mais de “170 organizações-membro”, entre elas no Brasil. Trata-se, portanto, de mais uma Organização mundial que desenvolve projetos no maior país da América Latina, também voltados para a acolhida de estrangeiros socialmente vulneráveis. A Cáritas Brasileira é uma das organizações-membro, idealizada e administrada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Igreja Católica, cuja missão é a de evangelizar pessoas através da ajuda aos mais necessitados. Possui treze áreas de atuação, entre elas, a intitulada “Migração, Refúgio e Apatridia”, com dois projetos em desenvolvimento no país: O Programa Pana e a Capacitação para migrantes e refugiados do Distrito Federal e do entorno. (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020, n.p).

O primeiro, com ações em todo país, atua na “assistência humanitária e com a integração de solicitantes de refúgio e migrantes venezuelanos(as) que se encontram em

situação de vulnerabilidade social e buscam reconstruir a vida no Brasil. A palavra Pana é bastante popular na Venezuela e significa amigo.” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020, n.p). Já a Capacitação para migrantes e refugiados no DF, objetiva integrar os estrangeiros à sociedade brasileira e “busca reunir e fomentar iniciativas e parcerias que promovam capacitações e certificações nos mais diversos segmentos profissionais. De novembro de 2018 a agosto de 2019, a Casa de Direitos atendeu mais de 1.200 migrantes e refugiados de 58 nacionalidades diferentes.” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2020, n.p).

Foram citadas três organizações de abrangência internacional que possuem atuação no Brasil. Várias outras instituições trabalham com a questão das migrações e desenvolvem atividades com migrantes no país. Algumas atendem a uma demanda específica de determinada região e cidade. É o caso da Organização Sem Fins Lucrativos Trabalho de Apoio e Assistência aos Refugiados Estrangeiros (ONG TAARE), da Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (ADRA) e do Projeto Refugiados UDI, apresentados no tópico a seguir.

### 3.3.2 Panorama regional

Minas Gerais é o Estado com a segunda maior população do Brasil, ficando atrás apenas de São Paulo (IBGE, 2010a). Uma fração desse número populacional é constituída por imigrantes de diversas nacionalidades, que buscam estabelecer residência e trabalho em territórios mineiros. A partir do levantamento de dados dos números da imigração internacional em Minas Gerais, foi possível notar que os resultados não são homogêneos, porque cada órgão que realiza o levantamento quantitativo dessas migrações, se preocupa em atender a finalidade da Instituição. Por exemplo, os dados do Conselho Nacional de Imigração correspondem ao levantamento do número de autorizações de residências expedidas pelo Conselho. Demais Órgãos fazem o mesmo e realizam uma apuração sobre os casos atendidos sob sua responsabilidade. Além disso, o período de análise também se diferencia. Por isso, para este Relatório, optou-se por realizar uma tabela com o levantamento mais recente dos principais Órgãos responsáveis pela pesquisa de migração de estrangeiros em Minas Gerais.

Tabela 1 – Levantamento dos dados de migração internacional em Minas Gerais pelos principais Órgãos de pesquisa do tema.

<b>Órgão</b>	<b>Período</b>	<b>Tipo de levantamento</b>	<b>Números</b>
Conselho Nacional de Imigração	2011 a 2018	Autorizações de residência concedidas	378
Coordenação Geral de Imigração Laboral	2011 a 2018	Autorizações de trabalho concedidas	10.628
Comitê Nacional para Refugiados	Jan. 2017 a Jun. de 2020	Pedidos de Refúgio reconhecidos	96
Observatório da Migração Internacional do Estado de Minas Gerais	2010 a 2016	Número de Imigrantes Internacionais	28.386

Fontes: (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2019, p.24, 46); (BRASÍLIA, 2020a); (CARVALHO; FERNANDES; FERREIRA, 2018).

Dessa forma, a compilação dos dados mais abrangente é a produzida pelo Observatório da Migração Internacional do Estado de Minas Gerais (OBMINAS), que realiza o levantamento quantitativo e demográfico considerando todas as situações migratórias internacionais de Minas Gerais. Este trabalho objetiva contextualizar especificamente os dados migratórios internacionais do município de Uberlândia, por ser a cidade de residência dos entrevistados na elaboração do livro jornalístico para a infância, sendo assim, apresenta-se a seguir um panorama sobre os dados geoeconômicos da cidade, bem como da migração internacional no município.

Uberlândia é uma cidade com uma população estimada de 699.097 pessoas em 2020, a segunda com o maior número de habitantes do Estado de Minas Gerais. Conta com uma série de atividades econômicas que conferem ao município o segundo lugar no total de empresas e outras organizações atuantes em todo o Estado, o que conseqüentemente coloca a cidade com o segundo maior Produto Interno Bruto do Estado (IBGE, 2010b). As empresas, por atividades econômicas, são distribuídas em serviços (50%); comércio (32%); construção civil (8%); indústria (7%) e agropecuária (3%) (UBERLÂNDIA, 2020). Dados contextualizados por Silva (2017, p. xix):

O município destaca-se por ser um grande e importante centro econômico do estado e possuir uma localização geográfica estratégica, que lhe confere o título de maior polo atacadista distribuidor da América Latina. Como toda cidade de grande porte, a segunda maior cidade mineira em população, Uberlândia recebe imigrantes de diversas nacionalidades, que se inserem, em sua maioria, em atividades da construção civil, mas também há relatos de

imigrantes que não conseguem inserção no mercado formal e, por isso, mantêm-se na invisibilidade, não sendo computados nas estatísticas.

Assim, além de ser um polo econômico, Uberlândia também é um município de significativa atração para os imigrantes, que buscam se inserir no mercado de trabalho. Entre 2010 e 2016 o número de imigrantes morando na cidade atingiu a marca de 1.837 pessoas, e nesse período as nacionalidades com o maior número de imigrantes foram, respectivamente, 280 haitianos, 209 colombianos e 111 bolivianos. Dentro desse número total de imigrantes, 57 (3,10%) são de crianças de até 12 anos; 98 (5,33%) adolescentes e jovens de 13 a 19 anos; 1638 (89,16%) adultos de 20 a 60 anos e 44 (2,39%) são idosos acima dessa idade. (CARVALHO; FERNANDES; FERREIRA, 2018, n.p).

Nesse cenário, existem leis municipais e ações tomadas pelo governo local para integrar esses indivíduos na sociedade uberlandense, bem como garantir os direitos básicos de acesso à habitação, saúde, alimentação e segurança? O que se pode afirmar é que a Prefeitura de Uberlândia dispõe de normas para oferecer serviços de Assistência Social às famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade social. Nesse contexto, os imigrantes internacionais residentes na cidade, que possuem o perfil socioeconômico descrito na legislação uberlandense, fazem jus aos atendimentos. A principal e mais abrangente lei que versa sobre questões de assistência social a vulneráveis e trata especificamente da questão dos migrantes nacionais e internacionais é a N° 12.626, DE 19 DE JANEIRO DE 2017. A princípio, a referida legislação apresenta a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação (alterada pela Lei nº 12.649, de 17 de abril de 2017), na qual consta a Diretoria de Prestação Social à População de rua e Migrante, formado por dois núcleos: a) Núcleo de Atendimento ao Migrante e b) Núcleo de Proteção Especial de Alta Complexidade.

O Núcleo de Atendimento ao Migrante objetiva atender e encaminhar os beneficiários para usufruir dos recursos e programas que lhe são garantidos por lei. Para isso, a lei determina que o Coordenador deve:

I - receber e orientar a população migrante em condição de vulnerabilidade social, prestando-lhe o apoio necessário e facilitando seu acesso aos recursos sociais; II - orientar o migrante quanto aos seus direitos e deveres e outras orientações que se façam necessárias; III - fomentar a articulação entre os serviços de apoio ao migrante e outros programas da área social que estejam voltados para a promoção socioeconômica da população em condição de vulnerabilidade social; IV - elaborar estudos sobre os dados relativos à migração na região; V - estabelecer parcerias com a rede de atendimento ao migrante, possibilitando encaminhamento desse público; VI - estudar e

analisar o fenômeno migratório na região, elaborando diagnóstico e propondo soluções para o problema; VII - prestar benefícios para atender as necessidades imediatas do migrante; VIII - trabalhar com convênios referentes a serviços de transportes, de pernoites, de alimentos, entre outros, para atendimento ao migrante; IX - desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência. (UBERLÂNDIA, 2017, art. 102).

Em paralelo a essa lei, existe outra vigente no município que se refere aos benefícios assistenciais e projetos sociais desenvolvidos pela Prefeitura para atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, entre as quais podem se encontrar os imigrantes e refugiados. A Lei nº 11.644, de 20 de dezembro de 2013, estabelece, entre outros, a implementação dos Centros de Referência de Assistência Social que estão localizados em bairros estratégicos que, “executa Serviços de Proteção Social Básica [...] organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais da Política de Assistência Social, tendo como principal serviço de proteção social básica ofertado, o de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF.” (UBERLÂNDIA, 2013, art. 17). Com a situação migratória devidamente regularizada, o migrante internacional tem direito aos atendimentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, expressos na legislação.

Em Uberlândia, ONGs formadas a partir da mobilização da sociedade civil organizada recebem os imigrantes em situação de vulnerabilidade, atendendo-os em suas necessidades básicas e sociais. Essas instituições oferecem ferramentas para integração social e cultural desses indivíduos no município, com o objetivo de proporcionar-lhes autonomia. Em relação às leis municipais, é possível afirmar que a sociedade civil supera o governo em ações de integração desses indivíduos imigrantes na sociedade uberlandense.

É o caso da ONG TAARE, que desde 2017 atende imigrantes em Uberlândia por meio de diferentes ações. Entre essas atividades, estão aulas de português gratuitas ministradas por voluntários aos estrangeiros de diferentes nacionalidades. A ONG também desenvolve projetos para atender aos imigrantes, por meio de parcerias com profissionais e estudantes de diversas áreas, disponibilizando serviços de atendimento de saúde, assistência jurídica, orientações para inserção no mercado de trabalho, entre outros. (SILVA, 2019, p.179).

Em dezembro de 2019, o TAARE lançou o Guia de apoio para imigrantes e refugiados em Uberlândia/MG, juntamente com o Grupo de Estudos e Pesquisa em Migração, Saúde e Trabalho (MIGRAST) e o Ministério Público do Trabalho, com tradução em árabe, espanhol, francês e inglês. No material “constam orientações sobre documentação e

regularização migratória no Brasil, educação, trabalho, saúde e assistência social, além de informações geográficas da cidade, endereços e telefones úteis.” (SILVA, 2019, p.5).

A Agência Humanitária da Igreja Adventista do Sétimo Dia (ADRA) também atende aos imigrantes internacionais residentes em Minas. É uma Instituição que atua em nove áreas: água, saneamento e higiene; saúde comunitária; crianças em situação de vulnerabilidade; resposta e gestão de emergências; nutrição e redução da fome; geração de emprego e renda; promoção da ação judicial; garantia de direitos e igualdades entre sexos e valorização da mulher (ADRA, 2020b, n.p). Trata-se de uma Agência com atuação em mais de 130 países e no Brasil suas atividades estão presentes em 15 Estados.

Minas Gerais é um dos Estados que conta com o trabalho da ADRA. Fundamentado nas citadas nove grandes áreas, um dos Projetos da Agência no Estado, em parceria com USAID/OFDA, intitulado “Projeto Swan Minas Gerais” objetiva a integração de 96 famílias Venezuelanas trazidas de Boa Vista, Roraima, para Minas. No Brasil todo são 14 mil venezuelanos assistidos pela ADRA e, segundo informações da Agência, a estratégia utilizada é a de realocar 2400 imigrantes venezuelanos em 5 Estados Diferentes, entre eles, Minas Gerais. “Além de apoiar a estratégia nacional de interiorização, oferecemos um apoio inicial de 3 meses que inclui aluguel, créditos de celular, kits de higiene, cozinha, alimentação e mais.” (ADRA, 2020a, n.p).

Os imigrantes de diversas nacionalidades também contam com o apoio da ONG Refugiados UDI em Uberlândia. A Instituição foi criada no início de 2020 e atende cerca de 122 famílias na cidade provendo itens de necessidade básica como alimentos, fralda e materiais de higiene e levando alegria para as crianças através da doação de brinquedos (G1, 2020, n.p).

Apresentamos um panorama mundial até chegar ao regional da questão migratória em determinados espaços no tempo. Esse recorte na questão ampla da migração no mundo, no Brasil e em Uberlândia, Minas Gerais, norteia a escrita do livro jornalístico, pois conhecer como acontecem os deslocamentos de seres humanos, que estão distantes ou muito próximos, pode proporcionar certa compreensão de suas realidades. No caso do produto aqui proposto, essa perspectiva é necessária, uma vez que foi necessário se envolver de forma empática com a história das entrevistadas para poder escrevê-lo, como será apresentado nos Capítulos a seguir.

## 4 LIVRO JORNALÍSTICO PARA CRIANÇAS

### 4.1 Livro-reportagem e Técnicas de Entrevista

Para estabelecer a melhor forma de comunicação com as crianças e contar a elas um pouco da história dos imigrantes entrevistados foi desenvolvido neste trabalho um produto que intitulamos de “livro jornalístico para crianças”. O produto elaborado não se encaixa, propositalmente, em um tipo específico de conceito. Dessa forma, optamos por selecionar partes de conceitos de livro-reportagem e jornalismo para crianças (prática e teoria), aliados a técnicas de entrevistas, para formularmos um produto híbrido.

Jornalístico porque atende a alguns critérios de produção de livro-reportagem. Para crianças, porque sua escrita e projeto gráfico são direcionados ao público infantil, conforme o conceito de jornalismo para crianças já apresentado e a prática de jornalismo para a infância, realizada por profissionais de jornalismo de suplementos impressos, que ainda será abordada neste capítulo. Sendo assim, pela ausência de uma definição específica de livro jornalístico para crianças, utilizamos de conceitos já existentes para construir a nossa.

A escolha de conceituar livro-reportagem, para usar algumas de suas características para construir o produto deste trabalho, aconteceu pela inquietação com a superficialidade de um jornalismo trivial. Mais especificamente, o que nos incomodou foi uma cena emblemática relacionada ao tema imigração: o corpo morto de uma criança branca, visto e exposto ao mundo em 2015, estendido em uma praia da Turquia. Outros tantos corpos, mortos ou vivos, de diversas cores e diferentes faixas etárias, pertencentes a indivíduos que queriam apenas usufruir do direito de migrar, invisíveis, não foram tema de pauta. Por que o desse menino foi? Talvez, estrategicamente essa situação de comoção foi elaborada para atender ao “gosto do freguês”, ávido por achar que está fazendo alguma coisa pelo simples fato de se comover. Talvez tivesse que ser uma criança, que levada pela correnteza do mar, expôs ao mundo uma realidade que ora fica enterrada no fundo do oceano, ora fica acorrentada à superficialidade do ver e sentir a informação, e não compreendê-la.

Lima (2009) discute justamente essa questão ao apresentar o livro-reportagem como exercício de uma prática jornalística em profundidade, que foge do óbvio. O autor critica, em determinados aspectos, o jornalismo do dia a dia praticado pelas empresas de comunicação. Um deles é o fato de que a prática do jornalismo nessas organizações é retroalimentada pelo

*feedback*, se preocupando sempre com a reação do público ao realizar uma ação. Sendo assim, dá-se valor àquilo que possui adesão dos espectadores, sem que necessariamente seja uma notícia valorosa.

Outra questão, diz respeito à euforia dos jornalistas por notícias da atualidade e que garantam periodicidade. Para o autor (LIMA, 2009), esse recorte no tempo e espaço, dificulta o alcance da compreensão, uma vez que nem sempre a informação está plenamente inserida na situação atual em que foi veiculada. Assim, ao citar as concepções da professora Dulcília Buitoni (1986 apud LIMA, 2009, p.64), o pesquisador garante que o ideal ao jornalista na construção de uma pauta é o apego à contemporaneidade, que traz à tona temas que, mesmo pertencentes a décadas passadas, por exemplo, podem ser contextualizados no presente, para explicar uma notícia factual.

A padronização do *lead* e a busca por periodicidade também são problematizados pelo autor. Segundo ele, em diversas situações, somente uma fonte é consultada em relação a um tema específico, são as chamadas fontes legitimadas. Assim, informa-se mais do mesmo, sobre um assunto que poderia ser melhor abordado, caso houvesse profundidade na apuração, indo além de fontes já sabidas e do bom e velho “o que, quem, quando, onde, como e - nem sempre - por quê.” (LIMA, 2009, p. 65).

Nesse contexto apresentado por Lima (2009), o Livro-reportagem é conceituado como um gênero comprometido com o jornalismo em profundidade, capaz de contextualizar os assuntos factuais. Nesse tipo de comunicação, segundo o autor, cumpre-se a função social do jornalismo,

Se seu destino fosse o de permanecer apenas no território da informação de atualidade, não haveria o que discutir. Mas a postura implícita neste trabalho é de que ao menos um segmento selecionado do jornalismo, o livro-reportagem, pode almejar um papel maior, que contribui para o conhecimento aprofundado da contemporaneidade. Como forma de comunicação social, o jornalismo possui, potencialmente, uma flexibilidade e dinâmica de abordagem, captação e transmissão da realidade contemporânea que o lançam como capaz de complementar a divulgação pública do conhecimento de profundidade. (LIMA, 2009, p. 72,73).

Por isso, neste trabalho, procurou-se aprofundar o tema imigração, tão amplamente veiculado pelos meios de comunicação da atualidade, para além de imagens simplistas de corpos mortos e estendidos no chão. São e serão apresentados perfis escritos de corpos vivos e falantes, de crianças que migraram para Uberlândia e carregam consigo histórias de vida.

Além de definir esse gênero jornalístico, Lima (2009) também apresenta grupos<sup>8</sup> de livro-reportagem. O que mais se aproxima do produto desenvolvido neste trabalho, é a de Livro-reportagem-perfil, por se tratar,

[...] da obra que procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se interessante [...] No segundo, a pessoa geralmente representa, por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão. (LIMA, 2009, p.51,52).

Outro autor que conceitua Livro-reportagem é Catalão Júnior (2010), sua pesquisa direciona-se, especificamente, ao livro-reportagem publicado e consumido no Brasil contemporâneo. O autor defende em seu trabalho, que a reportagem,

[...] ao mesmo tempo em que pode ser dedicada a “contar uma história” e se caracterizar, da mesma forma que a notícia, como discurso narrativo [...] também pode, diversamente, constituir-se como discurso explicativo sobre algum aspecto da realidade – mesmo que, em sua malha textual-discursiva, conte alguma(s) história(s) para ilustrar sua exposição; nesse caso, temos um discurso predominantemente expositivo ou descritivo, da mesma forma como, em um discurso narrativo, a descrição de um ambiente ou personagem não o descaracteriza como tal. (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 73).

Dessa forma, o autor não engessa o objetivo da reportagem em apenas contar uma história, para ele, esse gênero jornalístico pode incorporar discursos com a finalidade de contextualizar uma história da maneira que mais se adeque ao seu público. Especificamente, em relação ao livro-reportagem, o autor elucida que “falar de livros-reportagem corresponde a referir-se a enunciados que resultam de trabalhos de reportagem [...] e são publicados em livros para venda a um público massivo.” (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 85).

Esses trabalhos são resultado de uma construção textual de um profissional que está livre das amarras impostas pela periodicidade de outros suportes impressos, como o jornal e a revista, por exemplo. Segundo Catalão Júnior (2010), ao mesmo tempo em que a periodicidade liberta, ela também pode gerar insegurança, uma vez que diferentemente dos demais gêneros jornalísticos, o sucesso do livro-reportagem é mensurado pela quantidade de produtos vendidos apenas no final de todo o processo, ao passo que produtos periódicos

---

<sup>8</sup> Além do Livro-reportagem-perfil, Lima (2009) apresenta os conceitos de: Livro-reportagem-depoimento; Livro-reportagem-retrato; Livro-reportagem-ciência; Livro-reportagem-ambiente; Livro-reportagem-história; Livro-reportagem-nova consciência; Livro-reportagem-instantâneo; Livro-reportagem-atualidade; Livro-reportagem-antologia; Livro-reportagem-denúncia; Livro-reportagem-ensaio e Livro-reportagem-viagem.

possuem *feedback* constante de seu público, o que pode desencadear em adaptações na linha editorial.

O autor analisou os 18 livros-reportagens mais vendidos no Brasil até 2010 e identificou 8 características do livro-reportagem do Brasil contemporâneo. A primeira é a autoria individual. Catalão Júnior (2010, p. 126) constatou que o livro-reportagem do Brasil contemporâneo é resultado do trabalho de apenas um autor, uma vez que toda a obra é idealizada e materializada somente por um profissional, desde a pauta até a finalização do produto.

Outra característica é a utilização da narração para delinear a trajetória no livro-reportagem,

Conforme o corpus, reportar é narrar. Quase todos os enunciados que o constituem são relatos. O livro-reportagem típico dedica-se, portanto, à enunciação de um acontecimento – melhor, de acontecimentos, entretecidos na trama de uma biografia, de certo momento histórico, de determinadas ações ou de situações nucleares. (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 130).

Acrescenta ainda que essa narração acontece da seguinte forma: quando se trata de uma obra totalmente biográfica, “o relato começa com a narração de uma cena ou situação vivida pelo protagonista em um momento-chave de sua trajetória” (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 130), já nos demais livros-reportagens, que não se dedicam a contar exclusivamente a história de uma pessoa, “prevalece igualmente o relato linear constituído por uma sucessão de episódios articulados conforme a ordem cronológica de suas ocorrências.” (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 131).

A narração incorpora outra característica detectada pelo autor, a familiaridade. Essa diz respeito à forma como o jornalista de livro-reportagem no Brasil escreve, de maneira franca e direta, num português claro e “sem rodeios”, enfim, “expressar-se de maneira livre e não hierárquica, não convencional e não oficial a seu respeito implica familiaridade expressiva, já que pressupõe a comunicação clara de um juízo.” (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 136).

Um aspecto intrínseco à familiaridade, também característica típica do livro-reportagem brasileiro, é o didatismo. Trata-se de explicações contidas ao longo da obra, para aproximar a narrativa do leitor. Um dos autores analisados por Catalão Júnior (2010, p.138), Eduardo Bueno, possui livros “que chegam a ser apresentados como livros ‘paradidáticos’ para estudantes e professores de níveis fundamental e médio”. Tal característica pode se manifestar de diferentes formas. No corpus do trabalho, identificou-se a presença de

narrativas lineares, com a presença de imagens, caixas de texto ou até mesmo parágrafos apresentando personagens, cenários, contextos sociais e históricos.

Catalão Júnior (2010, p.139) argumenta que o Didatismo está presente no contexto jornalístico há anos:

Ressalte-se que o didatismo não é estranho à prática jornalística. Trata-se, pelo contrário, de um traço há muito presente nos enunciados produzidos nesse campo da comunicação discursiva desde o período anterior à emergência da penny press, quando era predominante a orientação publicista e doutrinária, e que persiste no jornalismo de massa. No caso do jornalismo impresso, tal presença é mais evidente nos infográficos e nas caixas de texto com explicações complementares à matéria principal de uma página, mas é também comum no próprio corpo da reportagem, muitas vezes elaborada a partir de uma angulação (vale dizer: de uma perspectiva) didática.

A quinta característica detectada por Catalão Júnior (2010, p.142) é a onisciência, que diz respeito ao posicionamento do autor de livro-reportagem ao garantir exatidão naquilo que reporta. Nesse contexto,

[...] predomina o tom de segurança e de certeza quanto aos acontecimentos e seus detalhes, quanto às teses e às informações que as sustentam, quanto à reportagem e a sua eficácia epistemológica, e também quanto a si mesmo – como repórter-autor – e à própria competência como produtor de um saber.

Dessa forma, o repórter possui certeza sobre aquilo que escreve. Mas sobre o que escreve? Catalão Júnior (2010, p.144) apresenta que o assunto abordado nos livros-reportagens do Brasil contemporâneo busca discorrer sobre o excepcional. Seja um fato ocorrido, uma personagem com uma história de vida marcante, ou alguma tese específica sustentada por seu autor, o que desperta a atenção do leitor é a intitulada excepcionalidade, sendo essa mais uma característica que reforça o sucesso de um livro-reportagem brasileiro.

A personificação entra em cena, aliada a outros aspectos já abordados. O livro-reportagem produzido e consumido no Brasil, conforme apresentado, é resultado do trabalho de um único profissional, o que confere personificação ao produto final. Além disso, conforme Catalão Júnior (2010), a personificação está presente no desenvolvimento do texto de um livro-reportagem, pois ao lançar mão da familiaridade, o autor desencadeia uma relação próxima com o leitor, personificando assim a obra. A personificação também consta como uma opção do autor de livro-reportagem em escrever narrações sobre personagens. Nesse cenário, a vida de personagens está em primeiro plano na construção do produto, ainda que nele se apresentem outros fatos, como históricos ou geográficos.

Assim, não apenas as informações anedóticas, mas também aquelas de caráter mais contextual, relacionadas às estruturas e conjunturas históricas em seus aspectos mais amplos, integram-se ao relato somente na medida em que sejam úteis à valorização, à cenografia e/ou ao entendimento dos episódios narrados – em cujos primeiros planos encontram-se, repetidamente, as personagens que os protagonizam. (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 147).

Por último, Catalão Júnior (2010, p.149) discorre sobre uma característica de significativa importância presente no corpus estudado: a contemporaneidade. Dizer que um livro-reportagem é contemporâneo, significa afirmar que o assunto abordado em suas páginas está em voga no momento em que o leitor o lê. Ainda que esse fato tenha já ocorrido há meio século ou tenha acontecido recentemente, o que vale é a importância que tal tema possui no contexto social-histórico atual. Catalão Júnior (2010, p.152) discorre sobre a importância da contemporaneidade na construção do livro-reportagem, a partir do conceito proposto originalmente por Buitoni (1986, p. 29,30), sendo assim, “contemporaneidade, para uma nação, pode ser um conjunto de eventos que noutra eram antigos há 50 anos. Não é o tempo que decide: a conformação cultural importa muito mais, como importam certas correspondências de situações.” (BUITONI, 1986, p.29,30 apud CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 152).

Catalão Júnior (2010) apresenta uma definição a mais de contemporaneidade, indo além do conceito proposto originalmente por Buitoni (1986, p. 29,30) e partilhado por Lima (2009, p.64), de trazer ao momento atual de forma contextualizada, temas já transcorridos no passado. Segundo o autor (CATALÃO JÚNIOR, 2010), existe outra definição de contemporaneidade identificada no corpus de seu trabalho: a contemporaneidade como o ambiente espaço-temporal que conecta o autor do livro-reportagem ao seu leitor. Dessa forma, de acordo com Catalão Júnior (2010), ao escrever um produto desse tipo, a única certeza que seu autor possui é a de estar se comunicando com seus contemporâneos, uma vez que o livro-reportagem atinge um grupo heterogêneo e disperso que não pode ser definido com exatidão.

Pode-se inferir, portanto, que para produzir um livro-reportagem é necessário estar em contato com pessoas, para obtenção do material necessário para a escrita da obra. Sendo assim, para apresentar histórias de vida da forma mais humanizada possível, é necessário desenvolver técnicas específicas de entrevista. No livro jornalístico para crianças produzido neste trabalho, foram realizados questionamentos norteadores e não determinantes da conversa com Malie.

Esse tipo de entrevista baseada no diálogo é uma forma de comunicação que vai além do determinismo engessado da técnica pela técnica, utilizada única e simplesmente para se concretizar uma pauta. Segundo Cremilda Medina (2008), o caminho para o fenômeno da identificação que envolve o entrevistado, entrevistador e o espectador, acontece quando o diálogo é autêntico e transmite emoção. Não é apenas dever. É prazer em estar junto, em ouvir, em ser ouvido e em se tornar espectador desse encontro. Medina (2008, p.7) define essa conversa como o Diálogo Possível,

[...] quando, em um desses raros momentos, ambos - entrevistado e entrevistador - saem “alterados” do encontro, a técnica foi ultrapassada pela “intimidade” entre o EU e o TU. Tanto um como outro se modificaram, alguma coisa aconteceu que os perturbou, fez-se luz em certo conceito ou comportamento, elucidou-se determinada autocompreensão ou compreensão.

Já para Antônio Carlos Gil (2014), a entrevista é um meio imprescindível para obtenção de material no campo das Ciências Sociais. Segundo apresenta o autor, essa técnica está para a investigação social, assim como o microscópio está para a Biologia. Elucidando ainda mais a questão, Gil (2014) mostra as vantagens e desvantagens no emprego dessa forma de coleta de dados. Entre outros aspectos, discorre sobre como a entrevista é mais vantajosa que o questionário, por exemplo, pois não é necessário que o entrevistado saiba ler e escrever para dela participar. Como desvantagem está a incapacidade do entrevistado em compreender o vocábulo, inviabilizando assim a resposta adequada.

É possível percorrer diferentes caminhos na condução da entrevista para coleta de material. A que se procurou estabelecer para o desenvolvimento do livro jornalístico, foi a mais espontânea que se pudesse ter. Esse tipo de entrevista, é definida por Gil (2014) como “Entrevista Informal”. De acordo com o autor, a única diferença entre esta maneira de entrevistar em relação a uma simples conversação, é o fato de que a primeira tem como objetivo coletar dados. “O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado.” (GIL, 2014, p. 111).

Laville e Dionne (1999) também discorrem sobre esse tipo de entrevista, porém, dão a ela outra nomenclatura: Entrevista Não-Estruturada. Para os autores, o entrevistador, a princípio, apoia-se em algumas perguntas antecipadamente previstas, para então, a partir delas, ser capaz de improvisar.

Assim, em alguns casos, o pesquisador mantém o controle das direções tomadas nas interações: às vezes, ele partilha esse controle, ao passo que, nos casos extremos, ele o abandona ao entrevistado, somente incentivando-o a se expressar livremente, contentando-se em retomar as últimas frases deste a fim de permitir-lhe prosseguir: esta última maneira de agir é prática corrente no recurso às histórias de vida. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 190).

Cabe salientar que os conceitos de livro-reportagem e técnicas de entrevista, anteriormente apresentados, não se direcionam especificamente à produção de conteúdo para crianças, são conceitos amplos quanto ao público leitor e quanto aos entrevistados. Dessa forma, pela ausência de um conceito de livro-reportagem que especifique como é entrevistar e escrever para crianças, propõe-se neste ponto discorrer sobre as experiências de produtores e pesquisadores de conteúdo impresso para a infância, que foram significativas para nortear a produção do trabalho aqui desenvolvido.

## 4.2 Produção de Conteúdo Impresso para a Infância

Para elaborar um “Guia Prático para Criar um Jornal na Escola”, voltado especificamente para crianças de 9 a 11 anos, Ronney Argolo (2010), entrevistou profissionais produtores de mídia impressa para a infância e estudiosos do comportamento das crianças. De acordo com Mônica Rodrigues da Costa<sup>9</sup> (COSTA, 2010) entrevistada por Argolo (2010), primeiramente, escrever para crianças requer descobrir sobre o que escrever. As crianças se interessam por notícias atuais, porém, diferentemente do que se direciona para os adultos, a notícia factual é contextualizada para além da “notícia quente”. “Critérios para adultos são fatos que acontecem, inesperados. Se tem tempestade em Santa Catarina é notícia para adulto e para criança também, em outra medida.” (COSTA, 2010, p.154).

Para Gilka Girardello<sup>10</sup> (GIRARDELLO, 2010), o profissional que se dedica a traduzir a realidade do mundo para o universo infantil, deve se esforçar para buscar pautas

<sup>9</sup> Docente no curso de Jornalismo na FAAP-SP, de pós-graduação da PUC/SP, e crítica de teatro no Folha de S.Paulo, onde trabalhou como editora da Folhinha (1987-2004) e realizou crítica de cultura na Ilustrada e na revista São Paulo. Jornalista especializada em infância, é jurada no Prêmio APCA. Foi jurada, até 2019, na Comissão Julgadora do Projeto São Paulo de Incentivo ao Teatro Infantil e Jovem/Femsa/Coca-Cola. Foi editora do selo Publifolhinha (2013-2016). Criou e editou o caderno para crianças A Tardinha (2005-2008), no jornal A TARDE (BA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5871450786138209> (CNPQ, 2021, n.p).

<sup>10</sup> Professora da UFSC, atua no Programa de Pós-Graduação em Educação. Possui graduação em Comunicação pela UFRGS (1978), mestrado pela New School for Social Research de Nova York (1990) e doutorado pela Universidade de São Paulo (1998). Realizou pós-doutorado na City University of New York (Pesquisadora

que sejam originais e trabalhar esses assuntos de forma que sejam compreendidos pelas crianças. A pesquisadora afirma que, junto à família e à escola, é necessário que os veículos de comunicação intermediem, para a infância, assuntos importantes como política, questões sociais e econômicas, por exemplo. (GIRARDELLO, 2010, p.166).

A esse respeito, Paulino (2007, p.15), pesquisadora de Teoria Literária, enfatiza a importância de traduzir o mundo para as crianças, ainda que a partir da elaboração de textos ficcionais, sem deturpar o objetivo de narrar uma história. Para a autora, quando uma obra determina o estilo de vida que a criança deve ter, o texto passa a servir para outros fins;

Querem mostrar, por exemplo, quão importante é a natureza, como ser feliz, como respeitar os direitos alheios, como escapar ao inferno das drogas, como salvar a humanidade. São lindas suas mensagens. Só que a condução de opiniões é propriedade dominante de outro tipo de interlocução. Quando predomina essa necessidade de aconselhar, de levar ao bom caminho, de ensinar, numa narrativa, por exemplo, os recursos da arte literária estão sendo usados para outros fins: morais, publicitários, informativos, etc. Não é que se negue a existência de uma retórica da poesia, muito estudada desde a Antiguidade. Apenas se torna necessário que tal retórica esteja a serviço da poesia, da arte, e não o contrário. (PAULINO, 2007, p.15).

Paulino (2007) discorre especificamente sobre literatura, ficcionais ou não, direcionada para crianças, ao passo que os entrevistados de Argolo (2010) trabalham com a tradução da realidade para os infantes a partir das técnicas de jornalismo. Dessa forma, uma produção jornalística voltada para crianças pode não ser apenas literária, jornalística ou educativa. Essa produção pode, sim, ser uma junção de todas essas características. É o que se pretende com o livro aqui proposto. Dessa forma, acerca da função que o jornalismo deve exercer para as crianças, os entrevistados de Argolo (2010) acreditam, diferentemente de Paulino (2007), que a tradução da realidade para os infantes, através de textos escritos, pode estar a serviço, sim, de uma função formativa. “É preciso ter a preocupação de mostrar um mundo socialmente justo, viável, sustentável. É uma preocupação formativa.” (COSTA, 2010, p. 150). Girardello (2010, p. 165) sustenta essa concepção e acrescenta a função de educar ao jornalismo para a infância:

As crianças têm direito à informação sobre o mundo em linguagem voltada para elas e isso contribui para a cidadania. Seria bom os adultos medirem a leitura do jornal, mas isso não é fácil de acontecer em todas as situações e a

criança tem direito de ler e assistir produção jornalística direcionada para ela. Acho que toda comunicação tem componente educativo. Informação e educação são coisas muito próximas. E o trabalho para crianças acaba requerendo esforço pedagógico maior.

Para contextualizar fatos reais às crianças, para informá-las, e/ou educá-las e/ou entretê-las, o profissional de jornalismo para crianças deve utilizar ferramentas de comunicação específicas. Após a escolha do tema, parte-se para a etapa de apuração do conteúdo que irá se transformar num produto impresso para crianças. Conforme apresenta Mônica Rodrigues da Costa, para escrever para crianças, deve-se ter qualidade na apuração, tal como para a elaboração de um produto impresso direcionado aos adultos, “mesma apuração e investigação rigor [sic] dos fatos, mesmo sendo um texto menor. Para escrever para crianças, é preciso ter capacidade de síntese e de tradução.” (COSTA, 2010, p.155).

Uma das principais formas de apuração de informações para elaboração de um texto jornalístico é a entrevista. A entrevista com crianças demanda especificidades que torna o trabalho do repórter entrevistador ainda mais complexo. Isso porque entrevistar crianças requer, antes de tudo, que o entrevistador estabeleça uma relação de confiança com seu infante entrevistado. Nesse cenário, segundo Raquel Gonçalves Salgado<sup>11</sup> (SALGADO, 2010), a criança deve se sentir o mais confortável possível diante da conversa, de forma que a entrevista ocorra naturalmente e minimizando a questão da hierarquia entre o adulto e o(a) menino(a). Dessa forma, garante que,

É preciso buscar alguns artifícios para, além de ouvir as respostas da criança, escutar o que trazem de novidade. Às vezes as crianças se sentem coagidas. Quanto mais coagidas, maior a possibilidade de terem respostas artificiais. Ela está sempre tendo em mente “o que esse adulto quer de mim?”. O fato de ser um adulto já coloca a criança em situação desigual. Ela cria respostas para atender a expectativa que ela mesma cria sobre si. Tem que ter flexibilidade, a depender da idade da criança, solicitar desenho, fazê-la escrever uma carta. (SALGADO, 2010, p.163).

Mônica da Costa (COSTA, 2010) corrobora com a concepção de Raquel Salgado (SALGADO, 2010), ao afirmar que em sua experiência de entrevistas com crianças para “A Tardinha”, buscava estabelecer uma relação de confiança com seus entrevistados. Dessa

---

<sup>11</sup> Possui graduação em Formação de Psicólogo pela UFRJ (1992), Licenciatura em Psicologia pela UFRJ (1993), mestrado em Educação pela PUC-Rio (1998) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC-Rio (2005). Tem pós-doutorado em Psicologia pela UFF (2019). É Professora da Universidade Federal de Rondonópolis, e atua no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e no Curso de Psicologia. É líder do grupo de pesquisa "Infância, Juventude e Cultura Contemporânea" (GEIJC). Foi vice-coordenadora do GT-07 - Educação de Crianças de 0 a 6 Anos, da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), de 2015 a 2019. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1165554868380123> (CNPQ, 2021, n.p).

forma, é possível utilizar determinadas estratégias para que a conversa ocorra da forma mais natural possível. “Primeiro, era preciso conquistar confiança, já que a criança é mais retraída, insegura, tímida. Então é sentar, brincar, desenhar. As orientações eram: converse, pare, evite entrevista por telefone, explique, mostre, leve lápis e papel [...] tenha paciência.” (COSTA, 2010, p.156).

Após a apuração dos fatos e informações, traduzir o mundo de forma atrativa e compreensível aos infantes, exige a elaboração de um material com a linguagem e a diagramação na medida certa. Os profissionais entrevistados por Argolo (2010) são unânimes em dizer que a criança absorve melhor um texto escrito na ordem direta e com períodos curtos. No caso, esse tipo de estrutura textual torna o texto menos cansativo para a criança, principalmente para geração acostumada com as informações mais sintetizadas possíveis com o advento das novas tecnologias. Vale destacar que essa é uma concepção de mais de uma década atrás e a inserção digital das crianças ampliou-se ainda mais desde então. A partir do conhecimento adquirido como editora e colaboradora na Folhinha, Mônica destaca que, em relação ao texto,

[...] o ideal é escrever frases curtas, na ordem direta, parágrafos menores e vocabulário simples. Estrutura mais de justaposição que subordinativa. Mais ponto final, mais oração independente. Foi uma conquista de 20 anos de trabalho, minha função de editora era essa. Se não viesse assim, eu copidescava. Tem de ser assim para que a criança entenda, não pare na leitura, não ache chato ler. Para que não engasgue, como me disse uma garota durante minha pesquisa de mestrado: "Gosto da Folhinha porque a gente lê sem engasgar". (COSTA, 2010, p.156).

Esse tipo de escrita garante uma característica imprescindível na elaboração de textos para a infância, a objetividade. Entretanto, conforme Gilka Girardello (GIRARDELLO, 2010, p.168), essa objetividade não deve significar a abordagem de assuntos fáceis reduzidos a uma “massa de generalidades” e complementa que, “tem que se ter padrões indispensáveis: clareza, uso adequado da língua, muita pesquisa de apoio, se coloque no lugar do leitor. Dizer algo complicado para o leitor é fútil, o autor deve respeitar a inteligência do outro.”

Por isso, o uso de elementos gráficos é imprescindível na elaboração de um produto impresso voltado para a infância, seja para explicar palavras desconhecidas pelo universo infantil, seja para apresentar conceitos complexos, seja, simplesmente, mas não simplificadamente, para representar em imagens a história narrada no papel. Versiani (2007) é uma autora que discorre sobre a permanência dos produtos impressos no decorrer das

gerações, caso haja uma adaptação dos produtores em renová-los. Nesse cenário, afirma que a leitura hipertextual proporciona novas experiências de leitura,

Com a ascensão das novas mídias eletrônicas, mais intensamente os processos e procedimentos seletivos dos sujeitos leitores vêm ocupando o centro das discussões sobre novas exigências ligadas à sua formação. Esse diálogo entre novas mídias e livro (e também outros suportes como jornal, revista, etc.) não representa exclusões, muitas vezes pregadas por apocalípticos em muitos momentos da história da escrita, desde a sua invenção (aliás, também ela uma tecnologia). Esse diálogo intenso e, às vezes tenso, opera transformações e trocas que alteram não significados como modos de apropriação e de compreensão das linguagens. Nesse sentido, arriscando uma analogia, podemos dizer que da mesma forma que a fotografia alterou profundamente o modo de o homem se relacionar com o mundo por meio da pintura, a leitura hipertextual propicia hoje novos olhares sobre a leitura dos livros. (VERSIANI, 2007, p.22).

Além disso, ao entrevistar crianças de 10 anos de idade, para descobrir seus gostos de leitura, a autora (VERSIANI, 2007, p.32) constatou que os leitores crianças e jovens escolhem o que vão ler a partir da leitura de resenhas, da indicação de outros colegas e que, também, selecionam o livro pela capa. Ou seja, investir em elementos gráficos, desde a capa até a contracapa, pode garantir o sucesso da obra. Paulino (2007, p.17), porém, alerta que o investimento na busca da beleza da obra, não deve privilegiar os mais ricos e, sim, buscar a democratização da leitura por todos os leitores possíveis, a partir de estratégias que tornem a obra mais acessível, principalmente em países subdesenvolvidos. “A existência de livros bonitos exhibe a necessidade da transformação social, no sentido de que eles deixem de ser privilégio da elite econômica.” (PAULINO, 2007, p.17).

Para que uma produção jornalística voltada para crianças esteja esteticamente atrativa e funcional para o público infantil, segundo os profissionais entrevistados por Argolo (2010), é necessário o equilíbrio entre imagem e texto. Segundo Gilka Girardello (GIRARDELLO, 2010, p.169), o ideal é aliar um bom texto a uma imagem que o represente e enaltece o uso de infográficos que, de acordo com a pesquisadora, pode garantir ainda mais valor à imagem “O infográfico não tem imagem banal, tem valor agregado, o jornalismo não deve ter uma linguagem só. O infográfico é um recurso super importante e valioso. Ele precisa ser interpretado, representa um desafio cognitivo.”

Essa concepção do equilíbrio entre imagem e texto e da importância dos elementos gráficos na materialização de uma produção jornalística para a infância, também é abordada por Mônica da Costa que ressalta que em sua experiência no “A Tardinha”, a materialização

da composição gráfica variava de acordo com o tema abordado. “Se fosse política, tinha mais texto. É preciso ter responsabilidade a [sic] explicação dos assuntos”. (COSTA, 2010, p.157). Já para Regina Alcântara de Assis<sup>12</sup> (ASSIS, 2010, p.162), a experiência da criança e do adolescente com o livro deve ser convidativa, “Isso você tem que considerar: o prazer de manusear, a portabilidade, o formato e o tamanho de seu suplemento, tem que chegar num meio termo. Pela nossa experiência, quanto mais lúdico, se tiver uma dobradura diferente, um jeito de abrir, logo são marketeados pelas próprias crianças.”

A partir da concepção profissional de jornalistas que produzem conteúdo impresso para a infância, é possível mensurar o desafio que é escrever para crianças, na prática. Para produzir cumprir com esse desafio, foi necessário realizar uma escolha textual e gráfica, a qual foi fundamentada nos conceitos de livro-reportagem anteriormente apresentados, bem como na experiência dos produtores de conteúdo impresso para crianças, conforme contextualizado a seguir.

### 4.3 Uma Proposta de Definição

A partir da busca dos conceitos apresentados, identificou-se uma lacuna no âmbito do jornalismo para a infância: a definição, ou definições, de um produto impresso nos moldes do livro-reportagem direcionado exclusivamente para as crianças. Dessa forma, no universo jornalístico e acadêmico, o que se observou foram definições de jornalismo para a infância em diferentes suportes, entre eles o impresso, porém, não especificamente sobre o livro para a infância resultante de uma reportagem. Da mesma forma, na definição dos autores Lima (2009) e Catalão Júnior (2010) de livro-reportagem, notou-se a ausência de uma definição para elaboração de um produto para a infância. Sendo assim, como definir um livro para crianças que possui algumas características do livro-reportagem?

A palavra definir significa, segundo o dicionário Michaelis (2020, n.p): “Indicar o significado preciso de. Estabelecer com precisão; determinar. Fixar os limites, delimitar, demarcar. Interpretar claramente. Dar as qualidades distintivas de; retratar. Tomar uma

---

<sup>12</sup> Possui Graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Juiz de Fora (1961), Mestrados pela Harvard Graduate School of Education (1974, 1975) e Doutorado pela Columbia University (1978). Foi Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro entre 1993 a 1996, Membro do Conselho Nacional de Educação, 1996/2000, Fundadora e Presidente da MULTIRIO entre 2001 a 2008. Membro do Conselho Diretor da World Summit on Media for Children Foundation e do Conselho Consultivo do Observatório Europeu de TV Infantil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5640513090267279>. (CNPQ, 2021, n.p).

resolução. Tornar(-se) conhecido. Expor com precisão; decidir.” O que se pretende neste Relatório está mais próximo de “Fixar os limites, delimitar, demarcar” do que “Indicar o significado preciso de. Estabelecer com precisão; determinar” em relação ao livro desenvolvido. Propõe-se, portanto, somar as experiências de profissionais de jornalismo feito para crianças, a algumas características de livro-reportagem, técnicas de entrevista e jornalismo para a infância, para elaborar o que intitulamos como “livro jornalístico para crianças”, uma vez que a ausência do conceito de livro-reportagem direcionado para a infância pode ser suprida pelo conceito e pelos exemplos do exercício de jornalismo para crianças.

O livro jornalístico para a infância elaborado neste trabalho, conforme já apresentado, trata do tema da imigração indo além de notícias factuais e efêmeras, contribuindo para o que o Lima (2009) trata como “conhecimento aprofundado da contemporaneidade.” O que se buscou materializar no produto desenvolvido neste Mestrado Profissional foi o contexto da imigração apresentando a história de vida de Malie, uma personagem imigrante criança real, o que se aproxima do conceito de Livro-reportagem-perfil, definido por Lima (2009). Sendo assim, a personagem e os futuros personagens a serem entrevistados, possuem histórias de vida interessantes e representam “por suas características e circunstâncias de vida, um determinado grupo social, passando como que a personificar a realidade do grupo em questão” (LIMA, 2009, p.52), no caso, o grupo em questão representado é o de imigrantes residentes no Brasil, especificamente, em Uberlândia, sendo que dentro desse grupo estão inseridos subgrupos de acordo com cada nacionalidade.

O livro jornalístico produzido neste trabalho também utiliza conceitos de livro-reportagem brasileiro proposto por Catalão Júnior (2010). Primeiramente, a concepção da obra, desde o tema até a finalização do produto, foi realizada por uma profissional. Isso não significa que outros profissionais não estiveram envolvidos no desenvolvimento do livro jornalístico apresentado, como o trabalho de orientação, diagramação, ilustração, revisão e impressão.

No enredo do livro jornalístico proposto, predomina a utilização do gênero narração, tido como a melhor forma de contar a história da personagem. Os acontecimentos vividos pelas personagens foram “entretécidos na trama de uma biografia, de certo momento histórico, de determinadas ações ou de situações nucleares.” (CATALÃO JÚNIOR, 2010, p. 130). Essa narração passa pelas percepções de outra criança, a personagem semi-ficcional Kira. Nesse contexto, a linguagem utilizada foi a mais direta que se pôde delinear, gerando assim o que Catalão Júnior (2010) intitula como “familiaridade”, ou seja, o que se objetivou

na construção na narrativa foi a de contar a história da forma mais próxima possível do universo infantil.

A característica identificada por Catalão Júnior (2010) que mais foi utilizada no decorrer da construção do livro jornalístico para crianças desenvolvido neste trabalho é o Didatismo. O Didatismo está presente na obra através dos textos e elementos gráficos explicativos de questões geográficas, históricas, sociais, culturais intrínsecas à história de vida da entrevistada, bem como da explicação de palavras possivelmente desconhecidas pelo público infantil. Com o Didatismo, o produto passa a ser não somente uma fonte de informação, como também de aprendizado sobre, primordialmente, o país de origem da criança entrevistada.

A onisciência também se faz presente. A história de Malie e os elementos que a compõem são baseados em certezas e não em suposições. A entrevistada em questão e também os demais que ainda o serão, possuem um traço de excepcionalidade em comum: o fato de serem sujeitos, que, ainda crianças, se deslocaram de seus países de origem em busca de uma vida melhor no Brasil, mais especificamente em Uberlândia. Apesar desse traço em comum com os demais, cada entrevistado possui histórias de vida específicas, o que conferem personificação à narração.

Finalmente, afirma-se que o livro é contemporâneo. Trata de um assunto histórico, a imigração, porém, com características contemporâneas, ao abordar os novos fluxos migratórios desencadeados pela ascensão do capitalismo. Além disso, a escrita, os elementos gráficos e a composição de toda a obra é elaborada a partir da história de uma criança contemporânea à da autora e é direcionado às crianças dessa geração, não significando, porém, que o livro não possa ser apreciado por gerações futuras.

Na proposta da construção de um produto impresso voltado para crianças, o Diálogo Possível (MEDINA, 2008) se fez necessário. Conforme as experiências dos profissionais citados no tópico anterior, a entrevista com crianças é desafiadora. Para não correr o risco de ter respostas que tentem agradar o entrevistador em detrimento de respostas espontâneas, procurou-se estabelecer também, em certo momento, uma Entrevista Informal (GIL, 2014) com o objetivo de coletar dados e conhecer melhor a personalidade da entrevistada. Ainda assim, foram elaboradas, antecipadamente, algumas perguntas, que se adaptaram no decorrer da conversa, utilizando assim, o que Laville e Dionne (1999) definem como Entrevista Não-Estruturada.

O livro jornalístico incorpora também as técnicas desenvolvidas por profissionais do ramo de comunicação para a infância. O livro se constitui de parágrafos curtos, de modo

que as crianças compreendam e se sintam envolvidas pela leitura. Contudo, ainda que o texto seja menor e mais enxuto, o uso de demais elementos objetiva garantir uma experiência completa da informação como os boxes explicativos de palavras complexas, contexto histórico e geográfico, por exemplo. Além disso, são apresentadas ao longo da obra referências externas ao texto, encontradas no mundo virtual ou real, os quais podem ser acessados pelas crianças para expandir conhecimentos.

Todos esses elementos, porém, são empregados com a finalidade de contar a história da forma mais completa possível, e não possuem como finalidade instruir ou determinar padrões de conduta às crianças, apesar de que esses possam ser resultados da leitura. O objetivo principal, portanto, é o de contar a história de uma criança para a outra através de uma narração de uma personagem criança idealizada por uma adulta e de uma apuração rigorosa de informações verídicas. Nesse aspecto, vale ressaltar que a personagem-narradora foi construída a partir de algumas vivências e memórias infantis da autora da obra, sendo, portanto, semi-ficcional.

O emprego de elementos gráficos busca arrebatá-la a leitura do infante e garantir-lhe a experiência mais significativa possível com o produto, entretanto, considerando a democratização da leitura, ao tornar a obra acessível a leitores de diversas classes sociais. Por isso, inserir ilustrações e investir na diagramação, aliados aos demais elementos apresentados, são necessários, considerando que os nativos digitais para os quais a obra se direciona possuem leitura não linear.

As características anteriormente apresentadas demarcam a fronteira entre o que o livro é e o que ele não é. A conclusão que se tem a partir do referencial bibliográfico apresentado, é de que o produto desenvolvido neste trabalho trata-se de uma obra híbrida, intitulada por nós como “livro jornalístico para crianças”. Isso não significa que os livros desenvolvidos posteriormente não possam incorporar outras características para além das apresentadas. Acredita-se, portanto, que os produtos direcionados para as crianças não podem estar numa caixinha pré-moldada pelos adultos. É necessário ao profissional de jornalismo para a infância se reinventar tão possivelmente quanto a imaginação de uma criança. A seguir, há a apresentação do produto, bem como o relato de como cada método supracitado foi incorporado à obra em seu desenvolvimento.

## 5 O PRODUTO: LIVRO JORNALÍSTICO PARA CRIANÇAS

### 5.1 Apresentação do Produto

O livro jornalístico apresentado como resultado deste trabalho desenvolvido no Programa de Pós-graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação, conforme já abordado, trata-se de um produto híbrido, com características interdisciplinares. Possui três personagens principais: a personagem semi-ficcional e narradora da história, Kira, parcialmente inspirada na infância da autora; o personagem fictício Jeremy, inspirado numa criança imigrante da Venezuela e a personagem real Malie, cuja história contada é resultado de uma apuração jornalística por parte da autora.

O enredo principal discorre sobre a amizade entre Kira e Malie, que é desenvolvida a partir da necessidade da personagem Kira de escrever um livro para um trabalho da escola. Dessa forma, a história de Malie vai sendo contada por sua amiga, objetivando trazer à tona a perspectiva da imigração vivenciada por Malie. Ressalta-se que a história da personagem haitiana é totalmente verídica, baseada nas conversas e experiências que a pesquisadora teve com a menina Malie e sua família, as quais desenvolveu utilizando métodos que serão apresentados no tópico a seguir.

Na medida em que o enredo se desenvolve, existem apontamentos e esclarecimentos trazidos à tona pela autora em forma de elementos gráficos, junto à narração, intitulados como: “Saiba Mais” e “Acompanhe o Mapa”, além de títulos específicos sobre os temas abordados. Há também o emprego de imagens, ilustrações e fotografias para representar visualmente a narração. As ilustrações são digitais e a diagramação conta com páginas coloridas e o uso da fonte Arima Koshi que não possui serifa, mas conta com uma forma mais próxima da cursiva, sem, contudo, apresentar a dificuldade de leitura que essa ocasiona. Essas escolhas foram feitas para despertar o interesse das crianças. Sendo assim, buscou-se o equilíbrio entre os elementos visuais e o texto para tornar a leitura mais atrativa ao infante.

A obra possui ISBN, ficha catalográfica e código de barras desenvolvidos pela Câmara Brasileira do Livro. A capa e contracapa, páginas internas da capa e contracapa somadas ao miolo, totalizam 40 páginas, impressas em papel Couchê Fosco, 210 gramas, tamanho 23x23cm e grampeado com 2 páginas. Optou-se pela utilização de bopp brilho

externo para realçar a capa e a contracapa, já que muitas crianças escolhem o livro pela capa (VERSIANI, 2007, p.32). Além do produto impresso, o designer gráfico da obra desenvolveu uma versão digital do livro, com 38 páginas, excluindo as páginas internas da capa e contracapa.

## **5.2 Métodos, Técnicas e Desenvolvimento**

Escrever para crianças foi um desafio que eu nunca tinha enfrentado. Com a presença de uma criança em casa, minha sobrinha, comecei a perceber que as crianças se interessam por assuntos que envolvem a realidade do mundo e do próximo. Creio que para desenvolvimento de um produto neste Mestrado, o melhor que eu poderia entregar seria o resultado de inquietações e percepções vivenciadas por mim a partir dessa convivência. Saí de uma percepção micro de comunicação e infância, ao conviver com apenas um indivíduo em casa, e procurei expandir esse conhecimento, por meio da pesquisa dos conceitos propostos por autores apresentados neste Relatório.

Após a definição de qual seria o público, crianças de 7 a 12 anos, a partir do estudo desenvolvido por Piaget, e com a escolha de um tema contemporâneo, a imigração, iniciei a fase de pesquisas para subsidiar teoricamente a criação do produto. Entre essas pesquisas, realizei a análise de cinco produtos similares (APÊNDICE A), a partir do levantamento prévio de uma lista de produtos similares (APÊNDICE B). Sendo assim, apresentei o Relatório de Qualificação à banca, no final de janeiro de 2020. Com as sugestões da banca, comecei a traçar um planejamento para a construção do livro, com o objetivo de apresentar o produto pronto, juntamente com o Relatório de Defesa, em novembro do mesmo ano.

Dessa forma, no final de fevereiro de 2020, estava acertando os detalhes com uma das diretoras da ONG TAARE, uma vez que era a exigência da Organização ter o trabalho apreciado e aprovado por sua diretoria, para iniciar as entrevistas com as crianças do projeto. Nesse momento, a pandemia do novo Coronavírus chegou ao Brasil e, conseqüentemente, houve a implementação das medidas de isolamento social, inviabilizando totalmente o encontro com as crianças da ONG. Para dar início à escrita do livro seria necessário primeiramente realizar as entrevistas, por isso, foquei na escrita teórica do Relatório de Defesa.

Com o passar dos meses, a pandemia continuou impossibilitando a entrevista com as crianças e suas famílias. Não foi possível realizar as entrevistas por intermédio da ONG TAARE e, nesse cenário, procurei alternativas para conseguir ao menos uma criança entrevistada para o livro. Sendo assim, em Novembro de 2020, a partir da colaboração da Coordenadora do Projeto Refugiado Udi, Kelly, e tomando todas as precauções necessárias e já consolidadas como medidas de prevenção à COVID-19, entrevistei uma das crianças atendidas pelo projeto, a menina Malie, personagem do livro. É importante enfatizar que, em 2020, o quadro da pandemia no Brasil e no mundo ainda era incerto e esse cenário inviabilizou totalmente o contato com outros entrevistados, além de Malie e sua família.

Havia elaborado previamente as perguntas a serem feitas para a criança entrevistada: como é ser criança no país de origem e como é ser criança em Uberlândia? Por que teve que sair do país de origem? Qual a rotina em Uberlândia? Frequenta a escola? Se sim, qual? Qual série está cursando? O que está aprendendo na escola? Qual a maior dificuldade encontrada no relacionamento com seus pares? E facilidades? Quais são as alegrias e conquistas em Uberlândia? Quais eram as brincadeiras em sua cidade de origem? Quais brincadeiras está aprendendo em Uberlândia? Seus sonhos para o futuro, quais são? Como é o sistema familiar? Tem irmãos? Quem são os responsáveis?

A entrevista com Malie foi realizada em 28 de novembro de 2020 na sede da ONG Refugiados Udi, no bairro Tibery. No dia, por se tratar de uma entrevista com uma criança, nos sentamos no chão, na sala de brinquedos, informei qual era o objetivo do livro e perguntei se ela aceitava participar. Ela demonstrou muita empolgação com a proposta e a partir de seu consentimento, comecei a desenvolver a conversa com Malie. Ao longo da conversa, as perguntas tiveram que ser adaptadas às respostas de Malie, para que ela se sentisse mais confortável possível e para que eu obtivesse as respostas mais genuínas, utilizando o método da Entrevista Informal (GIL, 2014), por não se diferenciar muito de uma conversa, porém, ainda assim, com o objetivo de coletar dados. Utilizei também o método da Entrevista Não-Estruturada (LAVILLE E DIONNE, 1999), por ter previsto antecipadamente algumas perguntas, que tiveram de ser adaptadas no contexto da conversa.

Além da entrevista realizada, ainda encontrei novamente com Malie na atividade de Natal do projeto, no qual todas as medidas de prevenção à COVID-19 foram tomadas. Assim, aproveitei o momento para conhecer Malie ainda mais, dessa vez sem que tivesse gravação, para que ela se sentisse numa conversa entre amigas. Pedi pra ela colocar no meu celular, as músicas dos cantores haitianos que ela gosta e os youtubers que ela assiste. Na medida em que Malie ia colocando, eu ia perguntando de suas preferências, e as anotei. Ela se sentiu

confortável para me apresentar às melhores amigas que possui no Projeto e elas me mostraram as danças do Haiti. Aproveitei esses momentos para conhecer mais ainda da cultura do país, vista pelos olhos das crianças imigrantes. Nesse dia, procurei tornar nossas conversas o mais próximo possível de um diálogo (MEDINA, 2008).

A conversa com a mãe de Malie foi o principal desafio para coleta de material para construção do livro. A coordenadora do projeto Refugiados Udi, Kelly, e eu, fomos até o assentamento onde Malie mora, próximo ao bairro Luizote, levar mantimentos, no dia 21 de dezembro de 2020. Os principais desafios encontrados foram a de que o local era de difícil acesso e a de que a mãe e a avó de Malie não compreendiam e não falavam muito bem o português. Com a ajuda de Kelly, aos poucos, consegui explicar do que se tratava o projeto do livro e obtive consentimento para que Malie pudesse ter a sua história contada no livro. Com a mãe de Malie, consegui conversar pouco, justamente por causa da dificuldade com a língua. Dessa forma, fiz perguntas apenas para complementar as informações obtidas através das conversas com Malie. Por fim, fiz o registro fotográfico de Malie com sua família: sua mãe, sua avó e seus dois irmãos menores.

Nesse ponto, ressalta-se que o trabalho desenvolvido não foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), por se tratar de um produto jornalístico. Entende-se neste Programa de Mestrado Profissional, que entrevistas que resultem em produtos jornalísticos não se tratam de entrevistas acadêmicas, sendo assim, dispensa-se o referido procedimento. Entretanto, por uma questão de precaução, para mim e para as entrevistadas, elaboramos, a partir do modelo CEP, dois termos: Termo de Assentimento para Menor (APÊNDICE C), que foi assinado por Malie, e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal por menor de 18 anos (APÊNDICE D), que foi assinado por sua mãe. Também é importante informar que as transcrições das entrevistas não se encontram nos apêndices do presente relatório por apresentarem alguns fatos e relatos da intimidade da família que ultrapassam em muito os objetivos e necessidades da produção do livro.

Com as conversas realizadas, iniciei de fato a construção do livro, em meados de fevereiro de 2021, tendo como base o estudo realizado para elaboração do Relatório de Defesa, bem como as sugestões da banca. Empreguei métodos de escrita de livro-reportagem, já que a proposta seria a de tratar sobre um tema real e contemporâneo, a imigração, e procurei aliar a métodos específicos de escrita para crianças. Encontrei principalmente em Catalão Júnior (2010) as definições de livro-reportagem que vinham ao encontro da flexibilidade de escrita que eu tinha em mente. As características identificadas pelo autor

contribuíram para delinear a trajetória jornalística do livro; empreguei principalmente a característica da Narração.

A personagem narradora Kira conta uma história que se desenvolve de forma contínua em diversos cenários: primeiramente, a personagem narradora se apresenta; seguidamente, discorre sobre seu desafio de escrever um livro sobre uma criança imigrante em Uberlândia, com a chegada de Jeremy na sua turma; posteriormente, narra como foi essa busca; após, apresenta a personagem Malie, narrando os encontros com ela e, finalmente, apresenta os desfechos - a aprovação do livro pela professora, o personagem Jeremy aprendendo a falar bem o português, a identificação de todas as qualidades de Malie, o desejo de se tornar uma escritora e, por fim, atendendo ao “pedido” do seu estômago, com a receita haitiana.

A personagem Kira foi criada para atender ao critério da familiaridade (CATALÃO JÚNIOR, 2010). A proposta foi a de comunicar com as crianças de forma não hierárquica e utilizando uma linguagem mais próxima possível do universo infantil. A Kira, com 9 anos, é uma personagem semi-ficcional, inspirada, parcialmente, nas vivências e memórias da autora criança. A parte fictícia da personagem corresponde às mudanças de endereço, que não foram vivenciadas pela autora na infância, porém, essas situações foram criadas para aproximar a personagem brasileira das crianças imigrantes. A Kira não tem rodeios para falar. Ao longo da obra, a personagem narra a história expressando seus anseios, inseguranças, descobertas, contradições, sonhos, identificações com os demais personagens, entre outras características da personalidade que a colocam como pertencente à infância. Por meio dessa personagem, procurei também lançar mão de uma narrativa que explora o universo digital, atualmente, tão conhecido pelas crianças. Por isso, em vários momentos, Kira menciona que deseja ser uma youtuber e também, que pesquisou determinadas informações na internet, para poder escrever o livro para sua matéria escolar.

Conforme apresentado pelos profissionais entrevistados por Argolo (2010), as crianças apreciam textos com frases e parágrafos mais curtos, além de ser imprescindível o uso de imagens em equilíbrio com a quantidade de texto. Por isso, buscou-se empregar esse método de escrita e diagramação no produto apresentado. As frases são simples e curtas e os parágrafos em tamanho reduzido e com a fonte maior, em comparação aos livros direcionados aos adultos. Além disso, a proposta foi a de diagramar a dupla de páginas grampeadas com, no mínimo, uma ilustração, imagem, foto ou elemento gráfico.

Por fim, uma vez que o produto é direcionado aos nativos digitais, buscou-se elaborar um material de leitura não linear. Sendo assim, há uma narrativa que acontece em

diferentes cenários: escola, igreja, casa de Malie e ONG Refugiados Udi. Ao longo dessa narrativa principal, existem elementos gráficos que esclarecem determinados termos, ou acrescentam uma informação exterior, com referências a conteúdos abordados no enredo. Optou-se, portanto, pelo uso de elementos gráficos empregados junto à narrativa, e não ao final, como aconteceria caso fosse utilizado um glossário, por exemplo. Finalmente, também é possível fazer uma leitura visual dos personagens e do enredo, através das ilustrações. O resultado é um livro que pode ser lido e relido de diversas formas.

O uso de elementos gráficos explicativos ao longo do livro foi empregado para elucidar termos e questões que podem ser desconhecidas pelas crianças, atendendo ao critério do Didatismo identificado por Catalão Júnior (2010). O objetivo é apresentar termos, uso da língua portuguesa e LIBRAS, contextos históricos, sociais, geográficos e matemáticos, para servir também como material que pode ser utilizado nas escolas, pelos profissionais de educação, como aliado para o ensino de determinada matéria. Ser um livro didático não é a finalidade do livro apresentado neste Programa de Pós-graduação, porém, conforme apresentou Catalão Júnior (2010), o didatismo é um traço presente há anos no jornalismo brasileiro impresso.

Para a elaboração dos elementos gráficos, assim como a Kira fez para escrever seu livro, eu também pesquisei fontes confiáveis na internet. Na medida em que o enredo principal do livro ia sendo desenvolvido, houve a necessidade de explicação e apontamentos a serem empregados no decorrer da narrativa. Dessa forma, todas as afirmações nesses elementos explicativos são baseadas em dados verídicos, garantindo confiabilidade ao livro e atendendo ao critério da Onisciência apresentado por Catalão Júnior (2010). Além disso, a história da personagem principal, Malie, também é verídica, sendo resultado de conversas entre a autora e a entrevistada. Dessa forma, tanto a Valquíria, quanto a Kira, possuem certeza sobre aquilo que escrevem e, no final do livro, constam as referências utilizadas para respaldar essa certeza.

Cabe ressaltar que utilizei a plataforma de documentos do Google Drive para escrever o livro, pois essa ferramenta possibilita o compartilhamento com demais pessoas e constantes edições por parte dos usuários que possuem permissão de acesso ao documento. Nesse contexto, após terminar a escrita do produto, disponibilizei o conteúdo, para correção da minha orientadora, Ana Spannenberg, e para revisão de português de Cíntia Sousa, graduada em Letras, Jornalismo, Mestre no programa de pós-graduação no qual submeto este trabalho e doutoranda em Estudos Linguísticos. Após a revisão, disponibilizei o arquivo para

o diagramador e ilustrador, Rodrigo Santos, para dar início à materialização estética do material para impressão.

Me reuni com o designer gráfico remotamente em vários momentos. Primeiramente, definimos o tipo de desenho e diagramação almejado para o livro, que seria a de ilustrações digitais. A ilustração do personagem Jeremy foi criada pelo ilustrador a partir das características físicas de crianças venezuelanas, em pesquisa realizada na internet. A da personagem Kira foi desenvolvida a partir do fenótipo da autora, com feições de uma infante. E a da personagem Malie foi integralmente idealizada a partir do fenótipo da entrevistada, por meio de fotos e vídeos enviados ao ilustrador.

A diagramação foi desenvolvida com páginas coloridas e a fonte utilizada para o texto é a Arima Koshi, conforme já mencionado. Posteriormente, o profissional apresentou-me parte da obra em desenvolvimento, com algumas ilustrações e páginas já finalizadas, as quais correspondiam plenamente à proposta do livro. Com parte do material já pronto, fiz a solicitação de catalogação da obra, emissão do ISBN e código de barras, no portal on-line da Câmara Brasileira do Livro, os quais ficaram prontos no prazo de sete dias úteis. Finalmente, o designer gráfico do livro e eu, fizemos alguns ajustes na diagramação e ilustrações, e posteriormente, Rodrigo Santos, converteu o arquivo para PDF para a impressão do protótipo. Além disso, o designer gráfico elaborou uma versão digital do livro.

Enquanto as tratativas com o designer gráfico iam sendo desenvolvidas, a partir da indicação de uma amiga, Sabrina Tomaz, também formada neste Programa de Mestrado, entrei em contato com a Gráfica Côrtes, por ela indicada, para realizar um orçamento. A funcionária da empresa me apresentou algumas possibilidades e orientou-me a optar pela medida 23x23cm para impressão da obra. Entre as opções disponíveis para impressão, escolhi a de melhor qualidade: 4 cores em papel Couche Fosco 66 X 96 210g, montado e grampeado com 2 páginas e, sendo assim, fechei contrato com a empresa. Após a elaboração do material em PDF, enviei o arquivo para a gráfica, que realizou a impressão de um protótipo e enviou à minha residência, para aprovação. O protótipo foi aprovado e, em seguida, a Gráfica fez a impressão dos exemplares entregues para esta banca.

Finalmente, cabe informar que na banca de qualificação realizada em janeiro de 2020, definiu-se que seriam apresentados dois livros que contariam a história de personagens de nacionalidades diferentes, na Coleção Pedaco de Chão: Histórias de Crianças Imigrantes em Uberlândia, como produto resultado deste Mestrado Profissional. Diante dos desafios enfrentados, principalmente por conta da pandemia mundial, conforme anteriormente relatado, o resultado apresentado é de um livro jornalístico para crianças. O objetivo futuro,

após a pandemia, é a de inscrever o projeto, primeiramente, no Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC) e, caso necessário, em seguida, no Catarse, plataforma de financiamento coletivo, como será apresentado no Capítulo 6 deste Relatório, para que demais livros da coleção possam ser produzidos.

## 6 EXEQUIBILIDADE E APLICABILIDADE

### 6.1 Custos

O Relatório de Defesa e a confecção do produto entregue neste Mestrado Profissional começaram a ser desenvolvidos em meados de fevereiro de 2020, a partir da aprovação na banca de qualificação, realizada em 27 de janeiro. O período compreendido entre fevereiro de 2020 e junho de 2021, essa última correspondendo à data na qual esse trabalho foi entregue para apreciação, possui 16 meses. Ao longo desse período foram empregados recursos garantidos pela autora deste trabalho. Segue a especificação dos gastos:

Tabela 2 – Custos com recursos materiais para elaboração da pesquisa

<b>RECURSOS MATERIAIS</b>			
<b>RECURSO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
Gasolina	30 litros	R\$ 5,707 <sup>13</sup>	R\$ 171,21
Pacote Mensal Internet 100 Mb + Celular 6 GB	16 meses	R\$ 114,39 <sup>14</sup>	R\$ 1.830,24
Smartphone Motorola Moto G6 64GB	1	R\$ 874,00 <sup>15</sup>	R\$ 874,00
Notebook Ideapad 330 7 <sup>a</sup> Intel Core i3 4GB 1TB W10 HD 15.6" Prata - Lenovo	1	R\$ 1.689,64 <sup>16</sup>	R\$ 1.689,64
Catologação do livro (ISBN, Código de Barras e Ficha Catalográfica)	1	R\$ 118,00 <sup>17</sup>	R\$ 118,00
Serviços de impressão da obra	5 exemplares	R\$ 210,00 <sup>18</sup>	R\$ 1.050,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 5.733,09</b>

Fonte: elaborado pela autora

<sup>13</sup> Média do litro de gasolina em Uberlândia-MG, segundo dados obtidos pelo site Preço dos Combustíveis: <https://precosdoscombustiveis.com.br/pt-BR>. Consultado em 10/04/2021.

<sup>14</sup> Valor disponibilizado pelo site Algar Telecom: <https://www.algartelecom.com.br/>. Consultado em 05/01/2020.

<sup>15</sup> Valor disponibilizado pelo site Shoptime: <https://www.shoptime.com.br/>. Consultado em 05/01/2020.

<sup>16</sup> Valor disponibilizado pelo site Shoptime: <https://www.shoptime.com.br/>. Consultado em 05/01/2020.

<sup>17</sup> Valor cobrado pela Câmara Brasileira do Livro: <http://cbl.org.br/>.

<sup>18</sup> Valor cobrado pela gráfica Côrtes.

Tabela 3 – Custos com recursos humanos para elaboração da pesquisa

<b>RECURSOS HUMANOS</b>			
<i>RECURSO</i>	<i>QUANTIDADE</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>	<i>VALOR TOTAL</i>
<b>Jornalista</b> <sup>19</sup>	16 meses	R\$ 2.627,43 <sup>20</sup>	R\$ 42.038,88
<b>Diagramador</b> <sup>21</sup>	36 laudas	R\$ 10,00	R\$ 360,00
	Capa e Contracapa	R\$ 100,00	R\$ 100,00
<b>Ilustrador</b>	10 ilustrações	R\$ 90,00	R\$ 900,00
	6 elementos gráficos	R\$ 40,00	R\$ 240,00
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 43.638,88</b>

Fonte: elaborado pela autora

## 6.2 Divulgação e Distribuição

A impressão e publicação do livro jornalístico para crianças “A HISTÓRIA DE MALIE. Pedaco de Chão: Histórias de Crianças Imigrantes em Uberlândia”, foi realizada de forma reduzida, com o número de 5 cópias. Para distribuição de mais exemplares, bem como elaboração de ao menos mais um livro jornalístico sobre outra criança imigrante, residente em Uberlândia e de nacionalidade diferente à haitiana, a proposta será inscrita no Programa Municipal de Incentivo à Cultura (PMIC),<sup>22</sup> desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Uberlândia, com periodicidade anual.

Caso a proposta não seja aprovada no PMIC, o projeto será inscrito na Catarse<sup>23</sup>, plataforma de financiamento coletivo. Tanto o livro já produzido, quanto o livro a ser elaborado a partir da aprovação no PMIC, ou financiamento coletivo na Catarse, serão distribuídos gratuitamente nas escolas públicas de ensino fundamental em Uberlândia. A proposta é que os estudantes tenham acesso ao material produzido para conhecimento da cultura e realidade dos imigrantes residentes na cidade, e também para conhecerem um pouco mais da História e cultura de Uberlândia e de demais cidades e países do mundo.

<sup>19</sup> Trabalho desenvolvido pela autora.

<sup>20</sup> Piso Salarial de Jornalista de Impresso em Minas Gerais, conforme dados obtidos pela Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ). Salário consultado no site: <https://fenaj.org.br/> em 05/01/2020.

<sup>21</sup> O Designer Gráfico e Ilustrador se trata do mesmo profissional, Rodrigo Oliveira Santos, o qual repassou os valores informados.

<sup>22</sup> <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura-e-turismo/pmic/>.

<sup>23</sup> <https://www.catarse.me/>.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de escrever para crianças proporcionou-me experiências enriquecedoras. Destaco, em especial, a possibilidade que este trabalho me proporcionou de conhecer Malie, a menina haitiana cheia de qualidades. Ela me trouxe esperança, em meio a um período tão delicado que toda a humanidade vive com a pandemia mundial. Se consegui resgatar a alegria de ser criança, ao criar a personagem Kira, foi graças ao convívio com Malie. Ela é realmente muito especial. Suas qualidades extrapolam às citadas no livro.

Além de Malie, conheci o Projeto Refugiados Udi, no qual Clelia, a tia Kelly, se empenha em manter com tanto zelo. Conhecer a ONG e ser tão bem recebida pelas pessoas envolvidas nesse projeto, me fez perceber que ainda existe muito amor e respeito entre as pessoas. Lá, conheci imigrantes de diversas partes do mundo, crianças e adultos, que compartilharam comigo parte de suas culturas e vivências. Aprendi muito com cada pessoa daquele lugar.

Resgatei ainda meu prazer em exercer o jornalismo novamente. Senti orgulho em estar num ambiente acadêmico que me proporcionou tanta autonomia e aprendizado. Fui orientada por uma mulher, mãe de duas meninas, que com suas vivências, profissionais e pessoais, enriqueceu grandemente este trabalho. Por isso, faço questão de ressaltar que a Universidade pública, gratuita e de qualidade merece ser valorizada.

Através das pesquisas que realizei para desenvolvimento deste Relatório de Defesa e do livro jornalístico, aprendi muito com os trabalhos elaborados por pesquisadores que estão preocupados em realizar uma comunicação de qualidade, da forma mais funcional possível, com e para as crianças. São profissionais que devem ser reconhecidos e valorizados por suas contribuições para uma infância significativa, permeada de boas referências.

Por fim, descobri que a comunicação direcionada para as crianças vale muito a pena. É preciso desenvolver produtos diversos para a infância, que abordem principalmente temas sociais, para que se possa ter uma geração futura de adultos mais empáticos e tolerantes. O mercado para os profissionais que desejam percorrer essa trajetória no campo da comunicação precisa ser ampliado. Mais espaços precisam ser conquistados. Mais crianças precisam ser atingidas. É preciso propagar, portanto, o direito de todas as crianças se expressarem e de serem ouvidas através das mídias.

## REFERÊNCIAS

- ACNUR (Brasília). 2020. Não paginado. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/protecao/>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- ADRA (Brasília). **Projeto Swan Minas Gerais**. 2020a. Não paginado. Disponível em: <<https://adra.org.br/projetos/minas-gerais/projeto-swan-minas-gerais/>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- ADRA (Brasília). **Sobre**. 2020b. Não Paginado. Disponível em: <<https://adra.org.br/sobre/>>. Acesso em: 18 set. 2020.
- ALVES, André Thiago J. Globalização e movimentos migratórios. In: PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José de Ribamar Sousa (org.). **Migração e Globalização: um olhar interdisciplinar**. Curitiba: Editora Crv, 2012. p. 49-56.  
<https://doi.org/10.24824/978858042294.8>
- ANCINE. **TV Aberta – Informe Anual 2016**. Rio de Janeiro: Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual, 2017. 74 p. Disponível em: <[https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe\\_tvaberta\\_2016.pdf](https://oca.ancine.gov.br/sites/default/files/repositorio/pdf/informe_tvaberta_2016.pdf)>. Acesso em: 12 jun. 2020.
- ANDREWS, V.C. **O Jardim dos Esquecidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. 285 p.
- ARGOLO, Ronney. **GUIA PRÁTICO PARA CRIAR UM JORNAL NA ESCOLA: como escrever para crianças de 9 a 11 anos**. 2010. 203 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação de Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2010.
- ASSIS, Regina Alcântara de, Entrevista concedida ao acadêmico Ronney Argolo, pelo Projeto Manual de Redação de Jornalismo para Criança, orientado pela professora Ana Spannenberg, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 4 de setembro de 2009. In: ARGOLO, Ronney. **GUIA PRÁTICO PARA CRIAR UM JORNAL NA ESCOLA: como escrever para crianças de 9 a 11 anos**. 2010. 203 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação de Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2010.
- BASSANEZI, Maria Silvia C. Beozzo. Imigrações Internacionais no Brasil: Um Panorama Histórico. In: PATARRA, Neide Lopes (org.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo**. 2. ed. Campinas: Fnuap, 1996. p. 1-38.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. 119 p.

\_\_\_\_\_. **Globalização: as conseqüências humanas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999. Não paginado. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/285547845\\_Globalizacao\\_as\\_consequencias\\_humanas\\_de\\_Zygmunt\\_Bauman](https://www.researchgate.net/publication/285547845_Globalizacao_as_consequencias_humanas_de_Zygmunt_Bauman)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

BRASIL, Bruna Assis; CARRANCA, Adriana. **Malala, a menina que queria ir para a escola.** São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015. 96 p.

BRASIL. DECRETO Nº 50.215, DE 28 DE JANEIRO DE 1961: Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 DE JANEIRO DE 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50215-28-janeiro-1961-389887-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990: Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 de novembro de 1990a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm)>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 02 nov. 2019.

BRASIL, Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm)>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mai. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm)>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASÍLIA. Conare. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **PROJETO DE COOPERAÇÃO PARA ANÁLISE DAS DECISÕES DE REFÚGIO NO BRASIL.** 2020a. Não Paginado. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTQ4MTU0NGItYzNkMi00M2MwLWFhZWMTMDBiM2I1NWVjMTY5IiwidCI6ImU1YzYzM3OTgxLTY2NjQtNDEzNC04YTBJLTY1NDNkMmFmODBiZSIsImMiOiJh9>>. Acesso em: 06 set. 2020.

BRASÍLIA. Portal Consular. **Organizações de apoio.** 2020b. Não Paginado. Disponível em: <<http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/apoio-ao-imigrante>>. Acesso em: 18 set. 2020.

BRECHT, Bertolt; VENDRELL, Carme Solé. **A Cruzada das Crianças.** São Paulo: Pulo do Gato, 2014. 36 p.

BUCHT, Catharina; VON FEILITZEN, Cecília. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**. Brasília: Unesco, Sedh/Ministério da Justiça, 2002. 316 p.

BUITRAGO, Jairo; YOCKTENG, Rafael. **Eloísa e os bichos**. São Paulo: Pulo do Gato, 2013. 40 p.

CAMPOS, Carmen Lucia; CARDON, Laurent. **Meu avô africano**. 3. ed. São Paulo: Panda Books, 2014. 40 p. (Imigrantes do Brasil).

CÁRITAS BRASILEIRA. Organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Migração, Refúgio e Apátridas**. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<http://caritas.org.br/area-de-atuacao/6>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CARVALHO, Paulo Fernando Braga; FERNANDES, Duval Magalhães; FERREIRA, Giordane Tamiris. **Atlas da Migração Internacional em Minas Gerais**. 2018. Não Paginado. Belo Horizonte: Observatório da Migração Internacional do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNDNmNGVIM2UtMjRiNi00YTU4LTk3YjAtZTI4ZDY2Y2VjNzQzIiwidCI6IjdlZTQzN2UyLWJhNDItNGM4MS1iMjk0LTI4NTkxZTMwOGRmYyJ9>>. Acesso em: 18 set. 2020.

CATALÃO JÚNIOR, Antonio Heriberto. **Jornalismo best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo**. 2010. 252 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103497/catalaojunior\\_ah\\_dr\\_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103497/catalaojunior_ah_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu de; MACÊDO, Marília F. R. de (org.). **RELATÓRIO ANUAL 2019: imigração e refúgio no Brasil**. Brasília: **Observatório das Migrações Internacionais**, 2019. 104 p. (Migrações). Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CETIC.BR. Centro Regional de Estudos Para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **TIC KIDS ONLINE BRASIL: Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil: 2019**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. 268 p. Disponível em: <[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic\\_kids\\_online\\_2019\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_eletronico.pdf)>. Acesso em: 2 jan. 2021.

CNPQ. Plataforma Lattes. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

COSTA, Mônica Rodrigues da. Entrevista concedida ao acadêmico Ronney Argolo, pelo Projeto Manual de Redação de Jornalismo para Criança, orientado pela professora Ana Spanenberg, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 22 de agosto de 2009. In: ARGOLO, Ronney. **GUIA PRÁTICO PARA CRIAR UM JORNAL NA ESCOLA: como escrever para crianças de 9 a 11 anos**. 2010. 203 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação de Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2010.

CUNHA, Ana Paula. A Convenção de 1951, Relativa ao Status de Refugiado aos 60 anos e Desafios da Atualidade. In: PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José de Ribamar Sousa (org.). **Migração e Globalização: um olhar interdisciplinar**. Curitiba: Editora Crv, 2012. p. 97-118.

DORETTO, Juliana. Jornalismo para a infância: uma proposta de definição. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 1, p.59-72, jun. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36955/21530>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. **‘Fala conosco!’: o jornalismo infantil e a participação das crianças, em Portugal e no Brasil**. 2015. 264 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10362/17002>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 52 p. (Coleção Leitura). Disponível em: <[http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire\\_P\\_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4-%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf)>. Acesso em: 01 jan. 2020.

G1 (Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba). **Refugiados que vivem em Uberlândia são auxiliados por ONG**. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/2020/07/21/refugiados-que-vivem-em-uberlandia-sao-auxiliados-por-ong.ghtml>>. Acesso em: 18 set. 2020.

GARLAND, Sarah. **Um outro país para Azzi**. São Paulo: Pulo do Gato, 2012. 40 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 200 p.

GIRARDELLO, Gilka. Entrevista concedida ao acadêmico Ronney Argolo, pelo Projeto Manual de Redação de Jornalismo para Criança, orientado pela professora Ana Spanenberg, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 12 de setembro de 2009. In: ARGOLO, Ronney. **GUIA PRÁTICO PARA CRIAR UM JORNAL NA ESCOLA: como escrever para crianças de 9 a 11 anos**. 2010. 203 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação de Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2010.

HUMANOS, Instituto de Migrações e Direitos; MIGRAMUNDO; FICAS (Org.). **Migrações, Refúgio e Apátridia - Guia para Comunicadores**. São Paulo: Ficas, 2019. 38 f. Disponível em: <[https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color\\_FINAL.pdf](https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010a. **Minas Gerais Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/panorama>>. Acesso em: 18 set. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010b. **Uberlândia Panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/uberlandia/panorama>>. Acesso em: 18 set. 2020.

IOM (Suíça). **About IOM**. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<https://www.iom.int/about-iom>>. Acesso em: 18 set. 2020.

KURZ, R. Barbárie, migração e guerras de ordenamento mundial. In: SERVIÇO PASTORAL dos Migrantes. (Org.) **Travessias na desordem global – Fórum Social das Migrações**. São Paulo: Paulinas, 2005. Não Paginado. Disponível em: <<http://www.obeco-online.org/rkurz281.htm>>. Acesso em 25 abr. 2020.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340 p.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O PAPEL DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NA EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, p.49-90, 1974. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v8s0/03.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2020.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da Literatura**. 4. ed. Barueri: Manoele, 2009. 470 p.

LINKEDIN. **Sobre**. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<https://www.linkedin.com/in/gabriela-romeu-341a4148/>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

MCAULIFFE, Marie. VISÃO GERAL DO RELATÓRIO: UMA PERSPECTIVA SOBRE A MIGRAÇÃO E A MOBILIDADE EM TEMPOS CADA VEZ MAIS INCERTOS. In: SUÍÇA. Organização Internacional Para Migrações. **RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE MIGRAÇÃO 2020**. Genebra: Organização Internacional Para Migrações, 2019. p. 1-22. Disponível em: <[https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr-2020-po-ch-1\\_0.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr-2020-po-ch-1_0.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2020.

\_\_\_\_\_.; KHADRIA, Binod (ed.). **WORLD MIGRATION REPORT 2020**. Geneva: International Organization For Migration, 2019. 477 p. Disponível em: <<https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2020>>. Acesso em: 23 maio 2020.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: O diálogo possível**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2008. 96 p.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/definir/>>. Acesso em: 1 dez. 2020.

MOREIRA, M.A. A teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. In: MOREIRA, M.A. **Teorias de Aprendizagem**. São Paulo: EPU, 2004, p. 95-107.

ONU NEWS. **Número de migrantes internacionais no mundo chega a 272 milhões**. 2019. Não Paginado. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696031>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

PATARRA, Neide Lopes. **Migrações Internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006. p. 7-24. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/a02v2057.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. O Brasil: país de imigração? **Revista Eletrônica E-metropolis**, Rio de Janeiro - Rj, n. 9, p. 6-18, jun. 2012. Disponível em: <[http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/008/original/emetropolis\\_n09.pdf?1447896326](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/008/original/emetropolis_n09.pdf?1447896326)>. Acesso em: 25 abr. 2020.

PAULINO, Graça. Livros, Críticos, Leitores: Trânsitos de uma Ética. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (org.). **Literatura e Letramento: espaços, suportes e interfaces - o jogo do livro**. Belo Horizonte: Ceale Autêntica, 2007. p. 13-20.

PEREIRA, Heron Ledon. **Jornalismo Rá-Tim-Bum: uma proposta de vínculos entre imprensa, escola e criança**. 2018. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/21333>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

PIAGET, Jean. **Seis Estudos de Psicologia**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976-1978. 146 p.

\_\_\_\_\_.; INHELDER, Barbel. **A Psicologia da Criança**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. 146 p.

RODRIGUES, Gilberto M. A.; SALA, José Blanes; SIQUEIRA, Debora Corrêa de. REFUGIADOS SÍRIOS NO BRASIL. POLÍTICAS DE PROTEÇÃO E INTEGRAÇÃO. In: BAENINGER, Rosana *et al* (org.). **Migração Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo), 2018. p. 309-324. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf)>. Acesso em: 10 de setembro. 2020.

SALGADO, Raquel. Entrevista concedida ao acadêmico Ronney Argolo, pelo Projeto Manual de Redação de Jornalismo para Criança, orientado pela professora Ana Spanenberg, no Curso de Jornalismo da Faculdade Social da Bahia, em 12 de setembro de 2009. In: ARGOLO, Ronney. **GUIA PRÁTICO PARA CRIAR UM JORNAL NA ESCOLA: como escrever para crianças de 9 a 11 anos**. 2010. 203 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação de Comunicação Social - Jornalismo, Faculdade Social da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Allan Rodrigo de Campos. PRESENÇA DO IMIGRANTE DE ANGOLA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO. In: BAENINGER, Rosana *et al* (org.). **Migração Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo), 2018. p. 830-839. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVA, João Carlos Jarochinski. UMA POLÍTICA MIGRATÓRIA REATIVA E INADEQUADA – A MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O BRASIL E A RESOLUÇÃO N. 126 DO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIG). In: BAENINGER, Rosana *et al* (org.). **Migração Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo), 2018. p. 637-650. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2020.

SILVA, Vivianne Peixoto da. **Trabalhadores Imigrantes na Cidade de Uberlândia/MG: análise das políticas públicas brasileiras de trabalho e saúde no período de 2010 a 2016**. 2017. 128 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/bitstream/handle/11600/41878/2017-0022.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SILVA, Vivianne Peixoto et al. **Guia de apoio para imigrantes e refugiados em Uberlândia/MG**. Uberlândia: Migrast, 2019. 178 p.

SOUZA, Dimas Antônio de; DURÃES, Marilene Gomes; SOUZA JUNIOR, João Alves de. **DIAGNÓSTICO SOBRE MIGRAÇÃO E REFÚGIO EM MINAS GERAIS**. Belo Horizonte: Unilivrecoop, 2018. 465 p. Disponível em: <[http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor\\_assets/attachments/4455/dgir\\_imprimir\\_29-03-2018\\_capacolorida.pdf](http://www.agenciaminas.mg.gov.br/ckeditor_assets/attachments/4455/dgir_imprimir_29-03-2018_capacolorida.pdf)>. Acesso em: 25 set. 2019.

STRASBURGER, Victor; WILSON, Barbara; JORDAN, Amy. **Crianças, adolescentes e a mídia**. Porto Alegre: Penso, 2011. 398 p.

SUCESSO, Os Paralamas do. **Mormaço**. In: Brasil Afora. Direção Artística: Liminha. 1 disco sonoro. Bahia: EMI. 2009.

TEDESCO, João Carlos. Modernidade e Migração: o estrangeiro na globalização. In: PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José de Ribamar Sousa (org.). **Migração e Globalização: um olhar interdisciplinar**. Curitiba: Editora Crv, 2012. p. 27-47.

UBERLÂNDIA. Diretoria de Inteligência de Negócios. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Turismo. **Dados Geoeconômicos de Uberlândia**. Uberlândia: Prefeitura de Uberlândia, 2020. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Dados-Geoecon%C3%B4micos.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2020.

UBERLÂNDIA. Lei nº 11.644, de 20 de dezembro de 2013. Dispõe sobre os benefícios eventuais de assistência social, serviços, programas, projetos e eventos e ações desenvolvidos e concedidos pelo município de Uberlândia, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho - SEDEST, revoga a Lei nº 9671, de 11 de dezembro de 2007 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Uberlândia, MG, 23 dez.2013. Disponível em<<https://www.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/4306.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2020.

UBERLÂNDIA. Lei nº 12.626, de 19 de janeiro de 2017. Dispõe sobre a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Trabalho e Habitação, e revoga a Lei Ordinária nº 11.357, de 30 de abril de 2012, Lei Delegada nº 26, de 07 de abril de 2009, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Uberlândia, MG, 19 jan.2017. Disponível em: <<http://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/Edicao-5057-Desenvolvimento-social-trabalho-e-habitacao.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2020.

UEBEL, Roberto Rodolfo Georg. DINÂMICAS MIGRATÓRIAS E TRANSFRONTEIRIZAÇÕES NA BACIA DO PRATA: UM OLHAR SOBRE A MIGRAÇÃO TRANSNACIONAL DE HAITIANOS E SENEGALESES. In: BAENINGER, Rosana *et al* (org.). **Migração Sul-Sul**. 2. ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo), 2018. p. 160-181. Disponível em: <[http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2020.

URUGUAI. MERCOSUL. **Países do Mercosul**. 2020. Não Paginado. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/>>. Acesso em: 17 set. 2020.

VARÃO, Rafiza; BEMFICA, Veronica. **Quando jornalismo e infância se encontram**: notas históricas sobre o surgimento da imprensa jornalística para crianças. VII Encontro Nacional de História da Mídia, Fortaleza, ago. 2009. 15 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Quando%20jornalismo%20e%20infancia%20se%20encontram.pdf>> Acesso em: 07 jan. 2020.

VERSIANI, Zélia. Escolhas Literárias e Julgamento de Valor por Leitores Jovens. In: PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; VERSIANI, Zélia (org.). **Literatura e Letramento**: espaços, suportes e interfaces - o jogo do livro. Belo Horizonte: Ceale Autêntica, 2007. p. 21-34.

WADSWORTH, Barry. **A Inteligência e Afetividade da Criança na Teoria de Piaget**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1997. 223 p

## APÊNDICE A – Análise de Similares

Em pesquisa na internet, fiz o levantamento de livros que comunicam com crianças, principalmente sobre assuntos de relevância social. Meu olhar voltou-se, ainda mais, para as obras que abordavam questões de deslocamentos, sejam eles voluntários ou forçados. O resultado dessa procura uma lista de produtos impressos dentre os quais selecionei cinco para apreciar. A seguir, há uma apresentação das principais contribuições que obtive na elaboração do produto: “A HISTÓRIA DE MALIE. Pedaco de Chão: Histórias de Crianças Imigrantes em Uberlândia”, com as cinco obras escolhidas.

“Malala, a menina que queria ir para a escola” é um deles. Escrito por Adriana Carranca e ilustrado por Bruna Assis Brasil (BRASIL; CARRANCA, 2015), o livro publicado pela Companhia das Letrinhas, se tornou exemplo para mim de como escrever para as crianças: de forma clara e objetiva. É notável que a autora considerou o seu público infanto-juvenil muito sabido. Ela conta a história de Malala Yousafzai que, residente no Paquistão, quase foi morta a tiros pelo Talibã, por ser uma menina que queria estudar. A autora não o faz de forma despreziosa, mas, sim, muito aprofundada.

Adriana Carranca (BRASIL; CARRANCA, 2015) traça uma linha do tempo de sua viagem ao vale do Swat, onde o atentado aconteceu. Ora a autora apresenta fatos históricos, contextualizando a cultura do Paquistão aos pequenos e explicando os conflitos que ali se desenvolvem, ora ela conta sobre sua própria trajetória na busca pelos fatos que aconteceram com a menina que queria ir para a escola. Além disso, ainda traz entrevistas com os sujeitos integrantes da história, como a própria Malala, seus pais e suas amigas. Em meio a tudo isso, a autora apresenta boxes explicativos de palavras que fazem parte da cultura árabe e que possam ser desconhecidas pelas crianças leitoras.

É perceptível que, em nenhum momento, a autora poupa o seu público da realidade do país, e nem ao menos de palavras complexas. Ela escreve com riqueza de detalhes o que aconteceu com o vale do Swat e a força e resistência de Malala em meio aos conflitos instaurados. É um livro inspirador que me mostrou que para escrever para crianças deve-se utilizar uma linguagem simples e não simplista.

Com esse livro sobre a vida de Malala, além da forma de escrita, empreguei os recursos dos boxes explicativos junto ao enredo, tal como a autora, para elaboração do produto apresentado neste Mestrado. O livro também conta com diálogos que são resultado de entrevistas realizadas pela autora com Malala e os envolvidos em sua história. Sendo assim,

no livro jornalístico sobre a história de Malie, produto deste trabalho, também utilizei esse recurso, escrevendo diálogos de Malie com a personagem Kira, os quais foram obtidos através de conversas com a menina haitiana, conforme apresentado no relato de desenvolvimento deste Relatório.

“Eloísa e os bichos” é outro livro voltado para o público infantil que me despertou a atenção. Nessa obra, o autor Jairo Buitrago (BUITRAGO; YOCKTENG, 2013), em poucas palavras, define o sentimento de uma menina que se muda com o pai para uma nova cidade, e se sente um bicho estranho no processo de adaptação. O impresso é basicamente constituído de frases curtas que expressam as emoções da garotinha. O que mais se destaca são as ilustrações de Rafael Yockteng (BUITRAGO; YOCKTENG, 2013), que, a princípio, desenha a menina em meio a bichos apavorantes, para, posteriormente, com Eloísa já adaptada ao meio, apresentar todos como pessoas.

Essa obra me mostrou a importância da parte visual para o desenvolvimento de um livro impresso. As crianças precisam de uma leitura atrativa para que se sintam motivadas. Por isso, para elaboração do livro sobre a História de Malie, assim como no Eloísa e os Bichos (BUITRAGO; YOCKTENG, 2013), houve um investimento significativo em ilustrações e diagramação de qualidade. Além disso, o livro fez com que eu me colocasse no lugar das entrevistadas imigrantes. Possivelmente, elas se sentiram um “bicho estranho”, a princípio, quando se mudaram para a cidade de Uberlândia. Essa percepção e reflexão viabilizadas pelo livro contribuíram significativamente para os encontros que tive com minhas entrevistadas.

“Meu avô Africano” também está na lista de referências para meu projeto. O produto faz parte da coleção de livros infantis “Imigrantes do Brasil”, que aborda a cultura de diferentes nações que contribuíram na formação da cultura brasileira. Escrito por Carmen Lucia Campos e ilustrado por Laurent Cardon (CAMPOS; CARDON, 2014), a obra é narrada pelo personagem Vítor Iori, um garotinho de 9 anos que desvenda os mistérios do continente africano, através das histórias contadas pelo seu vó Zinho, entre outros personagens. O livro apresenta uma série de tradições africanas em seu contexto e, no final, conta com boxes explicativos sobre temas relacionados à África, como escravidão, comidas típicas, vestuário, religião, música, dança e esportes.

Esse impresso voltado ao público infantil é para se ler junto da família. As perguntas de Vítor Iori, direcionada aos adultos, é um convite à interação na vida real entre pais e filhos, avós e netos, responsáveis e menores. Enfim, é uma literatura para se

compartilhar. Compartilhar histórias de antepassados da criança, de forma que ela descubra a sua própria origem. No fim das contas, todos nós, brasileiros, somos mistura de imigrantes.

A ideia de uma personagem criança para narração do livro jornalístico de crianças imigrantes desenvolvido neste Mestrado Profissional surgiu a partir da leitura desse livro, reforçada pela sugestão de um dos membros da Banca de Qualificação. Além disso, o produto sobre a História de Malie pretende ser uma ferramenta de interação entre a criança e sua família. Nisso “Meu avô africano” mostrou um bom caminho a ser seguido, pois em diversos momentos, inspirada na obra (CAMPOS; CARDON, 2014), a Kira se refere a membros de sua família, tal como Vítor Iori, o que pode desencadear entre a criança e seus responsáveis o compartilhamento de percepções sobre a infância, sobre a cultura local e sobre aproximações históricas, sociais e culturas com os imigrantes.

“Um outro país para Azzi” também faz parte das obras que escolhi. Com autoria e ilustração de Sarah Garland (2012), o enredo conta a história de Azzi. Em quadrinhos, a obra apresenta a trajetória da menina. A princípio, a autora mostra a vida normal de Azzi: seu pai médico atendendo no consultório; sua mãe e avó costureiras, sendo apreciadas pelo olhar curioso da menina. O drama da garotinha começa quando, em casa, seu pai recebe uma ligação, informando que a família precisaria fugir rapidamente do país e nem tempo de fazer as malas eles tinham. É aí que a vida de Azzi muda completamente. A menina que antes se preocupava apenas em ser criança, agora entra num navio cheio de desconhecidos em busca de um lugar seguro para morar junto a sua família. Ao chegar ao novo país de acolhida, a garotinha começa a fazer descobertas. Aprende uma nova língua. Faz novos amigos. Traz consigo sua cultura e conhecimento. Ensina e aprende com os moradores desse novo país.

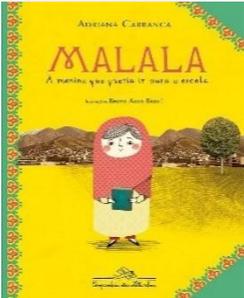
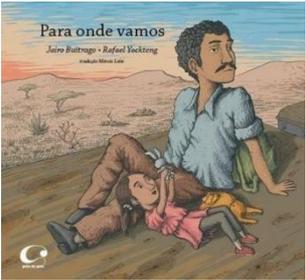
Essa literatura manifesta drama e leveza. Momentos difíceis como a guerra e a mudança de Azzi, mas também, acolhimento e aprendizado num novo país. “Um outro país para Azzi” me ensinou que as crianças não podem ser eximidas de conhecer a realidade de outras. Por mais duro que seja, elas merecem saber o que se passa com o seu próximo. A principal contribuição do livro “Um outro país para Azzi”, foi a descoberta da possibilidade da construção de narrativas fictícias, baseadas em fatos verídicos, para contextualizar questões sociais sensíveis às crianças. Na construção do livro sobre a vida de Malie, partes da história também são fictícias, porém, tendo como base a história verídica da menina haitiana, para tornar a leitura atrativa e, ao mesmo tempo, realista. A obra (GARLAND, 2012) também me mostrou como é importante abordar os vínculos estabelecidos pela criança no país de recepção, uma vez que, assim, as diferenças podem ser suprimidas, dessa forma, no produto apresentado, buscou-se também evidenciar as novas amizades de Malie em Uberlândia.

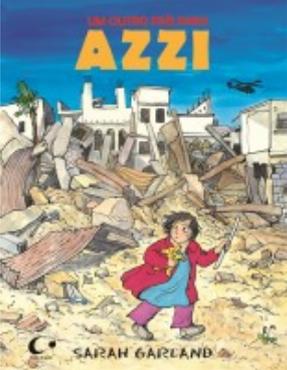
“A Cruzada das Crianças” (BRECHT; VENDRELL, 2014) é a história mais triste, entre todas lidas para este trabalho. A narrativa poética de Bertolt Brecht e ilustrada por Carme Solé Vendrell (BRECHT; VENDRELL, 2014), relata a saga de um grupo de crianças que, no ano de 1939, fugiu dos horrores da 2ª Guerra na Polônia. A poesia ilustrada, conta um pouco de tudo: sobre a neve enfrentada pelas crianças. A busca por alimento em meio ao frio. A acolhida e rejeição de pessoas que os encontravam. Da solidariedade entre os pequenos famintos, ao compartilharem um saco de batatas. Do amor entre dois adolescentes. De meninos sabidos que localizavam estadia para todo o grupo em meio à cruzada. No desenrolar da poesia, os meninos e meninas encontram de tudo pelo caminho, exceto um lugar de paz. Por fim, após um ano e meio da saída para a cruzada das crianças, um grupo de camponeses acha um cachorro. Pertencente ao grupo, o animal foi utilizado para transmitir um recado: encontrem-nos. Só a placa com o recado vingou, o cão já estava morto, certamente, devido ao frio e fome e, o autor dá a entender, que as crianças tiveram o mesmo fim.

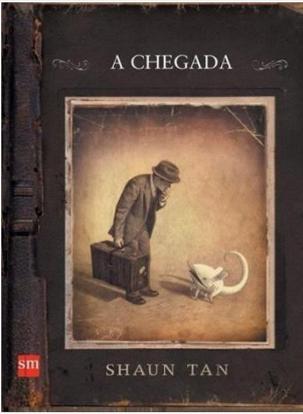
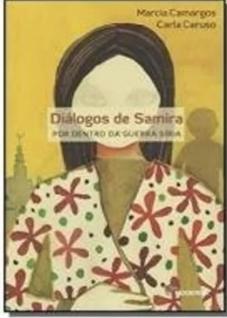
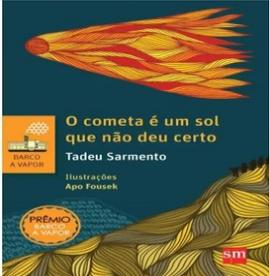
O livro publicado pela Editora Pulo do Gato (BRECHT; VENDRELL, 2014) apresenta essa poesia de forma desenhada. Com rabiscos em preto, as silhuetas tristes das crianças são traçadas, em meio a páginas brancas que representam a neve. Somente outra cor é utilizada: o vermelho, para ilustrar a violência contra o direito de paz daqueles sujeitos. Mais uma vez, é possível perceber através dessa obra, que a literatura não deve poupar as crianças da realidade de outras. A poesia e as imagens chocam, porém, esclarecem questões de refúgio e imigração de décadas atrás. Não muito diferente das que se possam encontrar na atualidade, apenas o contexto histórico muda.

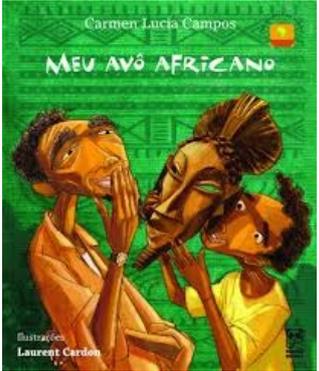
Todas as obras foram de fato lidas e estimadas. Com cada autor, pude aprender um pouco sobre como ter ousadia e sensibilidade para falar com crianças. Os cinco livros, que contam enredos de personagens reais e fictícios, compartilham um ponto: a realidade da imigração. Essa realidade nem sempre é triste e nem sempre é feliz, varia principalmente de um desfecho para outro.

## APÊNDICE B – Produtos Similares

CAPA	TÍTULO	AUTOR(A/ES)	INFORMAÇÕES
	<p>MALALA, A MENINA QUE QUERIA IR PARA A ESCOLA</p>	<p>ADRIANA CARRANCA</p>	<p>O livro escrito para o público infantil, conta a história de Malala Yousafzai que, residente no Paquistão, quase foi morta a tiros pelo Talibã, por ser uma menina estudante. Após o atentado, Malala se tornou a mais jovem ganhadora do prêmio Nobel da Paz.</p>
	<p>PARA ONDE VAMOS</p>	<p>JAIRO BUITRAGO</p>	<p>Uma menina nos conta sobre sua viagem com seu pai, ao tentarem atravessar a fronteira dos Estados Unidos, de forma ilegal.</p>
	<p>A VIAGEM</p>	<p>FRANCESCA SANNA</p>	<p>Inspirado em relatos verídicos de refugiados, a história é narrada pelo olhar de uma criança.</p>
	<p>A CRUZADA DAS CRIANÇAS</p>	<p>BERTOLT BRECHT</p>	<p>Conta a história de um grupo de crianças órfãs que peregrinam para fugir da Segunda Guerra Mundial, enfrentando dificuldades diversas em busca de refúgio.</p>

	<p>UM OUTRO PAÍS PARA AZZI</p>	<p>SARAH GARLAND</p>	<p>Azzi é uma menina que foge com os pais de seu país de origem, e terá que se adaptar a uma nova cultura, aprendendo a lidar com a saudade de casa e a continuar sua vida num país diferente.</p>
	<p>MIGRANDO</p>	<p>MARIANA CHIESA MATEOS, EM UMA COLABORAÇÃO COM A ANISTIA INTERNACIONAL</p>	<p>Apresenta ao leitor duas histórias: a dos imigrantes europeus que vieram à América, e a dos imigrantes africanos que buscam chegar à Europa.</p>
	<p>A MENINA QUE ABRAÇA O VENTO – A HISTÓRIA DE UMA REFUGIADA CONGOLESA</p>	<p>FERNANDA PARAGUASSU</p>	<p>Inspirada em histórias reais de crianças mongólicas refugiadas no Rio de Janeiro, a autora conta a história da menina mongólesa, Mersene, que fugiu de seu país devido a conflitos.</p>
	<p>ELOÍSA E OS BICHOS</p>	<p>JAIRO BUITRAGO</p>	<p>Eloísa é uma menina que se muda com o pai para uma nova cidade, e se sente um bicho estranho no processo de adaptação.</p>

	A CHEGADA	SHAUN TAN	<p>A obra é inspirada na história de imigrantes de diferentes épocas e lugares. Conta a história de um homem que saiu do seu país, tem de se adaptar a uma nova realidade e trabalha duro para conseguir trazer a família para perto de si.</p>
	MIGRAR	JOSE MANUEL MATEO E JAVIER MARTINEZ PEDRO	<p>A história é narrada por uma criança, que viaja com sua mãe e irmã para os Estados Unidos, na busca por reencontrar seu pai e uma oportunidade de vida melhor.</p>
	O BARCO DAS CRIANÇAS	MARIO VARGAS LLOSA	<p>Uma criança, todos os dias antes de ir para a escola, ouve histórias de um senhor, sobre um barco cheio de crianças. Livro inspirado pelo conto A Cruzada das Crianças, de Marcel Schwob (1867-1905).</p>
	DIÁLOGOS DE SAMIRA - POR DENTRO DA GUERRA SÍRIA	MARCIA CAMARGOS E CARLA CARUSO	<p>Samira e Karim, nasceram em países diferentes: Brasil e Síria. Em um momento encontram-se e passam a compartilhar suas culturas e visões de mundo, desenvolvendo empatia e respeito mútuo.</p>
	O COMETA É UM SOL QUE NÃO DEU CERTO	TADEU SARMENTO	<p>Emanuel é um menino que mora em um campo de refugiados. Nesse local, encontra Amal, uma garota pela qual passa a desenvolver um sentimento diferente.</p>

 <p>Carmen Lucia Campos <b>MEU AVÔ AFRICANO</b> Illustrações Laurent Cardon</p>	<p>MEU AVÔ AFRICANO</p>	<p>LUCIA CAMPOS</p>	<p>Na narrativa, o menino Vítor Iori, desvenda os mistérios do continente africano, através das histórias contadas pelo seu vô Zinho, entre outros personagens.</p>
--	-----------------------------	---------------------	---

Fonte: da autora, 2021

## APÊNDICE C - Termo de Assentimento para Menor (modelo CEP)

### TERMO DE ASSENTIMENTO PARA MENOR

Você está sendo convidado(a) a participar do livro jornalístico intitulado “Pedaço de chão: histórias de crianças imigrantes em Uberlândia” (título provisório), sob a responsabilidade das pesquisadoras Valquíria Cristina Amaral e Ana Cristina Menegotto Spannenberg. Neste projeto, nós estamos buscando contar histórias de crianças, que vieram de outros países para morar em Uberlândia, assim como você, para outras crianças.

O Termo de Assentimento será obtido pela pesquisadora Valquíria Cristina Amaral, no dia agendado para entrevista, para conhecer sua história e poder contá-la no livro.

Na sua participação, iremos conversar sobre sua vida antes e depois de vir para Uberlândia. Você será livre para falar o que deseja sobre esse assunto, bem como não falar, caso não seja da sua vontade. As entrevistas serão gravadas em áudio e depois serão digitadas.

Você não terá nenhum gasto nem ganho financeiro por participar na pesquisa.

Os riscos consistem em sua identificação, mas caso seja da sua vontade, não precisaremos identificá-lo(a), sendo utilizado outro nome para representá-lo(a) no livro.

Os benefícios serão o de você poder contar sua história para outras crianças da mesma idade, para que elas compreendam as dificuldades e as alegrias na vinda de crianças de outros países para o Brasil, assim como você. Dessa forma, as pessoas, sejam elas adultos ou crianças, saberão que devem receber os imigrantes da melhor forma possível em suas cidades.

Você é livre para deixar de participar da pesquisa a qualquer momento sem qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa. Mesmo seu responsável legal tendo consentido, você não é obrigado a participar da pesquisa se não quiser.

Uma via original deste Termo de Assentimento ficará com você.

Em caso de qualquer dúvida ou reclamação a respeito da pesquisa, você poderá entrar em contato com: Valquíria Cristina Amaral, Telefone (34) 99232-7067.

Uberlândia, ..... de ..... de 20.....

---

Assinatura do(s) pesquisador(es)

Eu aceito participar do projeto citado acima, voluntariamente, após ter sido devidamente esclarecido.

---

Assinatura do participante da pesquisa

**APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Responsável Legal por Menor de 18 Anos (modelo CEP)**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA RESPONSÁVEL LEGAL POR MENOR DE 18 ANOS**

Considerando a sua condição de responsável legal pelo(a) menor, apresentamos este convite e solicitamos o seu consentimento para que ele(a) participe do livro jornalístico intitulado “Pedaço de chão: histórias de crianças imigrantes em Uberlândia” (título provisório), sob a responsabilidade das pesquisadoras Valquíria Cristina Amaral e Ana Cristina Menegotto Spannenberg. Neste projeto, nós estamos buscando contar histórias de vida de crianças, que vieram de outros países para morar em Uberlândia, para outras crianças.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será obtido pela pesquisadora Valquíria Cristina Amaral, no dia agendado para entrevista, para conhecer a história da criança e poder contá-la no livro.

Na participação do(a) menor sob sua responsabilidade, ele(a) irá conversar sobre sua vida antes e depois de vir para Uberlândia. A criança será livre para falar o que deseja sobre esse assunto, bem como não falar, caso não seja da vontade dela. As entrevistas serão gravadas em áudio e depois serão digitadas.

Nem ele(a), nem você, terão gastos, nem ganhos financeiros por participar na pesquisa.

Os riscos consistem na identificação da criança, mas caso seja da vontade dela, não precisaremos identificá-la, sendo utilizada um outro nome para representá-la no livro.

Os benefícios serão o de mostrar a história de sua família para outras crianças, para que elas compreendam as dificuldades e as alegrias na vinda de crianças de outros países para o Brasil. Dessa forma, as pessoas, sejam elas adultos ou crianças, saberão que devem receber os imigrantes da melhor forma possível em suas cidades.

A qualquer momento, você poderá retirar o seu consentimento para que o(a) menor sob sua responsabilidade participe da pesquisa. Garantimos que não haverá coação para que o consentimento seja mantido nem que haverá prejuízo ao(à) menor sob sua responsabilidade. Até o momento da divulgação dos resultados, você também é livre para solicitar a retirada dos dados do(a) menor sob sua responsabilidade da pesquisa.

O(A) menor sob sua responsabilidade pode se recusar a continuar participando da pesquisa, se manifestando verbalmente ou por meio de gestos, que indiquem esse desejo. Ele(a) não sofrerá qualquer prejuízo ou coação. Até o momento da divulgação dos resultados, ele(a) também é livre para solicitar a retirada dos seus dados da pesquisa.

Uma via original deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com você. Em caso de qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, você poderá entrar em contato com: Valquíria Cristina Amaral, Telefone (34) 99232-7067.

Uberlândia, ..... de ..... de 20.....

---

Assinatura dos pesquisadores

Eu, responsável legal pelo(a) menor \_\_\_\_\_ consinto na sua participação na pesquisa citada acima, após ter sido devidamente esclarecido.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo(a) participante da pesquisa

-----  
Rubrica do Responsável pelo Participante

-----  
Rubrica do Pesquisador